



FABIANE FIDELIS QUERINO

**A INFLUÊNCIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE
INTELECTUAL NA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS
MULTILATINAS**

LAVRAS-MG

2021

FABIANE FIDELIS QUERINO

**A INFLUÊNCIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MULTILATINAS**

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão de Negócios, Economia e Mercados, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Ph.D. Cristina Lelis Leal Calegario
Orientadora

LAVRAS-MG

2021

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Querino, Fabiane Fidelis.

A Influência do Direito de Propriedade Intelectual na
Internacionalização das Multilatinas / Fabiane Fidelis Querino. -
2021.

112 p. : il.

Orientador(a): Cristina Lelis Leal Calegario.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Direito de propriedade intelectual. 2. Internacionalização. 3.
Multilatinas. I. Calegario, Cristina Lelis Leal. II. Título.

FABIANE FIDELIS QUERINO

**A INFLUÊNCIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MULTILATINAS**

**THE INFLUENCE OF INTELLECTUAL PROPERTY LAW ON THE
INTERNATIONALIZATION OF MULTILATINES**

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão de Negócios, Economia e Mercados, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 15 de abril de 2021.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Stefaniak Aveline	UFLA
Prof. Dr. Eduardo Gomes Carvalho	CEFET/MG
Profa. Dra. Nádia Campos Pereira Bruhn	UFPEL

Profa. Dra. Cristina Lelis Leal Calegario
Orientadora

Lavras – MG

2021

Pois eu sou o Senhor, o seu Deus, que o segura pela mão direita e diz a você: Não tema; eu o ajudarei. (Isaías 41:13)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui, e por toda a força concedida para a concretização desse sonho. Também agradeço à Santíssima Virgem Maria por passar na frente de todo o caminho e senhora Sant'ana pela intercessão.

Agradeço à minha família: aos meus pais, José Fábio e Claudiméia, pelo amor incondicional, todo apoio físico, material e psicológico necessários para a concretização desse sonho. Ao meu irmão, João Pedro, obrigada pelo apoio e companheirismo. Também agradeço aos meus avós, Edir e Pedro, por todo amor, cuidado, apoio e orações.

Agradeço ao meu tio Adilson por todo o incentivo, conselhos e apoio dado desde a graduação. E ao meu primo Taylor por todo apoio, parceria, disposição, troca de conhecimento e amizade.

Agradeço a Camila e Thamires pelos momentos de descontração, amizade, troca de conhecimento e por me acolherem tão bem em Lavras.

Agradeço à minha professora e orientadora, Cristina Lelis Leal Calegario, por toda paciência, dedicação, apoio, conversas e suporte durante todas as etapas desse processo.

Também não poderia deixar de agradecer aos professores Leandro Rivelli, Maria Aparecida Curi e Leandro Lima da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), que durante a graduação prestaram total apoio e me incentivaram a realizar o mestrado.

Agradeço aos colegas do Grupo de Economia Industrial e Negócios Internacionais (GEINI) pelo companheirismo e apoio, em especial a Ludmila e a Fernanda, por todo apoio e amizade.

Agradeço aos professores membros da banca, Carlos Eduardo Stefaniak Aveline, Eduardo Gomes Carvalho e Nádia Campos Pereira Bruhn, pelas valiosas contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA-UFLA), pela oportunidade de fazer parte do programa de Mestrado em Administração. Aos professores do programa, por todo suporte e pelos conhecimentos transmitidos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Muito obrigada!

RESUMO

Em 1995, ocorreu a criação do acordo TRIPS que estabeleceu padrões mínimos de proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) para todos os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). Desde então, estudos vêm apresentando a influência do aumento do DPI para as economias que o adotaram. Esta pesquisa analisa o efeito do DPI no recebimento de investimento direto estrangeiro (IDE) e na internacionalização das empresas locais, fundamentado na literatura de negócios globais. Estes conceitos compartilham raízes conceituais semelhantes, uma vez que o aumento do nível da proteção de DPI promove a melhoria no ambiente doméstico do país que será absorvido pelas empresas neles instalados possibilitando a internacionalização delas. Dessa forma, o objetivo deste estudo é verificar se o aumento do nível de proteção dos DPI pelos países da América Latina influenciou a internacionalização das empresas locais dessa região. Para tanto, foi empregada a análise multigrupo em modelagem de equações estruturais (MGA-PLS), com dados coletados de fontes secundárias. A amostra da pesquisa foi composta por 88 empresas multilatinas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. O horizonte temporal compreende os anos de 2005 a 2019 com os dados coletados anualmente. Os principais resultados encontrados mostram que o aumento do DPI, no geral, não provocou um aumento do fluxo de recebimento do IDE nos países latino-americanos. Essa relação apenas foi estabelecida nos modelos do Brasil, Chile e México. A entrada de IDE levou a um aumento das vantagens específicas das empresas locais e dos países, contudo, não foram suficientes para promover a internacionalização das multilatinas. Além disso, foi possível verificar que no modelo geral e especificamente no Chile e México, o aumento do nível de proteção do DPI influenciou as multilatinas desses países a internacionalizarem suas atividades.

Palavras-chave: Direito de Propriedade Intelectual. Internacionalização. TRIPS. IDE. Análise de equações estruturais. Modelo Reflexivo. Dados Secundários. Multinível. Multilatinas.

ABSTRACT

In 1995, the TRIPS agreement was created, which established minimum standards for the protection of Intellectual Property Rights (IPR) for all member countries of the World Trade Organization (WTO). Since then, studies have shown the influence of the increase in the IPD for the economies that adopted it. This research analyzes the effect of IPR on the receipt of foreign direct investment (FDI) and the internationalization of local companies, based on the global business literature. These concepts share similar conceptual roots since the increase in the level of IPR protection promotes an improvement in the country's domestic environment, which will be absorbed by the companies installed in them, enabling their internationalization. Thus, the objective of this study is to verify whether the increase in the level of IPR protection by Latin American countries has influenced the internationalization of local companies in this region. For this purpose, multigroup analysis in structural equation modeling (MGA-PLS) was used, with data collected from secondary sources. The research sample consisted of 88 multilatinas from Argentina, Brazil, Chile, Colombia, and Mexico. The time horizon covers the years 2005 to 2019 with data collected annually. The main results found show that the increase in the DPI, in general, did not cause an increase in the flow of FDI receipts in Latin American countries. This relationship was only established in the models from Brazil, Chile, and Mexico. The entry of FDI led to an increase in the specific advantages of local companies and countries, however, they were not enough to promote the internationalization of multilatinas. Furthermore, it was possible to verify that in the general model and specifically in Chile and Mexico, the increase in the level of IPR protection influenced the multilatinas in these countries to internationalize their activities.

Keywords: Intellectual Property Law. Internationalization. TRIPS. IDE. Analysis of structural equations. Reflective Model. Secondary Data. Multilevel. Multilatinas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Quatro categorias sobre a qualidade do DPI.....	24
Figura 2 - Distribuição dos países da América Latina entre as categorias que mensuram a qualidade dos DPI.....	25
Figura 3 - Países da América Latina membros do acordo TRIPS.....	27
Figura 4 - Número de EMNEs na <i>Fortune Global 500</i> durante os anos de 1995 a 2020..	29
Figura 5 - Fluxo de IDE saída da região da América Latina.....	30
Figura 6 - Países de origem das multilatinas.....	31
Figura 7 - Concentração geográfica das subsidiárias das multilatinas.....	32
Figura 8 - Os cinco estágios do IDP de Dunning.....	37
Figura 9 - Modelo conceitual.....	52
Figura 10 - Componentes básicos da SEM.....	56
Figura 11- Modelo estrutural com as variáveis observadas.....	65
Figura 12 - Qualidade do DPI dos países de origem das multilatinas.....	67
Figura 13 - Gastos em P&D das multilatinas.....	68
Figura 14 - Fluxo de IDE das economias de origem.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Hipóteses da pesquisa.....	51
Tabela 2 - Classificação das multilatinas pela intensidade tecnológica.....	59
Tabela 3 - Síntese das variáveis.....	64
Tabela 4 - Análise das estatísticas descritivas.....	66
Tabela 5 - Matriz de correlação.....	70
Tabela 6 - Cargas Fatoriais, Variância Média Extraída e Colinearidade do modelo geral	72
Tabela 7 - Cargas Fatoriais, Variância Média Extraída e Colinearidade dos grupos.....	72
Tabela 8 - Resultado para a validade discriminante para o modelo geral.....	73
Tabela 9 - Resultado para a validade discriminante para os modelos específicos.....	74
Tabela 10 - Passo 2: Invariância da Composição.....	76
Tabela 11 - Passo 3a: Diferença entre as médias dos constructos.....	77
Tabela 12 - Passo 3b: Análise da igualdade das variâncias dos constructos.....	78
Tabela 13 - Coeficientes de caminhos.....	80
Tabela 14 - Comparação multigrupo Argentina.....	83
Tabela 15 - Comparação multigrupo Brasil.....	84
Tabela 16 - Comparação multigrupo Chile.....	85
Tabela 17 - Comparação multigrupo Colômbia.....	86
Tabela 18 - Resultados das hipóteses da pesquisa.....	88
Tabela 19 - Valores de R ² para os grupos.....	89
Tabela 20 - Tamanho do efeito do DPI sobre o recebimento de IDE e Internacionalização.....	90

LISTA DE SIGLAS

- BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
- DPI – Direito de Propriedade Intelectual
- DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
- EMN – Empresa Multinacional
- EMNE – Empresa Multinacional de Mercados Emergentes
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
- “I” – *Internalization*
- IDE – Investimento Direto Estrangeiro
- IDP – *Investment Development Path*
- “L” – *Location*
- LLL – *Linkage, Leveraging, Learning*
- MICOM – Teste de Invariância de Mediação
- “O” – *Ownership*
- OLI – *Ownership-Location-Internalization*
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual
- PI – Propriedade Intelectual
- PLS – MGA- Análise Multigrupo de Mínimos Quadrados Parciais
- PLS – SEM- Mínimos Quadrados Parciais
- P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
- ROE – *Return on Equity*
- SEM – Modelagem de Equações Estruturais
- TRIPS – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual
- USPTO – *United States Patent and Trademark Office*
- VEE – Vantagens Específicas da Empresa
- VEP – Vantagens Específicas do País
- WEF – *World Economic Forum*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de Pesquisa.....	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 Justificativa	16
1.4 Estrutura da Pesquisa	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Acordo TRIPS sobre o Direito de Propriedade Intelectual: Descrição.....	19
2.1.1 Adesão dos países em desenvolvimento ao Acordo TRIPS.....	21
2.1.1.1 Países da América Latina no Acordo TRIPS	25
2.2 A Internacionalização das Empresas de Mercados Emergentes.....	27
2.2.1 Teorias sobre a Internacionalização de Empresas em países em Desenvolvimento	32
2.2.2 Investment Development Path (IDP).....	35
2.2.3 Teorias sobre o Transbordamento do IDE nas Economias em Desenvolvimento	37
3 HIPÓTESES DA PESQUISA.....	40
3.1 Relação entre o Direito de Propriedade Intelectual e o fluxo de recebimento do Investimento Direto Estrangeiro.....	40
3.2 Relação do Direito de Propriedade Intelectual com o Aumento do Desempenho das Empresas	45
3.3 Relação entre o Direito de Propriedade Intelectual e a Internacionalização das Empresas	48
4 MODELO CONCEITUAL.....	52
5 METODOLOGIA.....	54
5.1 Tipo de Pesquisa	54
5.2 Modelo	54

5.3 População e Amostra.....	58
5.4 Descrição das Variáveis.....	60
5.5 Operacionalização das Variáveis	61
5.5.1 Variáveis Latentes	61
5.5.1.1 <i>Proteção Formal dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI)</i>	61
5.5.1.2 <i>Recebimento de Investimento Direto Estrangeiro</i>	62
5.5.1.3 <i>Vantagem Específica da Empresa</i>	62
5.5.1.4 <i>Vantagens Específicas do país</i>	62
5.5.1.5 <i>Desempenhos</i>	63
5.5.1.6 <i>Internacionalização</i>	63
5.5.1.7 <i>Variáveis de Controle</i>	63
5.6 Modelo com as Variáveis	65
6 RESULTADOS	66
6.1 Estatísticas Descritivas e Análise de Correlação	66
6.2 Avaliação do Modelo Estrutural Reflexivo	71
6.3 Aplicação do Teste Micom para Análise Multigrupo em Modelagem de Equações Estruturais.....	75
6.4 Avaliação da Análise Multigrupo Modelagem de Equações Estruturais.....	80
7 DISCUSSÕES	91
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

As negociações de acordos internacionais em propriedade intelectual foram criadas a partir do reconhecimento da importância econômica do conhecimento agregado para o desenvolvimento de novas tecnologias, e que as leis e regras do mercado não estavam mais relacionadas apenas na concorrência entre os preços, mas também precisariam garantir a proteção sobre tais conhecimentos (BELL; PAVITT, 1997; CRUZ, 2008; FORÉS; CAMISÓN, 2016).

Após diversos acordos firmados no fim do século XIX, em 1995, com a fundação da Organização Mundial do Comércio¹ (OMC), criou-se o acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual (TRIPS²), negociado durante a Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT³) (1986-1994), cujo objetivo era estabelecer padrões mínimos de proteção que todos os países membros da OMC foram obrigados a cumprir (BRASIL, 1994; DEERE, 2009; MASKUS, 2014).

Dessa forma, todos os países membros da OMC tiveram que modificar suas leis para se enquadrarem aos padrões mínimos exigidos pelo acordo TRIPS. Para os países desenvolvidos, essa alteração não gerou grandes esforços, visto que eles já possuíam leis de direito de propriedade intelectual (DPI) fortes e acordos multilaterais. Mas, para os países em desenvolvimento, esse fortalecimento das leis estava vinculado a altos custos de transação para a padronização das leis aos padrões mínimos de DPI exigidos pelo TRIPS.

Era esperado que o aumento no nível de proteção de DPI ajudaria a facilitar o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), servindo assim de estímulo para o crescimento da empresa e, por consequência, do IDE (ANG *et al.*, 2014). Esse fato é justificado por que as empresas se sentem mais seguras para iniciar suas atividades nesses países, pois a inovação e conhecimento da empresa estarão mais protegidos em países com níveis altos de proteção de DPI (USHIJIMA, 2013; CHUANG *et al.*, 2017). Entretanto, se em determinado local a qualidade da proteção for insuficiente, as empresas não estarão dispostas a instalar suas plantas na região, e o mesmo acontece quando a proteção é excessiva. Os DPIs são caracterizados como uma barreira artificial à entrada de empresas estrangeiras no país (BRANDER *et al.*, 2017; TUNG, 2016).

¹ Referente ao termo em inglês *World Trade Organization* (WTO).

² Referente ao termo em inglês *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS).

³ Referente ao termo em inglês *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT).

Dado esse impasse, estudos sobre o efeito do DPI sobre o investimento direto estrangeiro (IDE) em países em desenvolvimento se intensificaram. Mesmo que tenha ocorrido resistência por parte destes países (SUPAKANKUNT *et al.*, 2001; DEERE, 2009; MASKUS, 2014), foi observado que, após o aumento no nível da proteção de DPI, esse efeito transbordou em favor do aumento dos fluxos de recebimento do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e da circulação do conhecimento (FAINSHMIDT *et al.*, 2014).

Estes resultados podem ser explicados pela teoria do *Investment Development Path (IDP)* de Dunning (1981, 1988), a qual afirma que, na medida em que um país desenvolve seu mercado interno, ele fica mais atraente para as empresas estrangeiras realizarem IDE. Espera-se, também, que os efeitos do DPI nas economias em desenvolvimento possam influenciar, por exemplo, na internacionalização das empresas. Ou seja, a entrada das EMNs via IDE está associada com o aumento da competitividade das empresas locais que, por sua vez, pode estimular as empresas locais a expandirem suas atividades para mercados internacionais. Em outras palavras, o aumento no nível de proteção do DPI pode gerar um aumento nos desempenhos das empresas locais criando, assim, condições para estimular a internacionalização de suas atividades (ZHAO *et al.*, 2010).

Verifica-se que, embora a relação entre o aumento do DPI e o recebimento de IDE esteja bem sustentado na literatura (GROSSMAN; HELPMAN, 1993; USHIJIMA, 2013; MASKUS, 2014; YOO, 2017), houve pouca integração entre o nível de DPI e a internacionalização das empresas locais pela literatura de negócios globais. No entanto, esses conceitos compartilham raízes conceituais semelhantes, uma vez que o aumento do nível de proteção de DPI promove a melhoria no ambiente doméstico do país que será absorvido pelas empresas neles instalados (BELDERBOS; LETEN; SUZUKI, 2013; BOGERS; FOSS; LYNGSIE, 2018). Assim, enquanto a literatura que trata sobre o DPI se preocupa em explicar como o aumento no nível de proteção gera benefícios econômicos e sociais para os países, a literatura sobre internacionalização busca explicar como as empresas locais procuram internacionalizar suas atividades para promover a captura de recursos e aumentar, assim, o desempenho da empresa.

Apesar de suas semelhanças, as contribuições de DPI e internacionalização permanecem amplamente desconectadas. Apesar de alguns trabalhos recentes tratarem sobre como o DPI pode afetar no desempenho das empresas (CRAVIOTTI, 2018; YOO *et al.*, 2017; GOLDSTEIN; PUSTERLA, 2010; PANGARKAR; YUAN, 2009), ainda falta uma estrutura teórica que descreva em quais condições o DPI pode ou não criar vantagens no nível da empresa local para incentivá-la a internacionalizar suas atividades. Com isso, este trabalho

buscou suprir a referida lacuna existente na literatura. Acredita-se que esta relação seja mediada pelo acúmulo dos desempenhos da empresa que, por sua vez, estão dependentes das próprias vantagens específicas da empresa (VEE) e das vantagens específicas do país (VEP) (RUGMANN, 1981; RUGANN; VERBEKE, 2004, 2007). Estas vantagens são influenciadas segundo a teoria do IDP pela entrada de IDE.

1.1 Problema de Pesquisa

O processo de internacionalização das empresas locais, assim como o fluxo de recebimento de IDE ocorrem em função dos estágios de desenvolvimentos em que os países se encontram, ou seja, seu nível de renda e estrutura econômica no qual, o nível de proteção dos DPI pode ser um fator importante (DUNNING; NARULA, 1993; DUNNING, 2000; STOIAN, 2013). Cada estágio de desenvolvimento ocasiona mudanças na composição da vantagem absoluta e comparativa de um país. A evolução das vantagens competitivas deriva das características específicas de cada país, como o acesso aos recursos naturais, acesso à tecnologia e de proteção de DPI (DUNNING; NARULA, 1993).

Sendo assim, a propensão das empresas domésticas de se envolverem na produção estrangeira será afetada pelo nível das condições políticas, culturais e econômicas de seus países de origem e anfitriões. É ressaltado na literatura que, à medida que os países modificam suas condições estruturais e mudam o estágio de desenvolvimento, eles ficam mais atraentes para as empresas multinacionais (EMNs). A entrada de EMNs está associada com o aumento da competitividade doméstica (ZHAO *et al.*, 2010) e exportações e geração de emprego (KALOTAY, 2004), gerando assim benefícios econômicos.

Mesmo que a literatura apresente alguns trabalhos a respeito do estímulo do aumento de proteção de DPI para o recebimento de IDE (NUNNENKAMP; SPATZ, 2004; AWOKUSE; YIN, 2010; KHOURY; PENG, 2011; CHUANG *et al.*, 2017), o link entre o nível de DPI e a internacionalização das empresas locais dos países que aderiram ao acordo TRIPS tem recebido pouca atenção na literatura de negócios globais. Portanto, o problema de pesquisa que norteia esse estudo é: De que forma a adoção das leis e normas que regulam o direito de propriedade intelectual influenciou o processo de internacionalização das empresas multilaterais?

Acredita-se que as empresas multinacionais de países em desenvolvimento, como da América Latina, sejam apropriadas para o desenvolvimento desta análise, uma vez que a adesão desses países ao acordo TRIPS é relativamente recente e que o processo de

internacionalização dessa região se intensificou a partir dos anos 1990 (AGUILERA *et al.*, 2017).

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar o efeito do aumento do nível de proteção dos DPI pelos países da América Latina na internacionalização das multilatinas.

1.2.2 Objetivos Específicos

Especificamente, pretende-se:

- a) Analisar o efeito do aumento do nível de proteção de DPI no fluxo de recebimento de IDE e no desempenho das multilatinas;
- b) Examinar o efeito da entrada de IDE na vantagem específica das multilatinas e dos países da América Latina;
- c) Averiguar a relação da vantagem específica das empresas e dos países com o aumento do desempenho das multilatinas;
- d) Investigar o efeito direto e indireto do aumento do nível de proteção de DPI na internacionalização das multilatinas.

1.3 Justificativa

O nível de proteção dos DPI é considerado um dos indutores de benefícios econômicos e sociais para o país, como o aumento da disponibilidade de financiamento e investimento em P&D. A ideia é que poderá diminuir a assimetria de informação entre agentes, proporcionando um aumento das capacidades das empresas em adquirir novas dívidas externas, permitindo que elas invistam mais em P&D gerando, assim, mais patentes de inovação e produzindo maiores receitas com vendas. O aumento do investimento em P&D estimula o crescimento econômico (ANG *et al.*, 2014; COEURDEROY; MURRAY, 2014). Ademais, o nível de DPI pode estimular o fluxo de IDE recebido pelo país por meio das combinações de negócios e instalações de novas plantas no país anfitrião (FAINSHMIDT *et al.*, 2014).

De acordo com o banco de dados de patentes do *United States Patent and Trademark Office* (USPTO), os pedidos de patentes pelos países da América Latina apresentaram uma taxa de crescimento entre 20 e 130% dois anos após a implementação do acordo TRIPS em suas economias (USPTO, 2020). Foi observado ainda que, após a adesão ao acordo TRIPS, houve um aumento no fluxo de IDE recebido pelos países latino-americanos. Conforme os dados do *World Bank* (2020), a taxa de crescimento variou entre -4066% (variação do México) a 54302% (El Salvador). Importante explicar que a adesão do México ao acordo TRIPS ocorreu no ano da crise financeira de 2008, período que diminuiu o fluxo de IDE no mundo, mesmo que ano seguinte o país tenha apresentado um crescimento de 857% do valor de IDE recebido.

Foi observado que esse efeito ocasionou um aumento na geração de conhecimento, de forma que a criação e disseminação deste, incentivou a inovação e a formação de capacidades humanas em múltiplas áreas, como a educação, saúde, segurança alimentar e biodiversidade (MUZAKA, 2010; ELMAHJUB, 2015). Esse transbordamento gera um estoque de capital humano valioso para a P&D. Para Zhao (2006), a P&D realizada pelas economias emergentes, geralmente excede o necessário para a localização ou transferência de tecnologias impostas pelo governo. Além do mais, o valor da mão de obra de pesquisadores de alto nível em países em desenvolvimento é significativamente mais baixo em comparação com um país desenvolvido produzindo, assim, incentivos para as EMN entrarem nessas economias por meio do IDE (CARMEL, 2003).

Diante dos dados apresentados, o estudo sobre a influência do DPI na estratégia de internacionalização das empresas multinacionais da América Latina é de suma relevância devido ao fato de que a adesão desses países ao acordo TRIPS é relativamente recente e pelo fato de que a internacionalização dessas empresas se intensificou a partir dos anos 1990. A justificativa para estudar as multilaterais, que são as empresas multinacionais da América Latina (CUERVO-CAZURRA; GENC, 2008; CUERVO-CAZURRA, 2019), é baseada no argumento de que o contexto local é importante não apenas para as empresas operando em um determinado mercado, mas também como um conjunto de fatores que moldam o tipo de empresas locais que se tornam multinacionais (AGUILERA *et al.*, 2017).

A pesquisa proposta pretende contribuir com a literatura de três maneiras. A primeira, em termos de desenvolvimento da literatura, tendo em vista que ao estudar as multilaterais, esse trabalho irá contribuir com a pesquisa existente sobre as multinacionais de economias emergentes que se concentraram especialmente em multinacionais chinesas (ZHAO, 2006; WU *et al.*, 2016; HOLMES JR *et al.*, 2016; YOO; REIMANN, 2017; WU *et al.*, 2019).

Então, este trabalho responde ao chamado de pesquisas sobre o contexto único da América Latina (CUERVO-CAZURRA, 2012, 2016). A segunda é em termos de políticas públicas, ao destacar como a adesão ao acordo TRIPS podem acarretar melhorias para o desempenho inovativo e financeiro das empresas e para a entrada de investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento (KHOURY *et al.*, 2015). Por fim, em relação aos gestores das empresas, para que possam compreender melhor os benefícios gerados com o aumento das leis e normas de DPI que podem ser internalizados em suas atividades.

1.4 Estrutura da Pesquisa

A pesquisa proposta está organizada da seguinte forma: a introdução que apresenta a contextualização e o surgimento das leis de DPI e sua intensificação e unificação por meio do acordo TRIPS, o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e a justificativa. O segundo tópico trata do referencial teórico que aborda a descrição do acordo TRIPS, a adesão dos países desenvolvidos e em desenvolvimento ao acordo TRIPS. No terceiro tópico, é apresentada a fundamentação das hipóteses. O quarto tópico apresenta o modelo conceitual que resume e norteia os conceitos-chave da pesquisa. No quinto tópico, salienta-se a metodologia que será utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. No sexto tópico, são destacados os resultados, que são discutidos no sétimo tópico. Finalmente, no oitavo tópico, são ressaltadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo da formulação dessa seção é ressaltar as definições, efeitos do acordo sobre as empresas, embasamento teórico, além de alguns aspectos importantes sobre o processo de internacionalização das empresas.

2.1 Acordo TRIPS sobre o Direito de Propriedade Intelectual: descrição

As origens das leis que buscam a proteção à propriedade intelectual ocorreram em Veneza, no século XV, quando as primeiras patentes foram emitidas e no século XVII quando na Inglaterra foram criadas as primeiras leis de direitos autorais. Desde então, o número de leis foi expandido (DEERE, 2009). Desde o final do século XIX, os países desenvolvidos operam para desenvolver, fortalecer e harmonizar as leis internacionais de proteção intelectual (PI). Os acordos bilaterais foram portas para a criação de acordos multilaterais. A convenção de Paris para a proteção da propriedade industrial e a convenção de Berna para a proteção de obras literárias e artísticas, foram os principais instrumentos de proteção de DPI durante esse período (DEERE, 2009; CARDWELL; GHAZALIAN, 2012).

Com o intuito de administrar esses acordos, em 1967, as Nações Unidas criaram um departamento internacional que acabou se tornando a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Essa organização levou à criação de instrumentos jurídicos nacionais, regionais e multilaterais (HERZ *et al.*, 2015). Em meados da década de 1980, existiam 18 tratados internacionais de PI que abordavam tópicos sobre a proteção de patentes, marcas comerciais e indicadores geográficos para desenhos industriais, sendo que a maioria desses acordos eram administrados pela OMPI (DEERE, 2009). Entretanto, a adesão a esses acordos não ocorria no âmbito global, de modo que os países desenvolvidos intensificaram os esforços para aumentar a PI no âmbito internacional. Desse modo, os Estados Unidos recrutaram o Japão e a União Europeia para apoiar sua campanha, intensificar e ampliar os direitos de propriedade intelectual em nível internacional (DEERE, 2009).

O período da década de 1990 foi marcado por amplas e globalizadas reformas nas leis que protegem o DPI (BELDERBOS *et al.*, 2013; MASKUS, 2014). O principal acordo criado nesse período foi o acordo da OMC sobre os aspectos relacionados ao comércio de direito de propriedade intelectual (TRIPS), que se tornou a peça central do sistema global de regras, instituições e práticas que administram a propriedade e o fluxo de conhecimento, tecnologias

e outros ativos intelectuais (DEERE, 2009). O TRIPS foi criado durante a Rodada Uruguia de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, em 1994. Seu objetivo é reduzir as deformidades e barreiras ao comércio internacional e gerar uma proteção eficaz e adequada dos direitos de propriedade intelectual, assegurando medidas e procedimentos destinados à segurança, de modo que elas não provoquem obstáculos ao comércio legal (BRASIL, 1994).

Para a OMC (2020), o acordo TRIPS abrange cinco grandes áreas. A primeira está relacionada com a aplicação às disposições gerais e os princípios básicos do sistema multilateral de comércio a proteção intelectual internacional. A segunda ressalta os padrões mínimos de proteção para os DPIs que os membros devem fornecer. A terceira versa sobre os procedimentos que os membros devem prever para a execução desses direitos em seus territórios. A quarta salienta os meios para resolver disputas sobre a propriedade intelectual entre os membros da OMC. E, por fim, sobre as disposições transitórias especiais para a implementação das disposições do TRIPS (CORREA, 2000; MASKUS, 2000; OMC, 2020).

Conforme o artigo 7 do acordo TRIPS, a proteção e a aplicação impostas nas normas de DPI devem contribuir com a promoção da inovação tecnológica e para a transferência e difusão da tecnologia, de modo a gerar benefício mútuo entre os produtores e usuários de conhecimento tecnológico e promover o bem-estar social econômico (BRASIL, 1994).

Todos os países membros da OMC, desde os que já estavam ingressos na fundação em 1995 ou os que aderiram posteriormente, foram obrigados a cumprir os requisitos mínimos do TRIPS. Nesse contexto, a adesão ao TRIPS é de forma involuntária. Assim, a adesão ao acordo TRIPS é praticamente universal, de modo que inclui países que são atores principais no comércio e investimento internacional (MASKUS, 2014).

Para o cumprimento das normas exigidas pelos TRIPS, os países tiveram que adaptar suas leis nacionais de PI. O prazo dado pela OMC para que todos implementassem os padrões exigidos pelo TRIPS variou entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (MASKUS, 2000; DEERE, 2009).

Os países desenvolvidos, em sua maioria, tiveram que fazer apenas pequenas revisões em suas leis e administração de DPI para a implementação do TRIPS, pois eles já possuíam leis fortes e acordos multilaterais. Foi estabelecido o prazo de até quatro anos para que esses fizessem as alterações nas leis (BRASIL, 1994; LYBBERT, 2002).

No entanto, para os países em desenvolvimento, esse processo foi mais complexo. Diante disso, o próximo subtópico irá abordar sobre o processo de implementação dos países em desenvolvimento ao acordo TRIPS.

2.1.1 Adesão dos Países em Desenvolvimento ao Acordo TRIPS

Com a instabilidade econômica sofrida pelos países em desenvolvimento após a falência do modelo de industrialização por substituição de importação, esses países ficaram extremamente endividados e os preços da *commodities*, que eram os principais produtos exportados, sofreram grandes quedas (DEERE, 2009). Ademais, os países desenvolvidos aumentaram o protecionismo econômico ao enfraquecer as políticas antitruste e aumentar o nível de DPI. Com isso, os países em desenvolvimento tiveram que ceder a liberalização de suas economias, visando à atração do investimento externo para a reconstrução da economia (SELL, 1995; HOEKMAN; KODTECKI, 2009; DEERE, 2009).

Nesse cenário, os Estados Unidos aproveitaram o período de crise econômica entre os países em desenvolvimento para impor seus interesses na Rodada do Uruguai para a criação do acordo TRIPS. Durante as negociações do acordo TRIPS, os negociantes convenceram as potências econômicas do mundo a travarem uma campanha contra as economias em desenvolvimento opostas ao acordo. Os países em desenvolvimento afirmavam que a adesão ao acordo consolidaria o monopólio corporativo sobre a PI dos inventores, de modo a acentuar a lacuna tecnológica existente e a aceleração da transferência de capital entre os países do Norte e do Sul. Essas economias afirmavam que a imposição de padrões mais fortes de PI prejudicaria o desenvolvimento econômico e que eles estavam despreparados para aproveitar os supostos benefícios do acordo (SUPAKANKUNT *et al.*, 2001; DEERE, 2009; MASKUS, 2014; OMC, 2020).

De acordo com Cardwell e Ghazalian (2012), os países em desenvolvimento membros da OMC, sob pressão dos países desenvolvidos concordaram com a adesão ao acordo TRIPS em troca de promessas de acesso aos mercados de países desenvolvidos para produtos manufaturados e agrícolas. Todavia, para se enquadrar nos padrões mínimos de proteção ao DPI, os países em desenvolvimento tiveram que integrar um processo envolvendo um conjunto complexo de reformas para atualizar, alterar e criar leis, reinterpretar judicialmente as leis existentes ou promulgar novos regulamentos e diretrizes administrativas (MASKUS, 2000). Tais alteração acarretou altos custos de transação para a padronização dos países em desenvolvimento ao acordo TRIPS (DEERE, 2009).

Após a aprovação do acordo, os países em desenvolvimento tiveram que sustentar o aumento do pagamento de *royalties*, excesso de criação de monopólios, aumento das despesas com salários de profissionais capacitados para enfrentar os novos desafios impostos pelo novo regime, custos para patenteamento de substâncias que antes não eram patenteáveis,

impedimento de realizar engenharia reversa em produtos criados em países desenvolvidos, atrasando ainda mais o desenvolvimento tecnológico nesses países (MASKUS, 2000; CRUZ, 2008; DEERE, 2009).

O conselho do TRIPS concedeu atraso na implementação das leis e normas que regulam o acordo para os países em desenvolvimento. Esses países tiveram o prazo para a adequação até no ano de 2013 (OMC, 2020). No entanto, muitos países em desenvolvimento não se adequaram às normas até o prazo estabelecido, de forma que a OMC prolongou ainda mais o prazo para esse grupo, reivindicando efetivamente mais flexibilidade do que previsto no contrato (CRUZ, 2008).

Para Deere (2009), houve uma diversidade na abordagem dos países em desenvolvimento ao implementarem os níveis da qualidade de proteção de DPI impostas pelo acordo. A autora ainda ressalta que alguns países em desenvolvimento implementaram padrões de DPI mais elevados do que os exigidos pelo TRIPS. Em contrapartida, em alguns deles o nível da qualidade de proteção de DPI varia de acordo com PI que é utilizada com abundância no país, como os direitos autorais ou propriedade industrial. Essa variação em relação à qualidade dos DPI entre os países ocorre porque o acordo TRIPS estabelece a obrigação dos países em fornecer uma lei de DPI clara e apropriada. Entretanto, não estabelece obrigações quanto à eficácia com que as leis de DPI devem ser aplicadas na prática (TAUBMAN *et al.*, 2012).

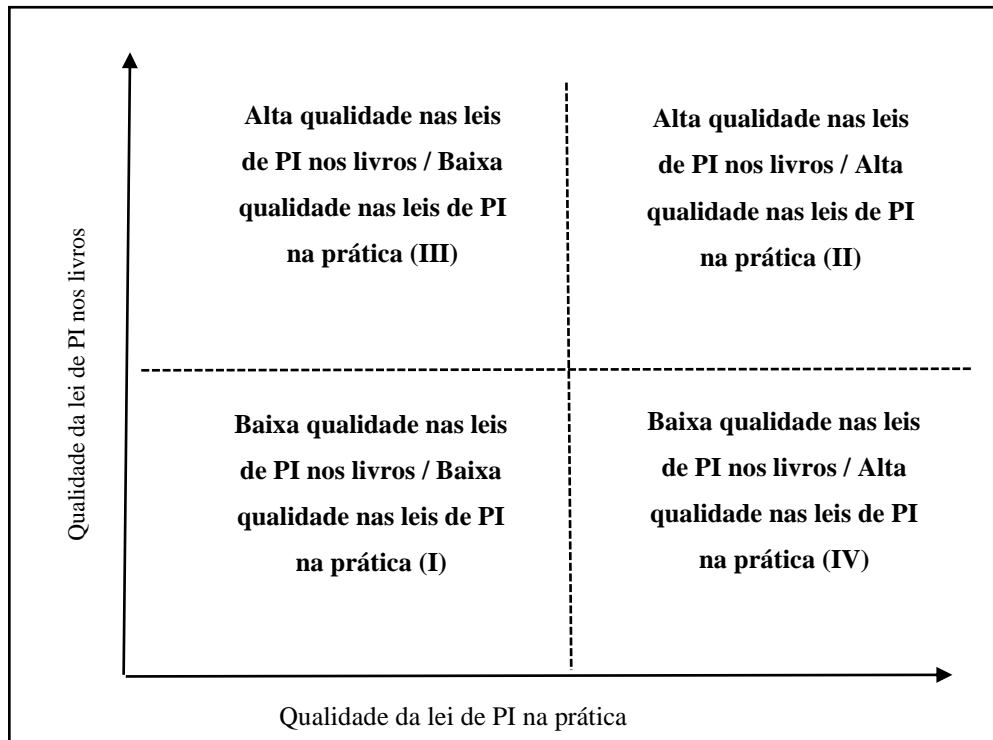
Conforme colocado por Papageorgiadis e McDonald (2019), a qualidade do nível de proteção de DPI em um país é definida por meio da qualidade das leis sobre os livros e da qualidade da lei na prática. Para os autores, a qualidade de lei sobre os livros é definida como a disponibilidade da lei de DPI que averigua os direitos de propriedade e processo legal formado para a execução, tal como imposto nos estatutos jurídicos de uma nação. A qualidade da lei na prática está relacionada com a eficácia que os atores governamentais de um país aplicam às leis de estabilidades de DPI dos livros.

Após a implementação do TRIPS, as leis de DPI nos países membros da OMC mudaram tanto nas leis, nos livros quanto na aplicação na prática. Assim, a abrangência e o escopo da lei sobre PI tiveram certa expansão nas últimas duas décadas na maioria desses países, gerando uma redução na diferença da qualidade entre essas duas dimensões, tal como evidenciado por Park (2008). Khoury *et al.* (2014) enfatizam que a aplicação dessas leis é feita por atores institucionais governamentais. Por isso, é gerada a divergência entre a norma e aplicação dessas leis de DPI.

Outro ponto que pode ser prejudicial para a qualidade das leis de DPI, tem a ver com a lentidão das mudanças institucionais informais necessárias nesse processo (NORTH, 2005; KHOURY *et al.*, 2014; PAPAGEORGIADIS; MCDONALD, 2019). Mesmo que o acordo estabeleça uma data para o ajuste na regulamentação das leis de DPI entre os países, a aplicação efetiva dessas leis na prática não ocorreu ao mesmo tempo. As instituições informais são incorporadas nas normas de comportamento e nos protocolos sociais usados pelos atores institucionais governamentais que fiscalizam o cumprimento das leis de DPI. Se estas instituições informais, que representam as leis de DPI na prática, não legitimam e apoiam as mudanças em instituições formais, que representam as leis de DPI nos livros, problemas na efetivação da proteção de DPI poderão ocorrer (OSTROM, 1990; PAPAGEORGIADIS; MCDONALD, 2019).

Papageorgiadis e McDonald (2019) identificaram que, após a adesão do TRIPS pelos países, a qualidade dos DPI passou de duas categorias-alta (II) e baixa (I)- em relação ao nível de proteção, para quatro possíveis categorias, que são: I) baixa qualidade da lei nos livros e na prática; II) alta qualidade da lei nos livros e na prática; III) alta qualidade da lei nos livros, mas baixa qualidade da lei na prática; IV) baixa qualidade da lei nos livros, mas alta qualidade das leis na prática. A Figura 1 mostra a esquematização das quatro categorias identificadas pelos autores.

Figura 1 - Quatro categorias sobre a qualidade do DPI

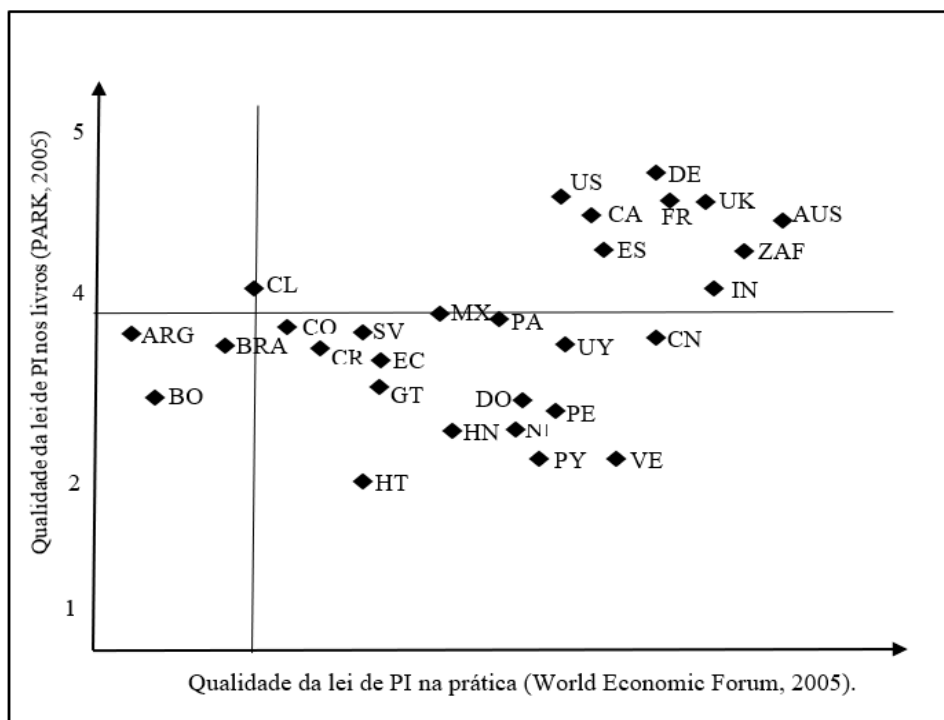


Fonte: Papageorgiadis; McDonald (2019).

Segundo os mesmos autores, as categorias III e IV surgiram após a implementação do TRIPS. A primeira nova categoria inclui os países que aumentaram os níveis de proteção nas leis, mas a eficácia de aplicação por atores institucionais dessas leis é fraca. E a segunda nova categoria, está relacionada com os países onde os atores institucionais garantem uma aplicação efetiva dos DPI, mas esses países não cumprem os padrões estabelecidos pelo acordo TRIPS sobre os requisitos das leis nos livros (PAPAGEORGIADIS; MCDONALD, 2019; PAPAGEORGIADIS *et al.*, 2020; ATHREYE *et al.*, 2020).

Ao aplicar os métodos propostos pelos autores para os países da América Latina e nos principais destinos das multilatinas, observa-se na Figura 2, que existe uma concentração de países latino-americanos no quadrante IV, que representa que dentre esses países o padrão de baixa qualidade de DPI nos livros e alta qualidade das leis de DPI na prática. Dado que, os 19 países estão espalhados entre três categorias (I, II, IV), com os 16 países posicionados nas novas categorias pós-TRIPS, sendo que 1 país está na categoria II (Chile), 15 países na categoria IV, 3 na categoria I. No entanto, ao comparar os países latinos com os países desenvolvidos, nota-se que as leis que protegem os DPI desta região ainda são fracas, pois os países que são os principais destinos de internacionalização das multilatinas estão concentrados na categoria II (ZHAO, 2006).

Figura 2 - Distribuição dos países da América Latina entre as categorias que mensuram a qualidade dos DPI



Fonte: Adaptado de Papageorgiadis; McDonald (2019).

A partir da Figura 2, é possível verificar que, embora o TRIPS tenha estabelecido a harmonização das leis e normas sobre o DPI, ele não criou um mundo de políticas uniformes de proteção de DPI. Ou seja, mesmo que os países tenham aderido ao acordo TRIPS que estabelece padrões de DPI, a implementação dessas leis se diferenciou em cada país. Existem duas razões para explicar essa diferenciação. A primeira é que o TRIPS não é um órgão autoexecutável da lei, mas sim um acordo que prescreve práticas comuns para a padronização da proteção do DPI, mas deixa a questão de implementação a cargo dos países. Na segunda, o TRIPS abordou a questão das leis, mas não as práticas para a implementação. Isso significa que os países podem diferir tanto no nível de proteção das leis como também na forma como essas leis serão colocadas em prática (MASKUS, 2000; SHADLEN *et al.*, 2005; ATHREYE *et al.*, 2020).

2.1.1.1 Países da América Latina no Acordo TRIPS

O termo América Latina foi criado durante o reinado de Napoleão III para distinguir a parte das Américas que ele esperava influenciar (AGUILERA *et al.*, 2017). Essa região é marcada pela grande expansão de recursos naturais. Assim, a alta atratividade dos setores

baseados em recursos naturais alterou a alocação de recursos, reduzindo os incentivos para os investimentos em diferentes setores da economia, e favorecendo o aumento dos fluxos de importação de bens de consumo do exterior. Para mudar esse cenário, desde a metade do século XX, os países latino-americanos se envolveram em uma série de políticas econômicas, com o objetivo de intensificar a industrialização de suas economias (PREBISCH, 1949; DEVLIN; MOGUILLANSKY, 2011; BETHELL, 2011).

No final de 1989, os funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais, como do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e diversos economistas latino-americanos, reuniram-se em Washington com o intuito de avaliar as reformas econômicas empreendidas nos países da região da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo *Institute for International Economics*, e denominada de “*Latin Americ Adjustment: How Much has Happened?*”. O objetivo do Consenso de Washington foi acelerar o desenvolvimento sem causar danos à distribuição de renda, por meio da abertura econômica e comercial, a aplicação da economia de mercado e o controle fiscal macroeconômico. Essas medidas liberais foram acatadas pelas economias latino-americanas, principalmente pela pressão e influência exercida pelo governo norte-americano e pelos órgãos financeiros internacionais (PASTOR JR., 1989; BABB, 2013; ABREU, 2014).

Com a liberalização das economias latino-americanas como estratégias para a promoção do desenvolvimento, os governos buscaram intensificar a integração de suas economias com as economias globais, com a redução das barreiras comerciais, promovendo políticas de privatizações de empresas estatais e removendo os controles sobre os preços e contas de capital (HERNÁNDEZ; PARRO, 2008; WILLIAMS, 2015; BRUHN, 2016). De modo que a década de 1990 foi caracterizada pela abertura comercial e inserção internacional baseada na especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade dos movimentos de capitais das economias da América Latina. Durante essa década, essas economias implementaram uma série de reformas estruturais que refletiam uma nova direção em termos de políticas econômicas e comércio internacional (BIELSCHOWSKY, 1998).

Entretanto, a entrada desses países no comércio internacional foi marcada pelo nível de endividamento, dependência e insuficiência exportadora, de forma que o crescimento econômico, progresso técnico e emprego resultaram de um processo de industrialização que combinava políticas orientadas para o mercado interno e ao esforço exportador, mas limitava a capacidade dessas economias de sustentar o crescimento econômico, devido ao nível de endividamento que se encontravam (BIELSCHOWSKY, 1998).

Com a fundação OMC na rodada do Uruguai em 1995, todos países da América Latina aderiram à organização entre os anos de 1995 e 1997 (OMC, 2020). Dessa forma, todos os países latino-americanos foram obrigados a cumprir os requisitos mínimos do acordo TRIPS, sujeitos a períodos para a adequação de suas leis e normas ao acordo TRIPS (MASKUS, 2014).

Figura 3 - Países da América Latina membros do acordo TRIPS



Fonte: Adaptado da OMC (2020).

A Figura 3 apresenta o ano de adesão de cada país latino-americano ao acordo TRIPS. Observa-se que os quatro países latinos ainda não se adequaram aos padrões mínimos de DPI para a adesão ao acordo, são eles o Equador, Guatemala, Haiti e Venezuela (OMC, 2020). Outro ponto de destaque em relação à Figura 3 versa sobre o aproveitamento da flexibilização dada aos países em desenvolvimento para a adequação das normas para os padrões mínimos de DPI. Nota-se que as economias menos desenvolvidas da América Latina, aderiram ao acordo após o ano de 2013, prazo anteriormente estabelecido pelo acordo TRIPS.

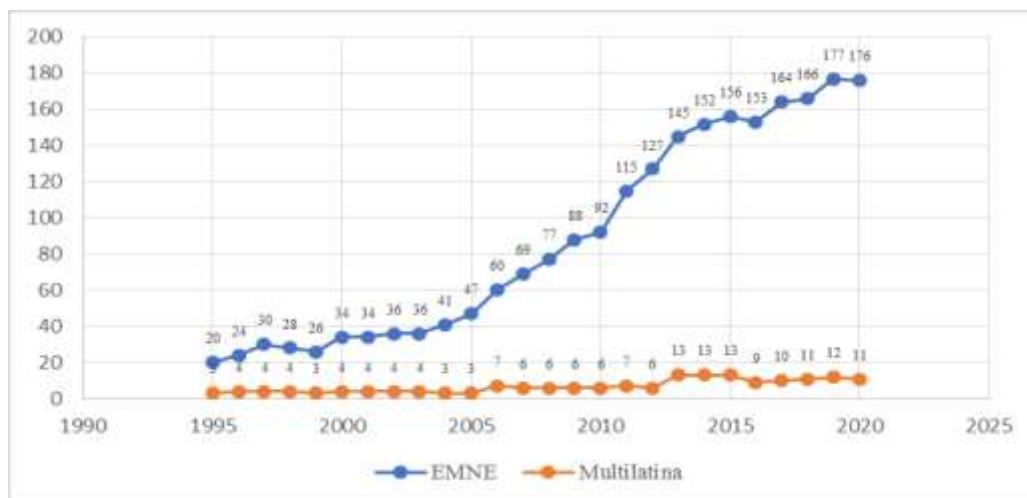
2.2 A Internacionalização das Empresas de Mercados Emergentes

O processo de internacionalização é uma dimensão importante do processo de estratégia contínua da maioria das empresas, de modo que determina o desenvolvimento contínuo e mudança nas estratégias internacionais das empresas em termos de escopo, ideia de negócio, princípios organizadores, normas convergentes, dentre outros (JOHANSON; VAHLNE, 2009). A dimensão da internacionalização está relacionada com todos esses aspectos do processo de estratégia (MELIN, 1992). Brenes *et al.* (2015) enfatiza que as empresas atingem a excelência quando elas internacionalizam as suas atividades.

Diferente do caminho de internacionalização adotado pelas EMNs de mercados desenvolvidos como, por exemplo, as empresas dos Estados Unidos, Europa e Japão, as Empresas Multinacionais de Mercados Emergentes (EMNE) se beneficiaram fortemente da internacionalização regional, cooperando (via fabricação conjunta e alianças estratégicas) com empresas multinacionais que transferiram tecnologias e habilidades organizacionais, permitindo assim as EMNEs se lançarem no mercado internacional mais tarde e de maneira convencional (LUO; TUNG, 2017). Sendo assim, as EMNEs são teoricamente diferentes das EMN, uma vez que sua vantagem comparativa é baseada no status retardatário e a natureza idiossincrática de seu país de origem, como o acesso à mão de obra e apoio governamental, em oposição às vantagens específicas da empresa em que as EMNs confiam. Além do mais, as EMNEs usam essas vantagens para adquirir conhecimentos e recursos estratégicos para desenvolver as vantagens que as ajudarão a se tornarem e permanecerem competitivas no mercado global (GAFFENEY *et al.*, 2016).

O comportamento de internacionalização das EMNEs é sistemático, pois o processo é planejado intencionalmente para facilitar o crescimento da empresa e para estabelecer a competitividade no comércio internacional (LUO; TUNG, 2007, 2017). Com a internacionalização, as EMNEs saem do seu país de origem em busca de ativos estratégicos (como, por exemplo, acesso às novas tecnologias, operações de P&D, know-how operacional e conhecimento gerencial) e a oportunidade de promover o desenvolvimento econômico e social em seu país de origem (GAFFENEY *et al.*, 2016).

O processo de internacionalização das EMNEs se intensificou nos últimos trinta anos, bem como também ocorreu entre as multilatinas (CUERVO-CAZURRA, 2019). A Figura 4 mostra o número de EMNEs na *Fortune Global 500* de 1995 a 2020, aumentando de 20 para 176 empresas durante esse período, sendo que as multilatinas também tiveram um aumento nesse relatório, passando de 3 empresas no ano de 1995 para 11 em 2020.

Figura 4 - Número de EMNEs na *Fortune Global 500* durante os anos de 1995 a 2020

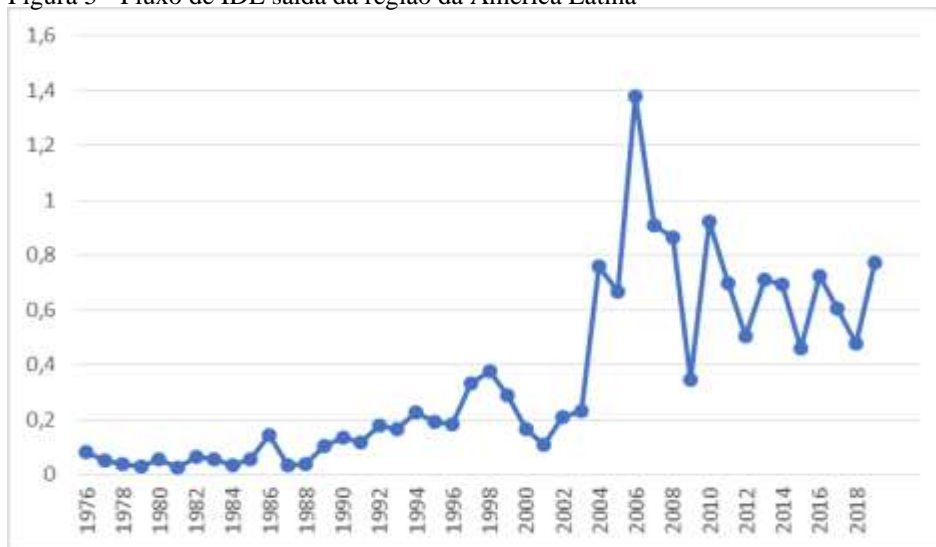
Fonte: Adaptado de Luo; Tung (2017).

O que diferencia as multilatinas de outras EMNEs é que elas são de origem de países latino-americanos, que compartilham relações em seus antecedentes históricos, econômicos e desenvolvimento político, além de afinidades socioculturais e geográficas semelhantes que os diferenciam de outras regiões do mundo (CASANOVA *et al.*, 2009; CUERVO-CAZURRA, 2016). Essas empresas possuem uma forte influência do seu país de origem em seu comportamento de internacionalização (CUERVO-CAZURRA, 2012). Todavia, para o autor, a interferência do país de origem pode gerar influência nos estágios de internacionalização em que as empresas se encontram e em sua localização geográfica.

Assim, aquelas que conseguem crescer e prosperar em tais contextos desenvolvem recursos específicos, que estão associados às estratégias adotadas por elas para gerenciar as barreiras comerciais presentes em seus países de origem (AGUILERA *et al.*, 2017). Algumas dessas empresas aproveitam suas capacidades de atuar em países com vazios institucionais presentes para entrar em outros mercados emergentes com características institucionais semelhantes (CUERVO-CAZURRA; GENC, 2008). Em outras situações, essas empresas aproveitam as idiossincrasias de mercado, como regulamentação desvalorizada ou com protecionismo na forma de tarifa e subsídio, para investir na internacionalização de uma forma rápida e com recursos em abundância (CUERVO-CAZURRA, 2016).

Com base na Figura 5, é possível verificar que as empresas da região latino-americana começaram a se internacionalizar a partir da década de 1980, mesmo tendo operado nos seus mercados de origem por anos. A Figura ainda mostra que, a partir de 2004, ocorreu uma expansão da internacionalização dessas empresas, atingindo o pico em 2006.

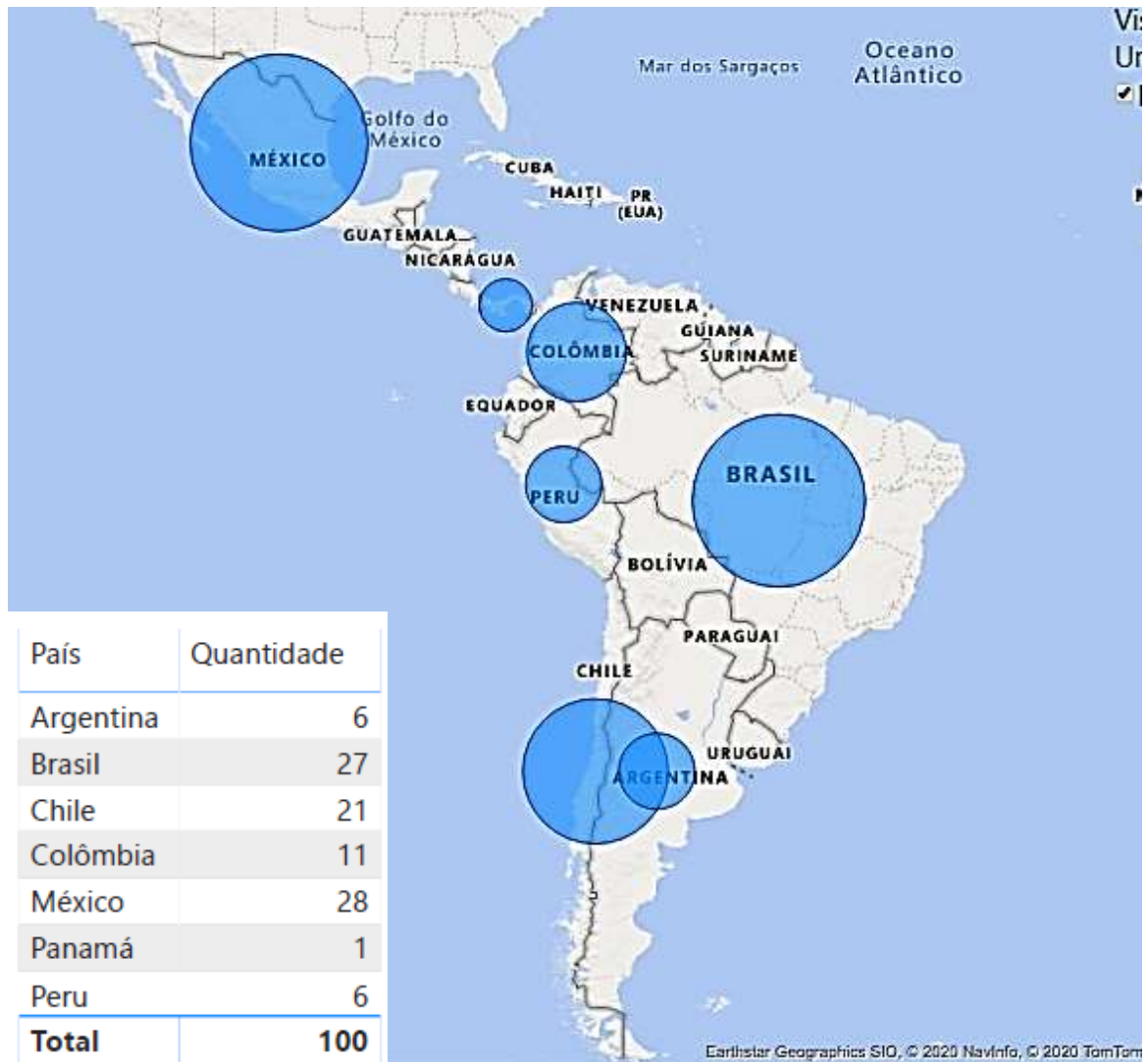
Figura 5 - Fluxo de IDE saída da região da América Latina



Fonte: World Bank (2021).

Em relação aos países de origem dessas empresas, a Figura 6 traz uma relação com a origem das principais multilatinas que foram classificadas segundo o ranking da revista América Economia (2020). É possível observar na Figura 6 que o tamanho do país de origem tem uma grande influência em apoiar a criação de multilatinas. Para Cuervo-Cazurra (2016), é possível distinguir três principais grupos de países que dão origem às multilatinas. O primeiro grupo é formado por países com grande população e crescimento econômico (PIB), como o México e Brasil, sendo mais propensos a apoiar a criação de grandes empresas e criar oportunidades para que se tornem multinacionais. O segundo grupo é dos países com a população e crescimento econômico menores, como o Chile e a Colômbia, que refletem como as economias abertas com políticas macroeconômicas prudentes podem ajudar as empresas domésticas a se tornarem altamente competitivas no mercado doméstico, criando condições para que elas possam chegar ao mercado internacional. Por fim, o terceiro grupo é composto por países com população desproporcionalmente pequena e baixo nível de crescimento do PIB, como Peru e Panamá.

Figura 6 - Países de origem das multilatinas



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A Figura 7 traz uma relação acerca da concentração mundial das subsidiárias das multilatinas. É possível observar que existe uma concentração de multilatinas na região da América Latina, esse fato vai ao encontro dos achados do autor Cuervo-Cazurra (2008), o qual enfatiza que as EMNEs optam por iniciar seu processo de internacionalização em países vizinhos, visto que apresentam níveis mais baixos de dificuldades. Além disso, a forte concentração de subsidiárias de multilatinas nos Estados Unidos é explicada por Casanova *et al.* (2009), quando ressalta que essas empresas primeiro se internacionalizaram na região da América Latina, depois foram adquirindo conhecimento e experiência nesse processo e, em seguida, entraram com sucesso nos Estados Unidos e Europa.

Figura 7 - Concentração geográfica das subsidiárias das multilatinas



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tendo em vista que o processo de internacionalização das EMNEs seguiu caminhos distintos do que a teoria previa para as EMN, a subseção seguinte apresenta uma síntese de quatro das principais teorias desenvolvidas tendo como base a diferenciação do processo de internacionalização das EMNEs.

2.2.1 Teorias sobre a Internacionalização de Empresas em Países em Desenvolvimento

Com o objetivo de explicar o processo de internacionalização das EMNEs, foram propostas algumas teorias visando a abranger essa lacuna teórica. A justificativa se deu devido ao comportamento de internacionalização adotado pelas EMNEs, visto que elas apresentam uma aceleração na trajetória de internacionalização, bem como o uso de redes de trabalho e a busca para superar as deficiências de recursos de seus mercados internos (LUO;

TUNG, 2017). As teorias anteriores não englobam tais questões pelo fato de as EMNs terem seguido caminhos diferentes (CUERVO-CAZURRA, 2012).

Luo e Tung (2007) formularam a teoria da ‘perspectiva do trampolim’. Para eles, a teoria se concentra na lógica de que as EMNEs utilizam a expansão internacional como um trampolim para atingir vários objetivos estratégicos, como a aquisição de ativos estratégicos, compensar os vazios institucionais dos seus países de origem, compensar suas desvantagens na competição do comércio internacional e explorar pontos fortes únicos para adquirir ativos estratégicos.

O modelo LLL (*linkage, leveraging, learning*) foi proposto por Mathews (2006). Segundo o autor, a estrutura LLL se concentra nas EMNEs de países asiáticos que foram recentemente industrializados, como Cingapura, Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan, que se envolveram em um grande fluxo de IDE no início da década de 1990 em resposta à pequena base de mercado doméstico, aumento dos custos de mão de obra e valorização das moedas de suas economias de origem. O primeiro “L” (*linkage*) diz respeito às parcerias externas com as quais as EMNEs se envolveram e fizeram com que elas superassem as deficiências de recursos existentes, aproveitando (segundo “L” - *leveraging*) os relacionamentos estabelecidos. E o terceiro “L” (*learning*) faz referência ao aprendizado resultante da aplicação repetida de processos de ligação e alavancagem organizacional.

Os autores como Ramamurti (2012) e Dunning e Lundan (2008) argumentaram que as EMNEs possuem algumas vantagens de propriedade antes de se internacionalizarem, mas essas vantagens podem ser diferentes das possuídas pelas EMNs. Ramamurti (2012) e Narula (2012) complementam que essas vantagens são específicas do contexto do país de origem, de modo que implicam baixo poder de transferibilidade para ambientes externos.

A lógica da arbitragem institucional abrange noções passivas (escapismo) e ativas (exploração). A lógica do escapismo enfatiza que as EMNEs se tornam empresas globais com a finalidade de evitar os vazios institucionais de seus países de origem (WITT; LEWIN, 2007; BOISOT; MEYER, 2008). Para evitar os ambientes domésticos, as EMNEs tendem a investir em mercados avançados em que o DPI é mais forte e as condições institucionais são propícias ao desenvolvimento de negócios. A visão da exploração enfatiza que as EMNEs são propícias a investirem em ambientes institucionalmente fracos, dado sua experiência em operar nessas condições de dificuldade e incertezas (CUERVO-CAZURRA; GENC, 2008). Ou seja, nesses ambientes as EMNEs possuem vantagem competitiva em relação a EMN.

Dunning (1988) destaca que o IDE é fruto da internacionalização das empresas e envolve duas direções, ou seja, interno (IDE entrada) e o externo (IDE saída) (NGUYEN; LE,

2016). Para Dunning (1988), existem quatro principais tipos de motivação para uma empresa realizar o investimento estrangeiro. O primeiro é a busca de recursos (*resource seeking*), que busca o acesso aos recursos naturais, matérias-primas ou outros fatores produtivos que são de grande abundância ou de baixo custo em determinada região. O segundo é a busca de mercado (*market seeking*), em que a principal motivação da empresa ao realizar o investimento é entrar em um novo mercado para, por exemplo, aumentar o número de clientes. O terceiro é a busca de eficiência (*efficiency seeking*), que objetiva a melhoria da eficiência das EMNs, tornando-as mais produtivas como, por exemplo, por meio da melhora na divisão do trabalho ou especialização dos recursos (FERREIRA *et al.*, 2013). O quarto é a busca por recursos estratégicos (*strategic asset seeking*), que busca desenvolver as competências, capacidades e recursos das EMNs, com o objetivo de aumentar as vantagens competitivas.

Com o intuito de resumir os argumentos sobre o IDE, Dunning (1977, 1981) propõe o paradigma eclético OLI (*Ownership- Location-Internalization*) para fornecer uma explicação quanto ao estabelecimento do IDE. Conforme o paradigma eclético, uma EMN irá realizar a internacionalização se obtiver pelo menos um tipo de vantagem, seja a vantagem de propriedade, vantagem da localização ou vantagem da internalização (DUNNING, 1977; NGUYEN; LE, 2016).

A vantagem de propriedade (*ownership- "O"*) figura como os atributos da própria empresa, de modo que incluem a marca do produto, técnicas de produção, habilidade de negócios e economias de escala que ajudam a EMN a competir com sucesso contra as empresas locais (NGUYEN; LE, 2016). A vantagem da Localização (*location- "L"*) está relacionada com as condições específicas da localização dos países de origem e anfitrião, como tamanho do mercado, disponibilidades de recursos naturais, mão de obra acessível, incentivos fiscais dentre outros ativos que as empresas precisam para realizar suas atividades. Essas vantagens tornam um país atraente para a instalação de uma EMN e, quanto mais imóveis forem as vantagens de localização de um país, será mais provável que uma EMN escolha investir nele (NGUYEN; LE, 2016; YOO; REIMANN, 2017). A vantagem de internalização (*internalization- "I"*) caracteriza os atributos próprios das empresas, que incluem vantagens específicas das EMNs de autoprodução. Quanto mais alto for o valor da internalização de um mercado intermediário internacional, maior será a probabilidade de uma EMN internalizar a produção desse produto ao invés de terceirizá-lo por meio de um acordo contratual. Além disso, a internalização de ativos, em especial os intangíveis e de difícil transferência, garante os DPI evitando a reprodução não autorizada deste produto (NGUYEN;

LE, 2016; YOO; REIMANN, 2017). A combinação dessas três vantagens permite explicar o escopo e a distribuição geográfica das atividades das EMNs (FERREIRA *et al.*, 2013).

Após a análise das teorias que explicam o processo de internacionalização das EMNEs, é possível observar que existe uma tendência das EMNEs se internacionalizarem visando à obtenção de vantagens competitivas por meio do acesso aos recursos estratégicos disponíveis nos países anfitriões.

2.2.2 Investment Development Path (IDP)

O *Investment Development Path* (IDP) é uma extensão do paradigma eclético de Dunning (1981, 1988). Ele abrange as teorias que explicam simultaneamente o IDE interno e o IDE externo. O IDP examina a relação sistemática entre a posição de investimento externo líquido de um país, essa relação é calculada a partir da diferença entre o IDE entrada e o IDE saída, e seus estágios de desenvolvimento (NGUYEN; LE, 2016). Dunning (2001) profere que a hipótese básica do IDP é, à medida que um país se desenvolve, a configuração das vantagens OLI para as empresas estrangeiras que podem realizar investimentos nesse país, e para suas próprias empresas que podem optar em realizar investimentos no exterior, sofrerá mudanças, e é possível identificar as condições das mudanças e seus efeitos na trajetória de desenvolvimento do país. O autor acrescenta ainda que o seu modelo passou por mudanças ao incorporar que as interações entre as empresas estrangeiras e as domésticas podem influenciar o caminho de investimento do país.

O modelo argumenta que um país tem a tendência de passar por cinco diferentes estágios de desenvolvimento econômico e esses cinco estágios podem ser classificados pela tendência de ser um investidor estrangeiro ou de ser um receptor de investimentos estrangeiro (DUNNING, 1981, 1986, 1988). Dunning e Narula (1993) evidenciam que cada estágio de desenvolvimento ocasiona uma mudança na composição da vantagem absoluta e comparativa de um país e isso pode afetar a configuração dos padrões de investimento estrangeiros futuros.

No primeiro estágio, os países são receptores líquidos de IDE, uma vez que as vantagens de localização de um país são insuficientes para atrair investimentos direto interno, com exceção daqueles decorrentes da posse de ativos naturais (NGUYEN; LE, 2016). As vantagens das empresas domésticas são poucas, uma vez que há pouco acúmulo tecnológico disponível no país, resultando em poucos ativos criados. As empresas domésticas não têm vantagens necessárias para se envolverem em IDE saída. Nesse estágio, o governo intervirá na economia por meio da valorização do capital humano, ao elaborar políticas públicas para

aumentar o nível educacional do país e o treinamento do pessoal, e pelo engajamento de uma variedade de políticas econômicas e sociais para a reestruturação do mercado (DUNNING; NARULA, 1993).

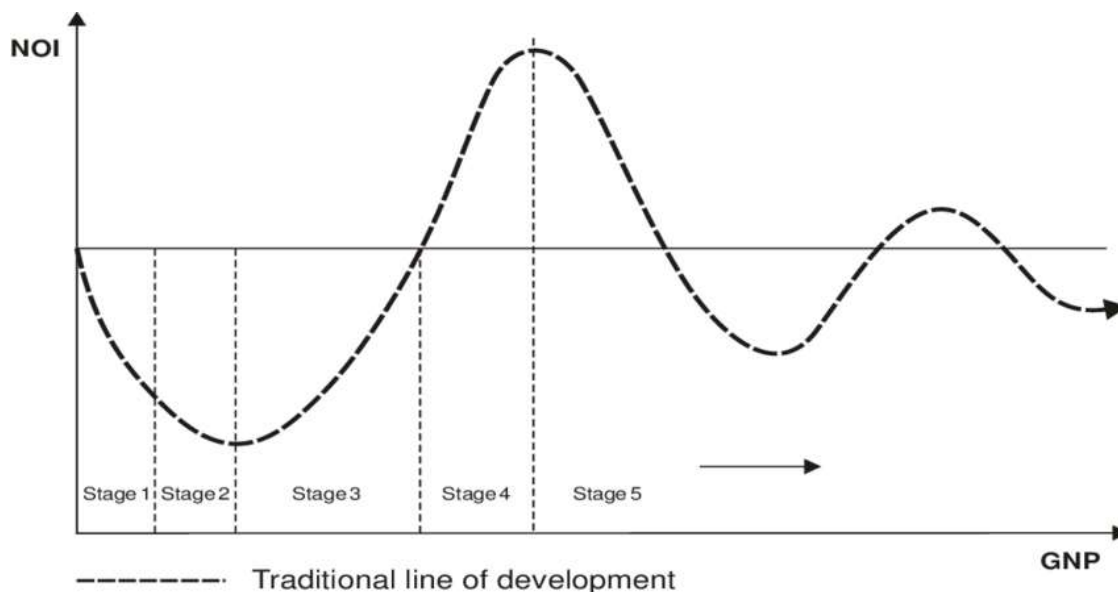
No estágio 2, o IDE entrada começa a aumentar, enquanto o IDE saída permanece baixo ou insignificante (DUNNING *et al.*, 2001). Nguyen e Le (2016) proferem que as vantagens de localização do país anfitrião melhoram nesse estágio, uma vez que os governos começam a colher os benefícios das políticas públicas implementadas durante o estágio 1 (DUNNING *et al.*, 2001). O IDE saída começa a crescer neste estágio. Pode ser devido a um tipo de busca de mercado ou comércio em territórios adjacentes, ou tipo de busca de ativo estratégico em países desenvolvidos (STOIAN, 2013).

Os países no estágio 3 são marcados por uma diminuição gradual na taxa de crescimento do IDE entrada e um aumento na taxa de crescimento do IDE saída, resultando em um aumento do investimento externo líquido. Os países ainda são chamados de ‘emergentes’ ou recentemente industrializados (DUNNING; NARULA, 1993; NGUYEN; LE, 2016). O estágio 4 é alcançado quando o IDE saída excede ou é igual ao IDE entrada e quando a taxa de crescimento do IDE saída está crescendo mais rapidamente do que a taxa do IDE entrada. Dentro desse estágio, as empresas nacionais podem competir efetivamente com as empresas estrangeiras em setores domésticos nos quais o país desenvolveu vantagem competitiva, mas também podem entrar em mercados estrangeiros (DUNNING; NARULA, 1993; STOIAN, 2013; NGUYEN; LE, 2016).

Os países no estágio 5 têm o IDE líquido em torno de zero (DUNNING *et al.*, 2001). Os países que alcançaram o estágio 5 são modernos, industrializados, com altos níveis de investimento em P&D. O IDE se torna menos dependente das vantagens de localização e mais sobre as estratégias das EMNs. Os diferentes mercados que atingiram o estágio 5 de desenvolvimento possuem semelhanças no nível de desenvolvimento. Dessa forma, as vantagens de localização tornam-se cada vez mais vitais (NGUYEN; LE, 2016).

A Figura 8 ilustra os cinco estágios do IDP de Dunning.

Figura 8 - Os cinco estágios do IDP de Dunning



Fonte: Dunning; Narula (1993).

O modelo de IDP é uma expansão das condições impostas por Dunning sobre a internacionalização das EMNs em um nível macroeconômico para explicar os padrões de IDE de um país (STOIAN, 2013; NGUYEN; LE, 2016). Contudo, Dunning enfatizou que nem todos os países irão passar por todas as cinco fases, uma vez que o movimento ao longo do IDP pode ocorrer ao passo que um país pode pular uma etapa, como também um país pode regredir em uma etapa.

2.2.3 Teorias sobre o Transbordamento do IDE nas Economias em Desenvolvimento

Com o intuito de explicar os efeitos dos transbordamentos do IDE nas economias em desenvolvimento, foram propostas algumas teorias para preencher essa lacuna teórica. Transbordamentos⁴ de conhecimento ocorrem quando o conhecimento recém-criado de uma organização não pode ser totalmente internalizado, de forma que o excedente de conhecimento fica espalhado para outras organizações regionais (NING *et al.*, 2016). Bruhn (2016) destaca que, para compreender o conceito de transbordamento, é necessário distingui-lo dos conceitos de externalidades e encadeamentos. As externalidades são os resultados decorrentes das ações de uma EMN que são disponibilizados para outras empresas no mercado sem que tenha compensações ou remunerações a EMN pelos possíveis benefícios

⁴ Referente ao termo em inglês *Spillovers*.

trazidos para as demais empresas atuantes no mercado. A autora enfatiza que todos os transbordamentos são externalidades, mas nem todas as externalidades são transbordamentos, visto que as externalidades também podem acontecer em função de efeitos de encadeamentos, que são as conexões ou ligação entre as EMNs e as empresas locais.

Na literatura, existe uma ampla gama de trabalhos que tratam da discussão do efeito de transbordamento decorrente do investimento estrangeiro nas economias anfitriãs (KOKKO *et al.*, 2001; ZHANG; FELMINGHAM, 2002; CHEUNG; PING, 2004; WANG; WU, 2016). Para esses autores, o IDE entrada pode beneficiar as empresas domésticas por meio dos canais indiretos, como engenharia reversa, rotatividade de mão de obra qualificada, efeitos de demonstração e melhora no relacionamento entre fornecedor-cliente (CHEUNG; PING, 2004). Por esse motivo, os governos podem estar mais propensos a reavaliar suas políticas econômicas para atraírem a entrada de novas EMNs.

Blomstrom e Kokko (1999) salientam que os transbordamentos podem ocorrer por meio de quatro canais. O primeiro é a partir do treinamento de funcionários locais afiliados às EMNs, de modo que as várias habilidades adquiridas durante o trabalho em uma EMN podem transbordar à medida que os funcionários se mudam para outras empresas ou estabelecem seus próprios negócios. O segundo é por meio da demonstração ou imitação, em que as empresas locais podem aprender com as EMNs e obterem melhorias produtivas. O terceiro é por meio das exportações, que ocorrem quando as EMNs que possuem uma infraestrutura mais bem desenvolvida, oferecem condições para que as empresas domésticas sigam os mesmos processos de exportação reduzindo, assim, os custos para as empresas domésticas internacionalizarem suas atividades. Por fim, o quarto é por meio do aumento da concorrência desencadeada pela entrada de EMNs em um mercado, embora a concorrência estimule as empresas domésticas a se tornarem competitivas visando à permanência no mercado, a entrada de novas EMNs pode eliminar as empresas domésticas do mercado, quando as EMNs possuem ativos dominantes, acesso às fontes de financiamentos e tecnologias avançadas (BRUHN, 2016).

Crespo e Fontoura (2007) investigaram os efeitos do transbordamento de IDE sobre o desempenho das empresas domésticas de países em desenvolvimento. Segundo os autores, os países anfitriões se beneficiam potencialmente do IDE recebido ao incorporarem em suas empresas o transbordamento de tecnologia e conhecimento das EMNs. Contudo, é destacado pelos autores que a capacidade de absorção, tamanho das empresas e capacidades tecnológicas são condições preliminares para a incorporação dos benefícios desses transbordamentos nas empresas domésticas.

Wang e Wu (2016) examinaram os efeitos causados pela entrada de EMNs sobre a inovação das empresas domésticas da China. Foi encontrado no estudo que as atividades com proximidade geográfica das EMNs facilitaram significativamente o desenvolvimento de inovações das empresas domésticas. Além disso, os efeitos do transbordamento do IDE podem ser reforçados por atividades inovadoras das empresas domésticas.

Os estudos citados evidenciam que, para as empresas domésticas conseguirem se beneficiar das melhorias trazidas com a entrada de EMNs em seus países de origem, é necessário que elas tenham uma forte capacidade de absorção, bases tecnológicas e mão de obra qualificada. Percebe-se também a importância da participação das empresas em redes de negócios locais e a concentração geográfica dessas empresas para o aproveitamento dos transbordamentos. Observa-se que o país de origem possui papel fundamental para o desenvolvimento de um ambiente propício para a entrada das EMNs. Conclui-se que para o aproveitamento dos transbordamentos das EMNs as empresas domésticas devem ter base tecnológica e capacidade para absorverem as melhorias locais trazidas pelas entradas das EMNs.

3 HIPÓTESES DA PESQUISA

Neste capítulo, são apresentadas as hipóteses que serão testadas nesta pesquisa para analisar como o DPI influenciou na internacionalização das empresas multilatinas. Essas hipóteses serão sustentadas pelo *Investment Development Path* (IDP), que é uma extensão do paradigma eclético de Dunning (1981, 1986, 1988). Para atender aos objetivos específicos deste trabalho, foram desenvolvidas sete hipóteses de pesquisa que serão apresentadas e discutidas nesta seção.

3.1 Relação entre o Direito de Propriedade Intelectual e o Fluxo de Recebimento do Investimento Direto Estrangeiro

A implementação bem-sucedida ao acordo TRIPS sinaliza que garantir o DPI de boa qualidade é possível, mas requer constante atualização e desenvolvimento das atividades legislativas para resolver as contínuas adequações nas leis de PI (OMC, 2020). Essa constante atualização encoraja a realização do IDE. Esse fato ocorre devido à redução nos custos de transações e riscos para as empresas que procuram usar a internacionalização para aproveitarem dos benefícios trazidos para as economias pós-implementação do acordo TRIPS (PAPAGEORGIADIS *et al.*, 2020).

Dunning e Narula (1993) enfatizam que os países são responsáveis por promover políticas governamentais como, por exemplo, o aumento no nível de proteção do DPI e do sistema econômico, ou seja, o sistema geral adotado por um governo para determinar a maneira como os recursos e o mercado serão organizados. Com a melhora da estrutura econômica, os países criarão melhores condições tanto para a atuação das empresas domésticas, para gerarem ativos específicos de propriedade que permitam que essas empresas atendam as demandas do mercado internacional, quanto para a EMNs entrantes que se envolvem em atividades de valores adicionados que geram avanços e vantagens comparativas dinâmicas dentro de sua própria jurisdição (DUNNING, 2000).

Sendo assim, com as leis e normas que regulamentam o DPI mais fortes nos países em desenvolvimento, criou-se condições para que as EMNs dos países desenvolvidos-líderes tecnológicos globais que possuem grande parte da propriedade global de se internacionalizarem para ganhar mais campo para o desenvolvimento das atividades de P&D e outras atividades inovadoras (LEE *et al.*, 2018). O fortalecimento das leis de DPI indica

uma disposição dos países em oferecerem um ambiente favorável para o desenvolvimento de ativos de PI, tal sinalização pode ser eficaz para atrair IDE (PAPAGEORGIADIS *et al.*, 2020).

Nos países em desenvolvimento, as diretrizes que afetam o fluxo de recebimento de IDE estão relacionadas com a adoção da reforma ao acordo TRIPS (KHOURY; PENG, 2011). Ou seja, as EMNs entrantes se beneficiam de reformas mais orientadas para o mercado e investem mais em países em desenvolvimento que priorizam esses acordos internacionais (RAMAMURTI; DOH, 2004). Khoury e Peng (2011) enfatizam que a adesão ao acordo TRIPS é uma reforma crítica direcionada para o mercado, capaz de influenciar o IDE. Os autores ainda complementam que sem a presença das leis e normas padronizadas sobre o DPI, as EMNs enfrentam elevados custos de transação, visto que terão que aumentar a fiscalização, monitoramento e custos de contratação. Peng (2003) e Williamson (1991) proferem que esses custos de transação adicionais desestimulam o IDE, uma vez que os riscos de apropriação indevida de DPI são derivados tanto das empresas domésticas quanto do governo. Dessa forma, as EMNs interpretam as mudanças nas políticas de DPI como uma sinalização de maior confiança na proteção do governo (KHOURY; PENG, 2011).

Ginarte e Park (1997) mencionam que as EMNs são mais propensas a investir nos países em desenvolvimento, nos quais os governos anfitriões apresentam maior comprometimento com as leis e normas de DPI. Países com as leis e normas de DPI bem estabelecidos e colocados em prática podem ser um atrativo para as EMNs entrarem nessas economias via IDE. Portanto, os argumentos apresentados permitem que seja formulada a hipótese a seguir:

• **Hipótese 1a** - Existe uma relação positiva entre o aumento do nível de DPI e o aumento do fluxo de recebimento de IDE nos países da América Latina.

A entrada do IDE nas economias em desenvolvimento pode trazer diversas melhorias para o investimento e crescimento econômico, visto que a entrada do investimento traz capital, tecnologia, habilidades gerenciais, know-how e redes de marketing de economias avançadas (DIKOVA; VAN WITTELOOSTUIJN, 2007). Contudo, a promoção do investimento e crescimento econômico por meio do IDE dependerá das características econômicas do país (DUNNING, 2001), mesmo porque a entrada de EMN depende das vantagens de localização oferecidas pelas economias anfitriãs (DUNNING, 1998). Lee *et al.* (2018) reforçam que para maximizar a contribuição do IDE objetivando o crescimento e

desenvolvimento econômico, a estrutura institucional e política precisam maximizar o retrocesso e ligações futuras como, por exemplo, para apoiar a entrada de uma fábrica de montagem de automóveis, o país deve promover a criação de uma indústria de peças e componentes automotivos.

Porter (2008) destaca que as empresas desenvolvem vantagens competitivas com base nas vantagens únicas disponíveis nos países em que estão instaladas. Os países podem oferecer um ambiente de negócios propício para estimular as empresas a competirem no mercado internacional, criando um ambiente de negócios produtivos, inovativo e criando condições para o melhor relacionamento com clientes. Quanto mais sofisticados são as vantagens específicas do país (VEP), maiores são as oportunidades para as empresas desenvolverem suas vantagens específicas (PARENTE *et al.*, 2013).

A teoria do IDP de Dunning (1981) salienta que a propensão de investimentos estrangeiro por parte das empresas dependem das características do país de origem e do potencial país de sede. Sendo assim, o contexto nacional molda o fluxo de recebimento do IDE (WEI *et al.*, 2012). Portanto, o nível de desenvolvimento econômico e as VEP são fatores importantes para explicar o estágio de investimento dado a sua influência nas vantagens de localização das empresas domésticas e EMNs que entraram via IDE na economia (BUCKLEY *et al.*, 2008).

Sendo assim, a entrada de EMNs via IDE em uma economia depende das vantagens de localização oferecidas pelas economias anfitriãs (DUNNING, 1998). De acordo com Holmes *et al.* (2016), as vantagens de localização de um país influenciam a capacidade das EMNs de criarem e capturarem valor por meio das condições do país. Piperopoulos *et al.* (2018) complementam que nem todas as opções de localização são igualmente benéficas para todas as EMNs.

Fainshmidt *et al.* (2014) destacam que o fluxo de IDE recebido pelo país pode ter sido estimulado pelas alterações nas leis e normas de DPI após a adesão ao acordo TRIPS. Teece (1986) frisam que a fraca qualidade de proteção de DPI em um país reduz os incentivos das EMNs de entrarem no país, visto que com essa entrada os riscos de desapropriação de tecnologia são alto para as EMNs podendo, assim, prejudicar as vantagens competitivas dessas empresas. Mas quando a qualidade de proteção de DPI é forte, as EMNs sentem mais seguras em entrarem nessas economias, visto que existem leis e normas que protegem a PI desenvolvida pela empresa (WU *et al.*, 2016).

Após a adesão ao acordo TRIPS, foi observado um aumento na criação e circulação de conhecimento nas economias (FAINSHMIDT *et al.*, 2014), de forma que a criação e

disseminação do conhecimento incentivaram a inovação e a formação de capital humano em múltiplas áreas (MUZAKA, 2010; ELMAHJUB, 2015).

O acesso ao baixo custo de capital humano de qualidade oferece incentivos para as empresas multinacionais intensivas em P&D realizarem o IDE nas economias em desenvolvimento. Dado que essas empresas possuem mecanismos alternativos para promover a proteção de DPI, devido à eficiência do sistema de transferência integrado e rápido desenvolvimento de novas tecnologias, que operam em vários regimes de DPI. Além do mais, essas empresas protegem os recursos complementares em regiões com forte qualidade na proteção de DPI garantindo a opção de realizar suas operações em diversas regiões do mundo (ZHAO, 2006). Assim, houve um transbordamento em favor da circulação do conhecimento nessas regiões.

Em síntese, após a adesão dos países ao acordo TRIPS que estabelece padrões mínimos de nível de qualidade para a proteção do DPI foi observado um aumento no nível de capital humano qualificado, principalmente nos países em desenvolvimento (ZHAO, 2006; YOO; REIMANN, 2017). Tendo em vista que mão de obra nos países em desenvolvimento é mais barata em comparação com os países desenvolvidos, esse acesso de baixo custo a um capital humano de qualidade oferece oportunidades para as empresas intensivas em P&D de entrarem nessas economias para aproveitarem os benefícios trazido pós-acordo TRIPS nas economias em desenvolvimento (YOO; REIMANN, 2017). Com isso, é possível formular a seguinte hipótese:

Hipótese 1b: Existe uma relação positiva entre o fluxo de recebimento de IDE com o aumento das vantagens específicas dos países da América Latina.

Com a melhora do ambiente dado pelo aumento no nível de proteção do DPI, as vantagens de localização dos países podem melhorar, uma vez que esses países tendem a apresentar altas taxas de crescimento, expansão do mercado doméstico em termos de escala e poder de compra, melhoramento na infraestrutura em termos de transporte, sistemas de comunicação e mão de obra abundante de baixo custo. Essas características tornam o ambiente mais atraente para mais EMNs se instalarem (DUNNING; NARULA, 1993).

Para Krugman (1991), os efeitos de melhoria, principalmente o efeito da densidade populacional, podem ser explicados como uma função de economias de escala. Ou seja, uma região com fatores de produção em abundância será um lugar mais atraente para produzir em função do mercado consumidor e da disponibilidade dos bens e serviços da região.

Dunning e Narula (1993) discorrem que a melhora nas VEP ocorre por meio da atualização de recursos, mudanças nas condições de demanda e evolução das indústrias, em parte devido aos transbordamentos tecnológicos das EMNs que podem ser absorvidos pelas empresas domésticas. Isso ocorre devido à acumulação de tecnologia que acontece por meio de um processo gradual e cumulativo entre as EMNs e as empresas domésticas (TEECE, 1977; CASTELLANI; ZANFEI, 2002). As empresas da região podem desenvolver adaptabilidade tecnológica e capacidade de absorção por meio de um processo incremental no qual se baseiam em suas vantagens existentes e nas que forem sendo adquiridas para poderem modificar os processos e tecnologias que foram transbordados na região (CAMISÓN; FORÉS, 2010).

Ademais, a aplicação efetiva do DPI depende tanto da existência de leis quanto da aplicação das leis de DPI (KHOURY *et al.*, 2014; PAPAGEORGIADIS; MCDONALD, 2019). Uma boa aplicação dessas leis suaviza os problemas associados com a P&D desenvolvida na região, uma vez que irá diminuir os riscos de expropriação por concorrentes e assimetrias de informação. Com as leis de DPI fortes, irá aumentar a capacidade das empresas de adquirir novas dívidas externas para financiar a P&D e permitir que elas invistam mais no desenvolvimento e geração de patentes de inovação e produza mais vendas de novos produtos (ANG *et al.*, 2014).

A instalação de EMNs por meio do IDE nas economias latino-americanas pode ser uma fonte de capacidade de absorção de conhecimento para as empresas locais, uma vez que elas podem explorar e integrar o conhecimento da EMN (COHEN; LEVINTHAL, 1990). Ou seja, as empresas locais com forte capacidade de absorção podem rastrear, avaliar e aproveitar o conhecimento das EMN entrantes (WU *et al.*, 2019). Desse modo, a instalação de EMN nas economias latino-americanas auxilia as empresas domésticas a se tornarem altamente competitivas no mercado doméstico, aumentando o desempenho da empresa, que se tornará apta a internacionalizar suas atividades no exterior (CUERVO-CAZURRA, 2016).

A entrada de EMNs via IDE nas economias está associada ao aumento da competitividade das empresas domésticas (ZHAO *et al.*, 2010). O aumento da competitividade irá criar condições para o aumento das vantagens específicas das empresas (VEE), uma vez que essas vêm principalmente de capacidades e ativos intangíveis que elevam a posição competitiva da empresa (RUGMAN *et al.*, 2011). Nguyen e Rugman (2015) mencionam que as VEEs estão associadas com o acesso ao capital, tecnologia, recursos de marketing, valor da marca, intensidade em P&D e competências. Lu *et al.* (2014) esclarecem que para as empresas terem acesso às VEEs, não é necessário que aconteçam grandes

investimentos, pois eles são muitas vezes obtidos por meio de contato com o EMN. Essa intensificação das VEEs ocorre porque as empresas locais estarão adicionadas às redes formais de negócios como clientes, fornecedores e parceiros de negócios que constituem uma fonte importante de VEE para as empresas domésticas (GE; WANG, 2013).

Hertenstein *et al.* (2017) destacam que a capacidade de empresas locais de se envolverem em uma rede para construir um relacionamento com outras empresas locais e que entraram nas economias via IDE, é uma fonte importante de VEE. Dunning (1988) ressalta a relação entre o IDE e a intensidade de despesas em P&D de tal forma que o IDE se transforma em um importante canal de disseminação de conhecimento. Quando as EMNs entram nas economias via IDE, elas desempenham um papel crucial no aumento da taxa de difusão internacional do conhecimento, ou seja, elas podem transferir tecnologia para as empresas locais. Ademais, com a entrada dessas empresas na economia, as empresas locais podem ser estimuladas a intensificarem suas atividades para poderem competir com as empresas entrantes no mercado local (ZHAO *et al.*, 2010).

Em síntese, com a melhoria das leis e normas sobre o DPI irá estimular o fluxo de recebimento do IDE. Quando as EMNs entram nos países por meio do IDE realizado, elas podem transbordar o conhecimento da empresa para o país. De acordo com Berry (2017), as empresas locais podem adotar estratégias similares das EMNs ao imitar os produtos e processos de produção introduzidas pelas EMNs entrantes, aumentando o desempenho das empresas locais. Os governos têm adotado políticas que estimulem o fluxo de recebimento de IDE, a fim de estimular a concorrência e o desempenho das empresas locais (ZHAO *et al.*, 2010). Nesse sentido, é possível formular a seguinte hipótese.

Hipótese 1c - Existe uma relação positiva entre o aumento do fluxo de recebimento de IDE e o nível das vantagens específicas das empresas doméstica dos países da América Latina.

3.2 Relação do Direito de Propriedade Intelectual com o Aumento do Desempenho das Empresas

Conforme relatado na literatura, o aumento do nível de proteção do DPI gerou aumento do nível de conhecimento e inovação nos países (ZHAO, 2006). Esses conhecimentos externos podem ser absorvidos e implementados internamente nas empresas. West e Borges (2014) especificam que a abertura das empresas às fontes externas de

conhecimento é um fator importante para o desempenho da inovação. Borges *et al.* (2018) salientam que a capacidade de absorção de novos conhecimentos é particularmente importante no contexto do desenvolvimento da inovação e melhora do desempenho das empresas, uma vez que essa prática requer novas combinações de conhecimentos diversificados que podem ser integrados aos conhecimentos e práticas internas da empresa, criando recombinações que serão benéficas para o desempenho e competitividade das empresas.

Estudos em negócios internacionais têm tratado sobre a capacidade das empresas multinacionais como uma rede de inovação distribuída, com capacidade de assimilar, gerar e integrar o conhecimento em todo o mundo por meio da internacionalização de suas atividades (BARTLETT; GHOSHAL, 1989; KOGUT; ZANDER, 1993; ZHAO, 2006). Dessa forma, a empresa multinacional se torna uma rede de aprendizado (BIRKINSHAW; HOOD, 1998).

A capacidade das empresas de se envolver em uma rede oferece a elas a oportunidade de se aproveitarem de VEP (HERTENSTEIN *et al.*, 2017). Cui *et al.* (2015) colocam como exemplo para essas vantagens o acesso à mão de obra qualificada de ex-funcionários das EMNs, uma vez que com a entrada desse pessoal experiente e qualificado nas empresas locais, eles aumentam a probabilidade da empresa de se internacionalizar, pois tais gestores tendem a ter uma mentalidade global e, assim, ajudam a legitimar e apoiar a participação das empresas locais no mercado internacional. Além do mais, as empresas também podem se engajar em relacionamentos com entidades de outros setores, permitindo o acesso aos diferentes recursos (BUCKLEY *et al.*, 2007).

As empresas locais, ao internalizarem as VEPs em suas atividades por meio de seus desempenhos, estão sujeitas a fazerem melhores investimentos e se expandirem para os mercados internacionais (MAKINO *et al.*, 2002; DUNNING; LUNDAN, 2008). Conforme Rugman e Li (2007), o desempenho e vantagem competitiva de uma empresa pode ser examinada e identificada de acordo com as VEPs e as VEEs. Isso ocorre devido à capacidade das empresas de absorverem e implementarem essas melhorias em suas atividades.

Dentre essas melhorias estabelecidas, destaca-se o aumento da qualidade na proteção dos DPI. Após o aumento do nível de qualidade na proteção de DPI, observou-se um aumento da capacidade das empresas em adquirir novas dívidas externas e permitir que elas invistam mais em P&D, gerando maior número de patentes de inovação e aumentando o volume de vendas de novos produtos (ANG *et al.*, 2014; KAFOUROS *et al.*, 2015; FANG *et al.*, 2017). De tal maneira, o aumento no nível de proteção de DPI ajuda a facilitar o investimento em P&D, servindo de estímulo para o crescimento da empresa e, por consequência, como um estímulo para a instalação das subsidiárias das EMNs (ANG *et al.*, 2014). Esse fato é

justificado por que as empresas se sentem mais seguras para iniciar suas atividades nesses países, pois a inovação e conhecimento da empresa estarão mais protegidos em países com níveis altos de proteção de DPI (USHIJIMA, 2013; CHUANG *et al.*, 2017).

Com a melhora da proteção do DPI e crescimento econômico, as empresas multinacionais ficam atraídas a se instalarem nessas economias, uma vez que essas empresas são uma ‘rede diferenciada’ ou uma comunidade social de empresas afiliadas (KOGUT; ZANDER, 1993; BERRY; 2017), que intensificam os desempenhos por meio de todo mecanismo de rede, permitindo que essas empresas capturem melhores tecnologias, recursos humanos e informações em todos os ambientes que estão instaladas (BERRY, 2017). As EMNs intensivas em P&D, que possuem atividades interligadas de P&D em todo o mundo, estão em posição para realizar a arbitragem institucional e atuarem em diferentes níveis de DPI (ZHAO, 2006). Por isso, é possível elaborar a seguinte hipótese.

Hipótese 2a - Existe uma relação positiva entre o aumento das vantagens específicas dos países e os desempenhos das multilatinas.

Ao aumentar o nível de DPI e atrair o IDE para as economias da América Latina, as empresas locais se beneficiam do acesso ao conhecimento externo advindo das EMNs, uma vez que essas empresas irão participar das comunidades locais de inovação e estabelecer um relacionamento direto com as EMNs, podendo ser ‘incorporadas’ no sistema de inovação (BELDERBOS *et al.*, 2013). Para Belderbos *et al.* (2013), existem dois mecanismos que uma empresa pode utilizar para a incorporação. O primeiro é o mecanismo formal, no qual ocorre a ligação entre as EMNs e as empresas locais que se envolvem em contratos, realizam projetos conjuntos de P&D, licenciamentos, consultorias e treinamentos. E o segundo é o mecanismo informal, que se refere a não interação formal, ou seja, são as reuniões informais que as empresas locais realizam com cientistas e engenheiros pertencentes às EMNs (CUERVO-CAZURRA; UN, 2010).

Com o passar do tempo, as EMNs que entraram nos países via IDE se tornam mais integradas nas redes de produção e abastecimento nos países anfitriões e tendem a estabelecer encadeamentos com os fornecedores locais, de modo que as habilidades e competências dessas empresas vão se tornando mais familiares para as empresas domésticas, o que potencializa a capacidade e oportunidade de absorção dessas empresas (BRUHN, 2016). Além disso, Blomstrom e Kokko (1999) relataram que as empresas domésticas tendem a adotar as tecnologias utilizadas pelas EMN, gerando o processo de imitação e repetição do

processo de produção dessas empresas. As empresas domésticas podem utilizar as VEFs por meio do aumento de seus ativos e conhecimentos capturando os transbordamentos das EMNs que entraram no seu país de origem via IDE (BLOMSTROM; KOKKO, 1999).

No entanto, é importante ressaltar que nem todas as economias que tiveram aumento do nível de proteção de DPI e, por consequência, aumento no nível de conhecimento e inovação, irão gerar benefícios diretamente para as empresas locais, visto que nem todas as empresas têm a capacidade de absorção (COHEN; LEVINTHAL, 1990). Para conseguirem absorver as mudanças ocorridas após o aumento da proteção do DPI, é necessário que as empresas domésticas possuam a capacidade de assimilar e aplicar um novo conhecimento, assim como o acesso às tecnologias (NARULA, 2014). As empresas domésticas devem entender e assimilar essas novas fontes de conhecimento para transformá-las em lucros (LANE *et al.*, 2001).

Em suma, as empresas locais podem beneficiar do aumento das VEPs pós-TRIPS, capturando os benefícios trazidos pelo aumento no nível de proteção de DPI e implementando eles internamente em suas atividades para melhorar o desempenho da empresa (Blomström; Kokko, 1999). Essas novas VEPs contribuem com a capacidade de absorção das empresas locais que refletem em rotinas e processos organizacionais pelos quais as empresas assimilam e transformam o novo conhecimento adquirido (ZAHRA; GEORGE, 2002). Portanto,

Hipótese 2b - Existe uma relação positiva entre o aumento das vantagens específicas das empresas e os desempenhos das multilatinas.

3.3 Relação entre o Direito de Propriedade Intelectual e a Internacionalização das Empresas

É colocado na literatura de negócios globais a existência de uma relação entre internacionalização e desempenho (GOERZEN; BEAMISH, 2003; QIAN *et al.*, 2010). A teoria clássica das EMN considera que a internacionalização tem um impacto positivo sobre o desempenho da empresa (DUNNING, 1980), porém alguns autores consideram que esse efeito não é direto (HENNART, 2007; GLAUM; OESTERLE, 2007; DAU, 2013). Para Lu e Beamish (2004), a relação entre internacionalização e desempenho pode depender da fase de internacionalização que a EMN se encontra. Além do mais, essa relação pode depender das VEPs das EMNs, uma vez que as diferenças entre o ambiente doméstico e o hospedeiro podem causar impacto no desempenho da EMN (DAU, 2013).

Ao internacionalizar as atividades, as EMNs criam condições para melhorar o atendimento aos clientes no exterior com produtos personalizados, oportunidades de vendas que ultrapassam as fronteiras domésticas, além de promover a agilidade para o atendimento de demandas locais, promovendo o aumento do poder e escopo no mercado (PORTER, 1980; SCHMIELE, 2013; CASANOVA; MIROUX, 2018). A entrada das EMNs no mercado por meio do IDE, está associada com uma perda no controle sobre as tecnologias do conhecimento e outras competências essenciais. Tem-se que as empresas domésticas podem se beneficiar do transbordamento de conhecimento e processos de produção introduzidos pelas empresas multinacionais (BERRY, 2017).

Com a entrada de novas EMNs nas regiões dos mercados emergentes por meio do IDE, as empresas locais desenvolvem vantagens competitivas, experiências e confiança que lhes permitem competir contra as EMNs no mercado interno e as preparam para o mercado externo. Sendo assim, o IDE recebido ajuda as empresas nacionais a acumulem experiências para competirem no mercado internacional (LUO; TUNG, 2007). Em suma, com o aumento no nível de proteção de DPI no país houve um aumento da disseminação do conhecimento e proteção para as atividades inovativas, de modo a incentivar o desenvolvimento de P&D realizado no país, esses efeitos são propulsores para a instalação de EMN via IDE (ZHAO, 2006). Portanto,

Hipótese 3a - Existe uma relação positiva entre o aumento do nível de proteção de DPI com o aumento do desempenho das multilatinas.

Hipótese 3b - Existe uma relação positiva entre o aumento do desempenho com o aumento da internacionalização das multilatinas.

Um número crescente de pesquisa sobre a internacionalização está analisando a influência da internacionalização sobre a inovação (KOGUT; CHANG, 1991; HITT *et al.*, 1994; COEURDEROY; MURRAY, 2014; YOO; REIMANN, 2017; CHO *et al.*, 2017). Esses pesquisadores afirmam que a internacionalização é benéfica para a atividade inovativa das empresas, pois, ao se expandirem, as empresas obtêm acesso a novos recursos e conhecimentos. Para Bartlett e Ghoshal (1989), à medida que as empresas expandem seus negócios para outros países, elas podem ter mais oportunidades de aprendizagem que podem estimular a inovação. Além do mais, a inovação da empresa pode ser estimulada pelo uso de conhecimentos específicos disponível em países estrangeiros e pelo estabelecimento de contatos e alianças com fornecedores, pesquisadores e universidades do país anfitrião (HITT

et al. 1997; CHO *et al.*, 2017). Assim, os fatores de internacionalização são importantes devido à captura de recursos pelas empresas e a capacidades adaptativas ao ambiente internacional, aspectos que podem determinar o nível de concentração para atividades de inovação tecnológica sob diferentes níveis de proteção de DPI nos países anfitriões (CANTWEEL, 1989; CASTELLANI; ZANFEI, 2007; CHO *et al.*, 2017).

Conforme já foi relatado na literatura, a elevação do nível de proteção de DPI nas economias emergentes resultou no aumento da criação e disseminação do conhecimento, incentivou a inovação e a formação de capital humano em múltiplas áreas (ELMAHJUB, 2015; MUZAKA, 2010). Esse crescimento de capital humano é potencialmente valioso para as EMNs (ZHAO, 2006). Ademais, a abertura das empresas a fontes externas de conhecimento é um fator importante para o desempenho e aceleração do processo de desenvolvimento de inovação (BOGERS, FOSS; LYNGSIE, 2018).

Muitas EMNs pretendem se internacionalizar para países em busca de ativos baseados nos conhecimentos. Desta forma, o nível de proteção de DPI é um fator fundamental nessa escolha, visto que um baixo nível de proteção de DPI pode facilitar a aquisição de ativos baseados em conhecimentos, enquanto uma rígida proteção pode ajudar a proteger os ativos adquiridos. Em razão da necessidade das EMNs em aumentar seus ativos baseados em conhecimento para sobreviver no mercado global e, ao mesmo tempo, ter recursos limitados para fazer as aquisições de forma rápida e barata, pode ser de maior importância que essas empresas se instalem em mercados com baixa proteção de DPI, do que a proteção de seus ativos atuais e adquiridos (FAINSHMIDT *et al.*, 2014; YOO; REIMANN, 2017).

Nesse sentido, o nível de proteção DPI no país anfitrião pode causar impactos nos desempenhos das EMNs (CUERVO-CAZURRA, 2008). O DPI geralmente não segue o desenvolvimento econômico de alguns países emergentes, como os países latinos. Por isso, as empresas precisam equilibrar a atratividade do mercado, com a inovação de produtos para ter proteção contra os riscos de perda dos conhecimentos derivados do seu esforço inovador (SCHMIELE, 2013). A capacidade de absorção ajuda as empresas a se adaptarem em diferentes tipos de mercados com ambientes institucionais heterogêneos (WU *et al.*, 2019). Em suma, conforme demonstrado na literatura, o aumento do nível de proteção de DPI resultou em melhoras para o ambiente interno do país, ao elevar os níveis de disseminação e criação do conhecimento, aumento da atividade inovativa, facilidades de obtenção de financiamentos e empréstimos, dentre outros (ANG *et al.*, 2014). Essas melhorias podem ser absorvidas pelas empresas domésticas tornando-as mais capacitadas e competitivas no mercado doméstico e aptas para competirem no mercado internacional. Portanto,

Hipótese 3c - Existe uma relação positiva entre o aumento do nível de proteção de DPI com o aumento da internacionalização das multilatinas.

Hipótese 3d - O desempenho das empresas modera positivamente a relação entre o aumento do nível de proteção de DPI e a internacionalização das multilatinas.

A Tabela 1 sumariza as hipóteses deste estudo.

Tabela 1- Hipóteses da pesquisa

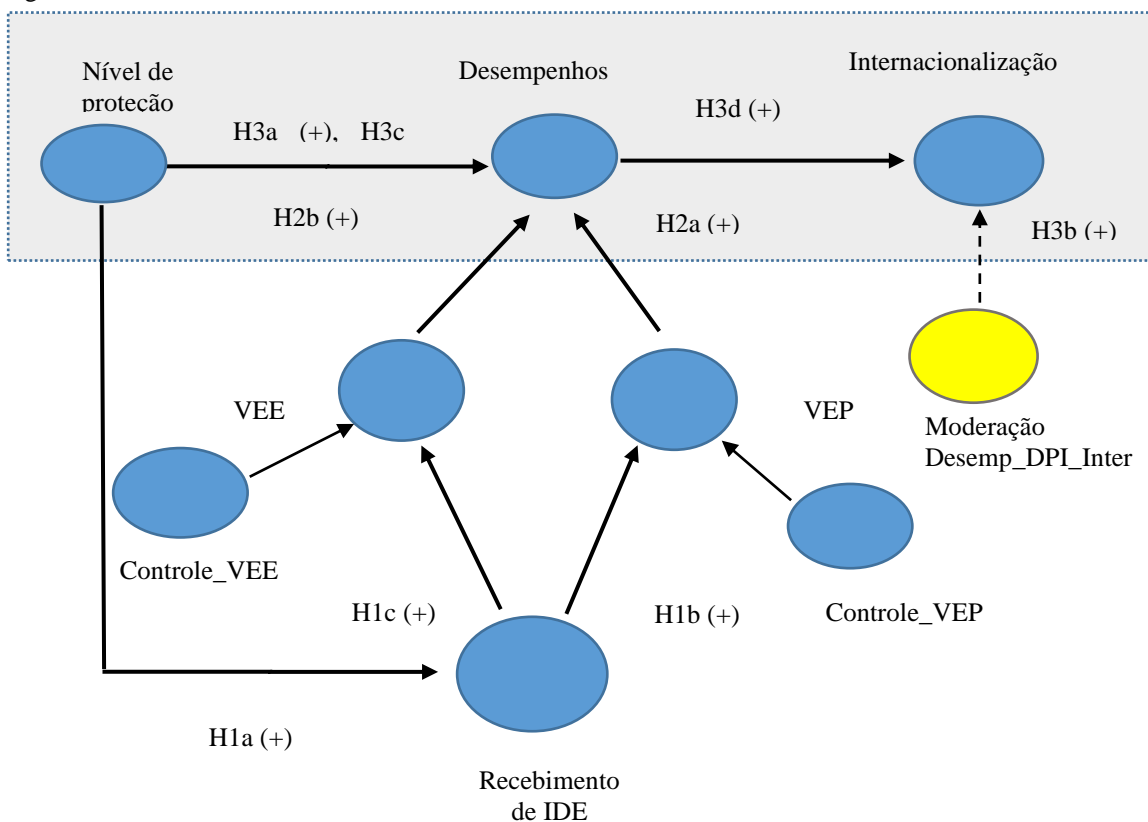
Hipóteses	
H1a	Existe uma relação positiva entre o aumento do nível de DPI e o aumento do fluxo de recebimento de IDE nos países da América Latina.
H1b	Existe uma relação positiva entre o fluxo de recebimento de IDE com o aumento das vantagens específicas dos países da América Latina.
H1c	Existe uma relação positiva entre o aumento do fluxo de recebimento de IDE e o nível das vantagens específicas das empresas doméstica dos países da América Latina.
H2a	Existe uma relação positiva entre o aumento das vantagens específicas dos países e os desempenhos das multilatinas.
H2b	Existe uma relação positiva entre o aumento das vantagens específicas das empresas e os desempenhos das multilatinas.
H3a	Existe uma relação positiva entre o aumento do nível de proteção de DPI com o aumento do desempenho das multilatinas.
H3b	Existe uma relação positiva entre o aumento do desempenho com o aumento da internacionalização das multilatinas.
H3c	Existe uma relação positiva entre o aumento do nível de proteção de DPI com o aumento da internacionalização das multilatinas.
H3d	O desempenho das empresas modera positivamente a relação entre o aumento do nível de proteção de DPI e a internacionalização das multilatinas.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

4 MODELO CONCEITUAL

O modelo conceitual apresentado na Figura 9 é derivado da questão de pesquisa que norteia esse trabalho. Sendo assim, esse modelo representa os principais conceitos teóricos analisados na literatura sobre a influência do nível de proteção de DPI no nível de recebimento de IDE e na melhora nos desempenhos das empresas domésticas que levam a um aumento na internacionalização dessas empresas utilizadas para embasar o estudo proposto.

Figura 9 - Modelo Conceitual



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O modelo considera dois possíveis cenários para a influência do DPI sobre o processo de internacionalização das multilatinas. No primeiro, um efeito indireto, dado que existe um consenso na literatura de que as melhoras na qualidade do DPI são um estímulo para o recebimento de IDE, o recebimento do IDE irá aumentar o nível das VEPs e VEEs, que resultará na elevação dos desempenhos dessas empresas para que internacionalizem suas atividades. No segundo cenário, esse efeito do DPI sobre a internacionalização será testado diretamente, pois a literatura fornece suporte para o entendimento de que o aumento no nível

de proteção de DPI, por si só, gera melhorias no ambiente doméstico, sendo que essas melhorias podem ser absorvidas pelas empresas por meio de seus desempenhos para chegar até a internacionalização.

5 METODOLOGIA

Nesta seção, apresenta-se o tipo de pesquisa, a amostragem a ser utilizada para a coleta dos dados, as técnicas de análise, a descrição das variáveis e operacionalização dos dados para verificar a influência do direito de propriedade intelectual no desenvolvimento econômico, fluxo de recebimento de IDE, aumento das VEEs e VEPs, em especial na internacionalização das multilatinas.

5.1 Tipo de Pesquisa

Este trabalho possui como características a metodologia de pesquisa descritiva-exploratória ancorada na análise quantitativa, uma vez que se trata de um estudo explicativo que irá realizar teste de hipóteses. De acordo com Creswell (2013), a análise descritiva permite que sejam especificadas as questões descritivas para cada uma das variáveis dependentes, independentes e de controle. O autor ainda enfatiza que com a utilização desse método é possível inferir hipóteses que se relacionam com as variáveis a serem investigadas.

A pesquisa quantitativa supõe que as medidas sejam precisas, confiáveis e construídas a partir de modelos que permitem demonstrar a relação de causalidade, uma vez que são construídas com base na lógica das explicações científicas (SELLTIZ *et al.*, 2006). Para Gil (2010), uma pesquisa pode ser considerada quantitativa quando possui uma perspectiva positivista. Marconi e Lakatos (2005) reforçam que estudos dessa natureza são uma investigação empírica que utilizam análises, modelos de precisão e manipulação estatística buscando comprovar as relações entre os fenômenos estudados. Segundo Creswell (2013), pesquisas dessa natureza começam com a identificação das principais variáveis a serem analisadas, acompanhadas de um modelo especificado, sequencial e definido como as variáveis podem ser mensuradas e observadas. Com isso, o objeto central de uma pesquisa quantitativa é mensurar como ocorre a interação das variáveis.

5.2 Modelo

Este estudo utiliza a metodologia quantitativa de Modelagem de Equações Estruturais (SEM). Klem (1995) discorre que a SEM pode ser vista como uma extensão da regressão múltipla, tendo em vista que na regressão múltipla o pesquisador está interessado em prever

uma única variável dependente, enquanto na SEM existe mais de uma variável dependente. Ou seja, na regressão múltipla X influencia Y, enquanto na SEM X influencia Y e Y influencia Z (FARIAS; SANTOS, 2000).

Hair *et al.* (2014) ressaltam que as razões favoráveis para a utilização dessa técnica estão ancoradas em três pilares: 1) ela fornece um método simples de abordar múltiplos relacionamentos simultaneamente enquanto provê eficiência estatística; 2) sua capacidade de avaliar os relacionamentos de modo compreensível além de ser uma transição da análise exploratória para a análise confirmatória; 3) a análise não exige uma distribuição normal dos dados, por ser um método não parametrizado.

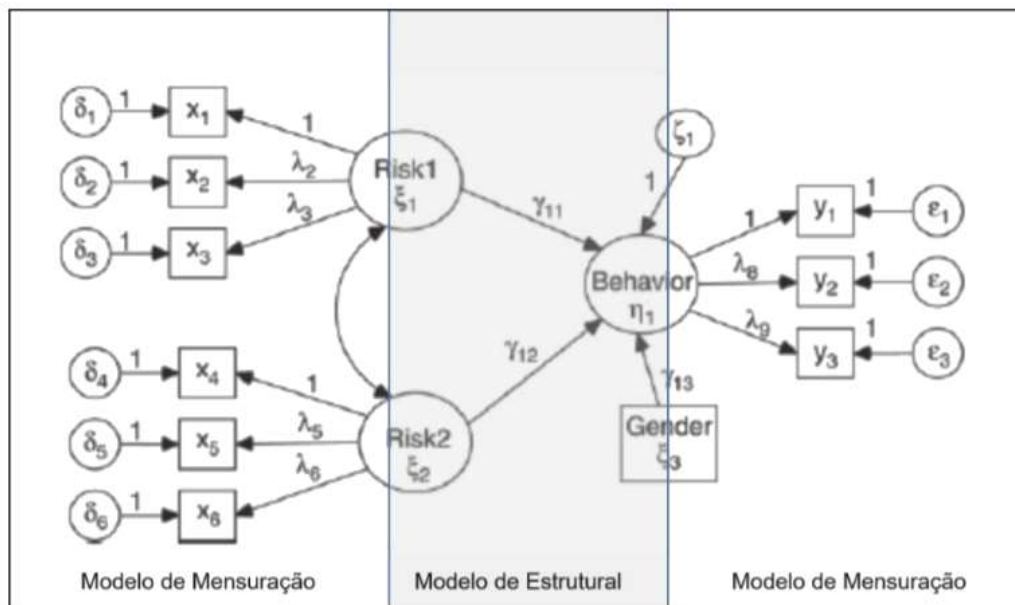
Para Maruyama (1998), o método de SEM deve ter início em um modelo conceitual que especifique as relações entre um conjunto de variáveis. A teoria oferece o ponto central desta técnica. A SEM oferece estimativas da força de todas as relações hipotetizadas em um esquema teórico. Assim, o método SEM é uma técnica que abrange um conjunto de testes que buscam validar um modelo teórico, perante os dados reais observados (HOX; BECHGER, 1998; MARÔCO, 2010).

Os modelos de SEM representam a interpretação de uma série de relações hipotéticas de causa-efeito entre variáveis para uma composição de hipóteses que levem em conta os padrões de dependência estatística (CAMPANA *et al.*, 2009). Os relacionamentos dentro destas composições são descritos pela magnitude do efeito (direto ou indireto) que as variáveis independentes (observadas ou latentes) têm nas variáveis dependentes (observadas ou latentes) (HERSHBERGER *et al.*, 2003).

A SEM é caracterizada por dois componentes básicos: o modelo estrutural e o modelo de mensuração (BOWEN; GUO, 2011; HAIR *et al.*, 2014) conforme demonstrado na Figura 10. O modelo estrutural relaciona as variáveis dependentes e independentes, ou seja, é nele que se condensam as relações causais entre as variáveis latentes. O modelo de mensuração especifica os indicadores de cada variável latente e permite avaliar a confiabilidade de cada construto ao estimar as relações causais que nele ocorrem (HERSHBERGER *et al.*, 2003). Destaca-se que processo de modelagem da SEM é feito em duas etapas: a validação do modelo de mensuração e o ajuste do modelo estrutural. A primeira etapa, a validação do modelo de mensuração, é realizada por meio de análise fatorial confirmatória. A segunda etapa, o ajuste do modelo estrutural, é feita pela análise de caminho⁵ com as variáveis latentes (HAIR *et al.*, 2014).

⁵ Referente ao termo em inglês *path analysis*.

Figura 10 - Componentes básicos da SEM



Fonte: CHIN (1998).

A expressão (1) demonstra a equação básica embutida nessa técnica.

$$Y_1 = X_{11} + X_{12} + X_{13} + \dots + X_{1n}$$

$$Y_2 = X_{21} + X_{22} + X_{23} + \dots + X_{2n}$$

$$Y_3 = X_{31} + X_{32} + X_{33} + \dots + X_{3n}$$

(métrica) (não métrica)

Hair *et al.* (2014) propõem três diferentes estratégias para a mensuração do modelo. A primeira consiste na modelagem confirmatória a partir da qual só um modelo é proposto e são realizados testes para a adequação. A segunda é a estratégia de modelos rivais, que incide na análise alternativa de avaliação de um dado modelo, mesmo que tenha sido considerado ajustado. A terceira estratégia é a melhora dos modelos por meio de sucessivas modificações nos modelos básicos (modelo estrutural e o modelo de mensuração).

Hair *et al.* (2014) elaboraram uma sequência com sete etapas para a mensuração e uso da SEM:

- Primeira etapa: consiste na especificação dos modelos de mensuração e estruturais;
- Segunda etapa: incide na construção do diagrama de caminhos para cada modelo;
- Terceira etapa: resulta na conversão do diagrama de caminhos;

- Quarta etapa: procede na escolha do tipo de matriz de entrada e na estimação do modelo proposto;
- Quinta etapa: versa na avaliação da identificação do modelo estrutural;
- Sexta etapa: resulta na avaliação de critérios de qualidade e ajustes;
- Sétima etapa: provém na interpretação e modificação do modelo.

Para esse estudo, a SEM ocorreu seguindo a estimação por meio dos Mínimos Quadrados Parciais⁶(PLS-SEM), conforme indicado em alguns estudos (SARSTEDT *et al.*, 2011; HENSELER *et al.*, 2015; HAIR *et al.*, 2019). Mateos-Aparicio (2011) complementa que PLS-SEM estima as estruturas do modelo parcial por combinar a análise de componentes principais com regressão de mínimos quadrados ordinários. Vale frisar que o PLS-SEM oferece um potencial substancial para analisar grandes conjuntos de dados, incluindo os secundários, que geralmente não incluem comprovação abrangente com base na teoria da medição (RIGDON, 2014).

Hair *et al.* (2014) ressaltam que existem dois tipos de escala de mensuração na SEM: reflexiva ou formativa. Na abordagem reflexiva, a direção de causalidade parte da variável latente para os indicadores, de modo que o constructo latente causa os itens observáveis. Na escala formativa, as variáveis latentes são tidas como efeitos em detrimento de causa. O modelo deste estudo utilizou a escala de mensuração reflexiva.

Tendo em vista que esse estudo pretende verificar a influência do DPI sobre a internacionalização de multilatinas, que são de origem de diferentes países, foi empregada a análise multigrupo de mínimos quadrados parciais (PLS-MGA⁷). PLS-MGA é um teste de significância não paramétrico para as diferenças de resultados específicos do grupo e se baseia nos resultados de *bootstrapping* do PLS-SEM (HENSELER *et al.*, 2009). Essa análise ocorre por meio de duas etapas. No primeiro momento, uma amostra de cada subpopulação é analisada (neste trabalho as subpopulações são representadas pela Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México), que resulta em estimativas de parâmetros grupais, de modo que, no segundo momento, a diferença das significâncias entre os dois grupos é avaliada. Ou seja, os resultados dos coeficientes estruturais resultantes das duas análises independentes são comparados por meio do teste t, que permite verificar se existem diferenças significativas entre os grupos (HAIR *et al.*, 2014).

Conforme Hair *et al.* (2014), é necessário que sejam usados alguns parâmetros para a definição do tamanho da amostra neste tipo de modelagem. Para obter um valor referente a

⁶ Referente ao termo em inglês *Partial Equation Modeling*

⁷ Referente ao termo em inglês *Partial Least Squares Multi-Group Analysis*.

um tamanho de amostra mínimo para as construções endógenas no modelo estrutural, deve assumir um poder estatístico de 80%, com Effect size $f^2 = 0.15$ a um nível de significância de 5%. Seguindo esses parâmetros, o tamanho da amostra deste estudo sugerido pelo software G*Power 3.1.9.7 (RINGLE, SILVA; BIDO, 2017) foi de um número mínimo de 98 observações para que se pudesse prosseguir com o estudo. Para testar as hipóteses do estudo, foi utilizado a técnica MGA-PLS estimada a partir do software Smart PLS versão 3.

5.3 População e Amostra

Essa pesquisa estuda as multilatinas e seus países de origem. As multilatinas possuem características únicas que as diferenciam das demais EMNE, uma vez que se originam de uma região com características históricas, sociais, culturais e geográficas similares (CUERVO-CAZURRA, 2016). Ademais, a América Latina é uma região pouco pesquisada, bem como estudos sobre as multilatinas aparecem com pouca frequência em pesquisas internacionais. Em decorrência das características únicas da América Latina, os estudos sobre essa região estão gerando contribuições para um melhor entendimento de como o país de origem influencia o comportamento das empresas em geral e seu processo de internacionalização (AGUILERA *et al.*, 2017).

O estudo das multilatinas se torna desafiador, uma vez que não existe um banco de dados que forneça uma lista de todas as multilatinas existentes (AGUILERA *et al.*, 2017). A revista chilena *AmericaEconomía*, anualmente, faz um grupamento das 500 maiores empresas da região, classificadas pelo nível de vendas, e faz um *ranking* com as 100 multilatinas que são internacionalizadas, por uma combinação de vários indicadores de atividade econômica. Das empresas classificadas como multilatinas, 28 delas são mexicanas, 27 são brasileiras, 21 são chilenas (sendo uma delas chilena/brasileira), 11 são colombianas (sendo 1 colombiana/soteropolitano), 6 são peruanas, 6 são argentinas e 1 é panamenho.

Em termos de indústria, a lista é denominada por empresas de alimentos (14), multisetor (8), bebidas (6), siderurgia/metalurgia (6), manufatura (6), aerotransporte (5), tecnologia (5), varejo (5), florestal/celulose (5), cimento (4), entretenimento (4), automotriz/auto partes (4), financeiro (4), mineradoras (3), petróleo/gás (3), petroquímica (2), energia elétrica (2), construção/engenharia (2), química (2), bens de consumo (2), meios de comunicação (2), telecomunicações (1), transporte/logística (1), assistência médica (1), aeroespacial (1), bioenergia (1) e agroindustrial (1).

Para atingir os objetivos de análise deste estudo, as empresas foram classificadas de acordo com a intensidade tecnológica do setor. Para isso, utilizou-se a classificação adotada pela OCDE (2014). Os resultados estão demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2 - Classificação das multilatinas pela intensidade tecnológica

Intensidade Tecnológica	Quantidade de setores	Quantidade de empresas correspondentes
Alta	7	20
Média Alta	1	1
Média	2	4
Média/Baixa	7	32
Baixa	10	43

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme os dados da Tabela 2, é possível observar que a maioria das multilatinas são classificadas como média/baixa e baixa intensidade tecnológica. A referida pesquisa optou por expandir a análise para outros segmentos de intensidade tecnológica, não restringindo a amostra ao setor de alta tecnologia. Essa escolha se justifica, uma vez que o setor de tecnologia é multisetorial, ou seja, está presente em vários segmentos das indústrias.

A amostra dessa pesquisa é composta por 88 empresas de múltiplos setores da América Latina de acordo com o ranking das multilatinas feito pela revista AméricaEconomía. Foram removidas da amostra as empresas que não disponibilizam as informações financeiras anuais e as dos setores financeiros.

O horizonte temporal compreende os anos de 2005 a 2019 com os dados coletados anualmente. Esse período foi escolhido, pois abrange o período dado pela OMC para os países desenvolvidos enquadrarem suas leis nos padrões exigidos pelo acordo TRIPS. Além do mais, ele compreende um período anterior ao primeiro país da América Latina ter padronizado suas leis e regulamentos para o padrão TRIPS, sendo possível assim verificar os efeitos deste acordo para a região.

As informações relacionadas aos dados financeiros e balanços das empresas foram extraídas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), nos relatórios financeiros anuais das empresas. Para Damodaran (2004), existem três demonstrações básicas que resumem as informações de uma empresa. A primeira é o balanço patrimonial, que resume os ativos de propriedade de uma empresa, o valor desses ativos, nível de financiamento, dívidas e patrimônio líquido usado para financiar esses ativos em um ponto no tempo. O segundo é o DRE, que fornece informações sobre as receitas e despesas das

empresas, e o lucro dessa empresa durante o período. E o terceiro é o demonstrativo de fluxo de caixa, que fornece informações sobre as fontes de receitas das operações, novos financiamentos e uso do dinheiro, durante o período.

As informações relacionadas com os dados do nível dos países da América Latina foram extraídas das bases do relatório *Global Competitiveness Report* do *World Economic Forum* (WEF), Índice Global de Inovação da *World Intellectual Property Organization*, *Polit IV Project: Political Regime Characteristics and Transitions*, *Fraser Institute*, *United States Patent and Trademark Office (USPTO)*, OCDE e *World Bank*.

Em síntese, para analisar a influência do DPI sobre a internacionalização das multilatinas, este trabalho utilizou da PLS-MGA não balanceado composto por 88 multilatinas não financeiras para o período de 2005 a 2019, somando 1.114 observações (empresa-ano). Os dados foram deflacionados para o ano base (2005), convertidos uma moeda comum, no caso o dólar americano e aplicou-se o logaritmo neperiano para padronização dos dados. Os dados sobre a região e empresas do Peru e Panamá tiveram que ser excluídos da amostra por não terem o mínimo de observações para a utilização do método PLS-MGA.

5.4 Descrição das Variáveis

Para cada uma das variáveis latentes propostas no modelo conceitual, foi necessário relacioná-las com as variáveis observáveis para a execução do modelo estrutural. De tal maneira, os dados utilizados foram no nível das multilatinas e da região da América Latina, buscando identificar se com a adesão dos países latino-americanos ao TRIPS houve aumento no nível das vantagens específicas dos países, das empresas domésticas, e se estas conseguiram aumentar o desempenho financeiros e inovativos ocasionando em um maior fluxo de internacionalização. Os países da América Latina compartilham semelhanças em termos históricos, culturais, de desenvolvimento econômico e social (KHOURY, JUNKUNC; MINGO, 2015). Entretanto, existe uma grande heterogeneidade entre os países dessa região, devido aos diferentes níveis de transformações internas, lideradas pelas mudanças políticas e reformas pró-mercado (PINTO *et al.*, 2017).

Para uma verificação inicial sobre os efeitos da adesão dos países latino-americanos ao acordo TRIPS, foi consultado sobre o fluxo de patentes desses países no banco de patentes da USPTO (2020), sendo possível observar que, após dois anos da adesão ao acordo TRIPS, houve um aumento entre 20 e 130% do número de pedidos de pelos países da América Latina.

Foi observado também que a intensificação da internacionalização das empresas da América Latina ocorreu no mesmo período da adesão dos países da região ao acordo TRIPS, conforme os dados da World Bank (2021). É viável a realização do estudo para identificar os efeitos deste acordo para os países e empresas da América Latina.

5.5 Operacionalização das Variáveis

5.5.1 Variáveis Latentes

5.5.1.1 *Proteção Formal dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI)*

Para medir a proteção formal de DPI, foram utilizadas quatro variáveis observadas com o objetivo de capturar o nível da qualidade de proteção legal contra a expropriação do conhecimento e das tecnologias de propriedade das empresas multinacionais. (i) Anos de TRIPS (*AnodeTrips*) informa a quantidade de anos que o país aderiu ao acordo TRIPS; (ii) Qualidade do DPI (*QualDPI*) mede a qualidade do DPI no país anfitrião. Utilizou-se o índice PI que captura as percepções dos atores econômicos em relação à efetividade do direito na prática e relatórios que fornecem informações quantitativas sobre a efetividade da aplicação da PI em um país. Esse índice varia de 1 a 7, com 7 sendo o melhor nível da qualidade de proteção dos DPI (PAPAGEORGIADIS; MCDONALDS, 2019); (iii) indicador de política (*IndPol*) mensura como a política sendo a representação do nível de democracia no sistema político afeta a inovação e como afeta a relação entre a qualidade da proteção de DPI e a inovação desenvolvida pelas empresas. Essa variável leva em conta a combinação do impacto de um sistema econômico, social e as dimensões políticas influenciando no ambiente jurídico (KHOURY; PENG, 2011; KHOURY *et al.*, 2014); (iv) indicador de legalidade (*SisJur*) mede a força do sistema jurídico e leva em consideração o impacto combinado das dimensões econômicas, social e política de um sistema jurídico e avalia como elas podem influenciar a credibilidade do ambiente institucional (GWARTNEY *et al.*, 2019; KHOURY; PENG, 2011; KHOURY *et al.*, 2014).

5.5.1.2 Recebimento de Investimento Direto Estrangeiro

Esse constructo *single item* mensurou as entradas de IDE recebido do país (*IDErec*) (BERRY, 2017). O IDE é definido como uma participação acionária de 10% ou mais em uma empresa que opere em um país diferente da economia de origem (ALFARO *et al.*, 2004). Além disso, é uma categoria de investimento estrangeiro associado a um residente em uma economia que detém o controle ou um grau significativo de influência na gestão de uma empresa residente em outra economia. O cálculo ocorre por meio da soma do capital social, revestimentos e outro capital (WORLD BANK, 2021).

5.5.1.3 Vantagem Específica da Empresa

Esse constructo foi medido a partir de variáveis observadas que refletem a situação financeira da empresa. Para isso, foi utilizado (i) o tamanho da empresa (*Tamanho*), que foi medido pelo total de ativos de cada multilatina; (ii) Total de ativos intangíveis (*AtInt*), que foi medido pelo total de ativos intangíveis de cada multilatina; (iii) Capital de terceiros (*CapTerc*) medido pelo total de capital de terceiros que a empresa possui (RUGMAN, 1981; RUGMAN; VERBEKE, 2006; HOLMES JR. *et al.*, 2016; WU *et al.*, 2016).

5.5.1.4 Vantagens Específicas do País

Esse constructo foi formado a partir da utilização das seguintes variáveis observadas: (i) Acesso à tecnologia (*AcTec*) para capturar o nível de recursos tecnológicos do país anfitrião. Foi mensurado pelo valor logarítmico do número anual de pedidos de patentes dividido pelo PIB do país, para controlar o tamanho e o desenvolvimento econômico do país; (ii) Capacidade de desenvolvimento de inovação do país (*CapInov*), mensurada pelo índice desenvolvido pela WEF. Esse índice varia de 1 a 7, com 7 sendo o melhor nível de inovação desenvolvida; (iii) Exportação de bens de alta tecnológica (*ExpTec*), indica o total de bens de alta intensidade tecnologia que foi exportado pelo país; (iv) Pesquisadores em P&D (*PesquiPeD*) figura como o aspecto utilizado como proxy para mão de obra qualificada (RUGMAN, 1981; SMITH, 2001; RUGMAN; VERBEKE, 2006; ZHAO, 2006; RUGMAN; LI, 2007; CAMPI *et al.*, 2018).

5.5.1.5 Desempenhos

Esse constructo mensurou o desempenho financeiro e inovativo das multilatinas. Para isso, foi medida (i) a capacidade de absorção da empresa (*PeD*), ou seja, a capacidade de reconhecer, assimilar e explorar novas informações externas é essencial para a capacidade inovativa e desempenho da empresa (COHEN; LEVINTHAL, 1989; TSAI, 2001; PHENE; ALMEIDA, 2008). Essa variável (*PeD*) foi mensurada pelas despesas com P&D da empresa (COHEN; LEVINTHAL, 1989; TSAI, 2001). (ii) O desempenho financeiro da multilatina (*ROE*) foi calculado a partir do ROE (*Return on Equity*) que mede o retorno financeiro sobre o patrimônio líquido da empresa. Essa medida de desempenho é amplamente utilizada na literatura de negócios internacionais (KING *et al.*, 2004; TANRIVERDI; VENKATRAMAN, 2005). (iii) O retorno sobre as vendas (*ROS*⁸) mede o retorno sobre o lucro líquido em relação receita total de vendas da empresa (HOLMES JR. *et al.*, 2016).

5.5.1.6 Internacionalização

Esse constructo foi mensurado pela medida de diversificação internacional. Para isso, foi medido (i) o número de subsidiárias internacionais estabelecidas pelas empresas (*QuantSub*); (ii) total de vendas internacionais das multilatinas (*VendasInter*); e (iii) o montante de saída de IDE do país (*IDESai*) (BELDERBOS, 2003; HOLMES JR. *et al.*, 2016).

5.5.1.7 Variáveis de Controle

As variáveis de controle foram utilizadas à níveis do país e das empresas. Para controlar as VEE, foram utilizadas as seguintes variáveis: (i) Experiência da empresa antes da internacionalização (*AnosPrimeiraIntern*) medido pelo número de anos decorridos desde o ano em que a empresa iniciou a expansão internacional (WU *et al.*, 2016; WU *et al.*, 2019); (ii) Idade da firma (*IdadeFimr*) medida pelo número de anos decorridos desde a fundação da empresa (HOLMES JR. *et al.*, 2016; Wu *et al.*, 2016; Wu *et al.*, 2019); (iii) Indústria de alta tecnologia (*IntensTecn*) variável categórica que mensura a intensidade tecnológica da empresa, como alta, média alta, média, média baixa e baixa intensidade tecnológica.

⁸ Referente ao termo em inglês *Return on Sales*.

Para controlar as VEP, foram utilizadas as seguintes variáveis do país: (i) volume de exportações (*exp*), (ii) volume das importações (*imp*) e (iii) força de trabalho da região (*ForTrab*).

A Tabela 3 sintetiza as variáveis que foram utilizadas, assim como as descrições, sinais esperados e as referências.

Tabela 3 - Síntese das variáveis

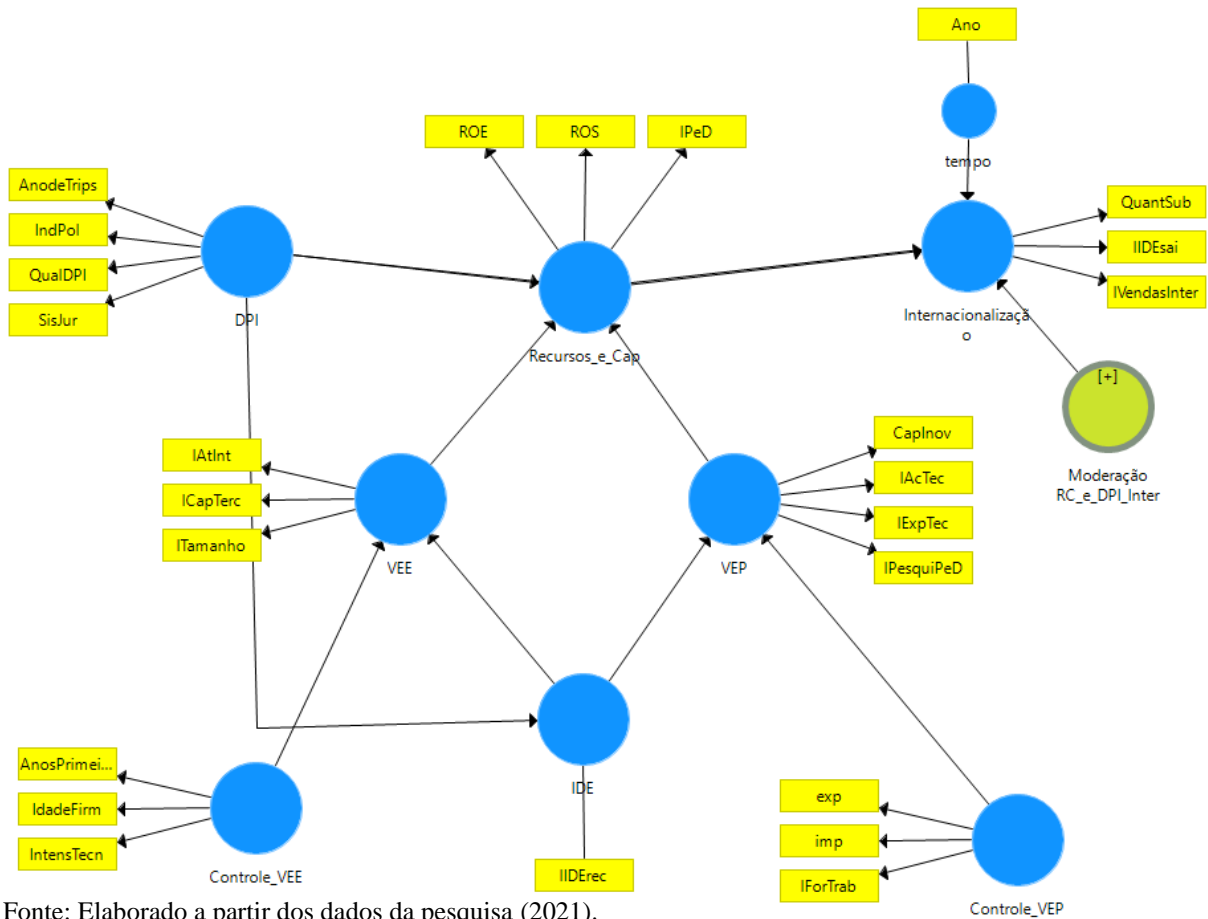
Variável Latente	Sigla	Descrição	Autores
DPI	<i>AnodeTrips</i>	Variável sobre o tempo que o país aderiu ao acordo TRIPS.	Papageorgiadis e McDonalds, (2019) Khoury e Peng (2011); Khoury <i>et al.</i> (2014)
	<i>QualDPI</i>	Medida de qualidade da proteção do DPI no país.	
	<i>IndPol</i>	Mensura como a política afeta a inovação e como afeta a relação entre a proteção de DPI e a inovação desenvolvida pelas empresas.	
	<i>SisJur</i>	Mede a força do sistema jurídico e leva em consideração o impacto combinado das dimensões econômicas, social e política de um sistema jurídico e avalia como elas podem influenciar a credibilidade do ambiente institucional.	
IDE	<i>IDErec</i>	Total de IDE recebido pelo país.	Berry (2017)
	<i>Tamanho</i>	Total de ativos de cada multilatinas.	Rugman e Verbeke (2003); Buckley <i>et al.</i> (2007); Rugman <i>et al.</i> (2011); Holmes <i>et al.</i> (2016).
	<i>AtInt</i>	Valor total dos ativos intangíveis da empresa.	
VEE	<i>CapTerc</i>	Total de dívidas auferidas pelas empresas.	
VEP	<i>AcTec</i>	Capturar o nível de recursos tecnológicos do país.	Smith, (2001); Zhao (2006); Rugman e Li (2007); Campi <i>et al.</i> (2018);
	<i>CapInov</i>	Capacidade dos países em gerar inovações.	
	<i>ExpTec</i>	Indica o total de bens de alta intensidade tecnologia que foi exportado pelo país.	
	<i>PesquiPeD</i>	Proxy para mão-de-obra qualificada.	
Desempenhos	<i>PeD</i>	Despesas de P&D da empresa.	Holmes <i>et al.</i> (2016); Tsai (2001).
	<i>ROE</i>	Retorno sobre o patrimônio líquido das empresas, dado pela razão entre lucro líquido e patrimônio líquido.	
	<i>ROS</i>	Retorno sobre as vendas, dado pela razão entre a vendas totais e o lucro operacional.	
Internacionalização	<i>QuantSub</i>	Quantidade de subsidiárias internacionais estabelecida pela empresa.	Rugman e Verbeke (2004)
	<i>VendasInter</i>	Total de vendas internacionais da empresa no período.	
	<i>IDEsai</i>	Volume de OFDI do país no período.	

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

5.6 Modelo com as variáveis

O modelo estrutural da pesquisa após o acréscimo das variáveis observáveis pode ser visualizado na Figura 11, que demonstra a disposição do novo modelo estrutural.

Figura 11 - Modelo estrutural com as variáveis observáveis



Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2021).

6 RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados da modelagem de equações estruturais utilizadas para testar as hipóteses formuladas neste trabalho, sendo possível verificar a influência do direito de propriedade intelectual sobre a internacionalização das multilatinas.

6.1 Estatísticas Descritivas e Análise de Correlação

A Tabela 4 destaca as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na modelagem de equações estruturais.

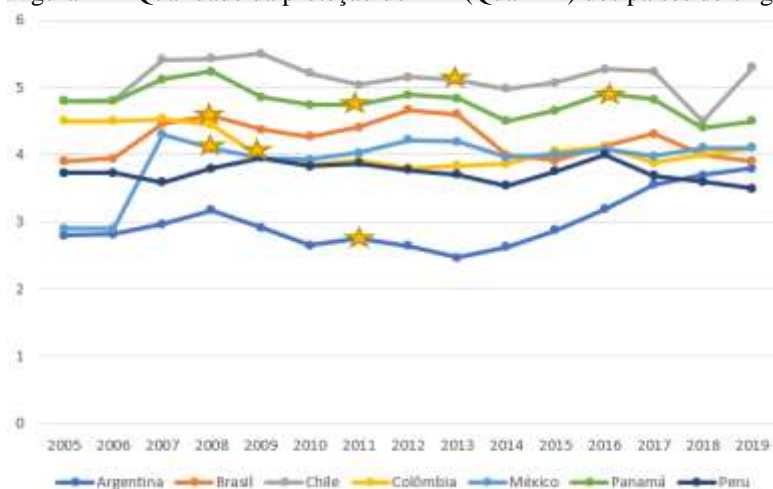
Tabela 4 - Análise das estatísticas descritivas

	n	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
AnodeTrips	1114	4,600	3,890	0,000	12,000
QualDPI	1114	4,245	0,638	2,470	5,510
IndPol	1114	4,744	2,123	2,190	8,870
SisJur	1114	4,522	0,824	2,260	5,680
LIDeRec	1114	10,394	0,385	9,040	11,010
ITamanho	1114	5,427	1,240	1,990	9,060
lAtInt	1114	4,505	1,329	0,000	7,950
ICapTerc	1114	0,573	0,224	-2,970	2,430
AnosPrimInter	1114	41,300	30,887	0,000	113,000
IdadeFirm	1114	60,810	30,546	0,000	136,000
IntensTecn	1114	1,260	0,859	0,000	3,000
lAcTec	1114	2,869	0,467	0,900	3,400
ICapInov	1114	3,652	0,433	2,610	4,360
lExpTec	1114	1,040	0,226	-0,080	1,560
lPesquiPeD	1114	2,607	0,348	1,580	3,100
Lexp	1114	0,635	0,048	0,470	0,710
Limp	1114	0,601	0,047	0,470	0,680
lForTrab	1114	7,539	0,436	6,170	8,030
lPeD	1114	3,177	1,626	0,000	7,510
ROE	1114	0,155	6,829	-173,020	107,720
ROS	1114	0,255	2,201	-4,390	52,040
QuantSub	1114	9,110	7,479	0,000	51,000
VendasInter	1114	4,724	1,673	-0,200	9,210
IIDEsai	1114	9,802	0,487	7,280	10,460

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Por meio da análise da Tabela 4, é possível verificar que os países aderiram ao acordo TRIPS, em média, há 4, 6 anos, sendo que o Brasil e o México são os países com mais tempo de adesão ao acordo, com 12 anos cada. Em relação ao nível de qualidade de DPI nas economias de origem das multilatinas, a média é de 4,24. O referido valor está acima da média mundial da qualidade da proteção de DPI (3,6), conforme os dados do Fórum Econômico Mundial (2021). Por intermédio dos ilustrados na Figura 12, é possível verificar um padrão no comportamento da qualidade da proteção do DPI nas economias da América Latina, ou seja, um ano após a adesão ao acordo TRIPS as economias mostraram um comportamento de recuamento na qualidade da proteção do DPI, mas após um ano houve um aumento.

Figura 12 - Qualidade da proteção do DPI (QualDPI) dos países de origem das Multilatinas



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

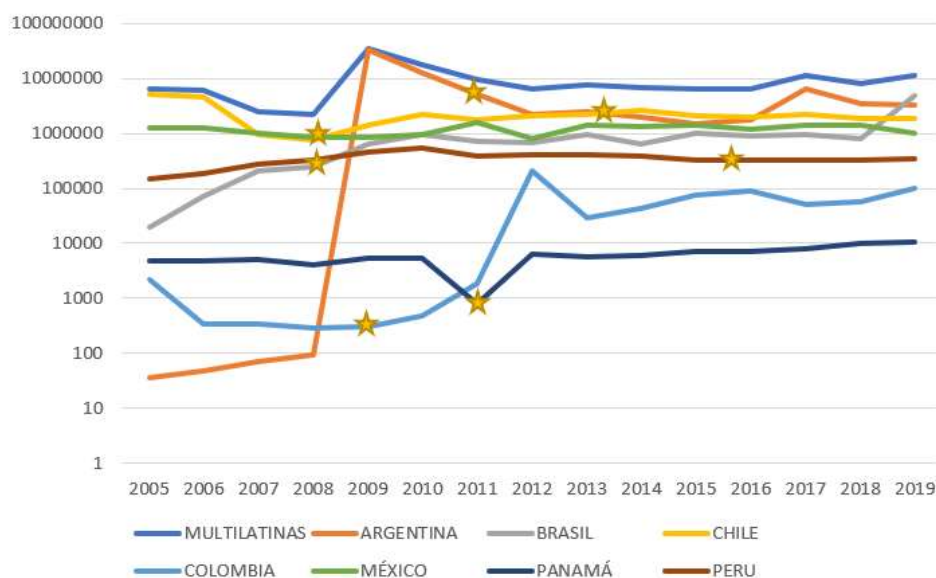
As variáveis que compõem o constructo da VEE apresentam consideráveis amplitudes. O total de ativos das empresas, ativos intangíveis e capital de terceiros possuem altos valores de desvio padrão, que é uma medida de dispersão dos dados em torno da média. Esse resultado mostra a heterogeneidade financeira das multilatinas. Mas pelo valor da média, pode-se observar que as empresas, de modo geral, apresentam desempenhos positivos. Em relação às variáveis de controle das empresas, um ponto de destaque nesse constructo é a variável de experiência da empresa antes da internacionalização (AnosPrimInter). É possível observar nas estatísticas descritivas que a média de anos que as multilatinas tiveram para internacionalizar foi de 41,3 anos, sendo o tempo máximo é de 113 anos e o tempo mínimo é de zero, ou seja, algumas empresas já nasceram e no mesmo ano estabeleceram subsidiárias em outros países.

Analisando os valores das variáveis que compõem o constructo das VEPs, nota-se que a variável acesso à tecnologia é a que apresenta o maior valor de desvio padrão, dentre as demais variáveis do constructo. Esse resultado era esperado, dada a diferença do tamanho dos países (PIB) e do número de patentes desenvolvidas.

As variáveis que formam o constructo sobre os desempenhos das empresas variam significativamente para as variáveis analisadas, o que reflete em um alto valor de desvio padrão.

Sobre o desempenho financeiro, as variáveis ROE e ROS possuem grande dispersão. Esse resultado mostra a grande heterogeneidade do desempenho financeiro das empresas multilaterais. Mas pelo valor da média, pode-se observar que as empresas, de modo geral, apresentam desempenhos positivos. Em relação ao desempenho inovativo, a Figura 13 enfatiza a relação dos gastos com P&D das multilaterais durante o período de análise. Nota-se que após a adoção do acordo TRIPS houve uma tendência de aumento nos gastos de P&D das multilaterais.

Figura 13 - Gastos com P&D das multilaterais (PeD)

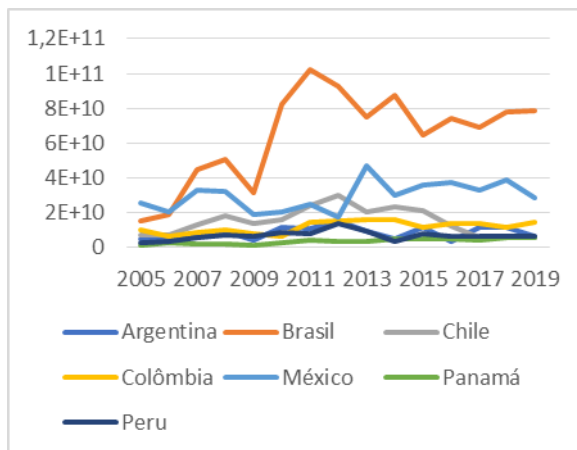


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

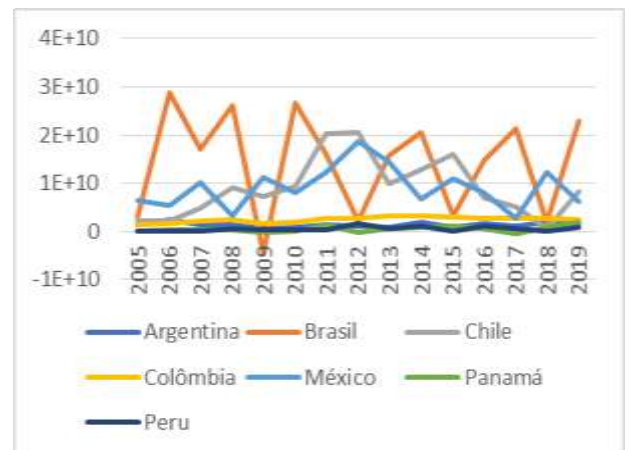
As variáveis do constructo da internacionalização mostram uma grande heterogeneidade das multilaterais em relação ao número de subsidiárias internacionais. É possível observar que o número mínimo de subsidiárias é zero, ou seja, que no começo da análise (no ano de 2005) ainda não havia estabelecido uma subsidiária no exterior e o máximo é de 51 subsidiárias no exterior.

Em relação ao fluxo de IDE dos países de origem, os resultados demonstram a grande diferença tanto no fluxo de entrada quanto no de saída. A Figura 14 ilustra os fluxos de entrada, saída e valores líquidos do IDE. É notória a diferença das maiores economias da região, como Brasil, México e Chile, com economias menores da região.

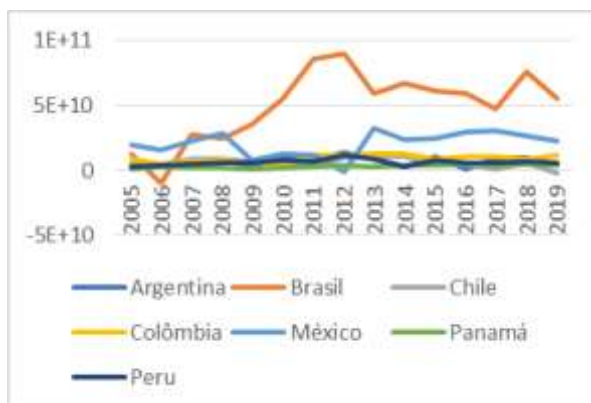
Figura 14 - Fluxo de IDE das economias de origem



(I) Fluxo da entrada de IDE (IDErec)



(II) Fluxo da saída de IDE (IDESai)



(III) Fluxo líquido de IDE (IDEliq)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na Tabela 5, são apresentados os resultados do teste de correlação das variáveis do modelo. Como pode ser observado, nenhuma das variáveis apresenta problema de correlação, sendo possível continuar com o estudo.

Tabela 5 - Matriz de correlação

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
1. IntensTecn	1																									
2. Ano	-0,003	1																								
3. AnodeTrips	0,066	0,865	1																							
4. CapInov	0,133	0,554	0,627	1																						
5. AcTec	0,145	-0,002	0,351	0,384	1																					
6. exp	0,022	0,283	0,087	0,026	0,113	1																				
7. imp	0,167	0,321	0,16	0,301	0,054	0,633	1																			
8. ExpTec	-0,009	0,042	0,366	0,184	0,739	-0,044	-0,369	1																		
9. QualDPI	0,087	0,023	-0,164	0,064	-0,255	0,321	0,245	-0,325	1																	
10. SisJur	-0,134	-0,145	-0,362	-0,19	-0,201	0,266	-0,248	0,004	0,431	1																
11. IndPol	0,055	-0,015	-0,325	-0,081	-0,505	0,289	0,41	-0,637	0,78	0,411	1															
12. IndErec	0,185	0,11	0,365	0,354	0,818	0,259	0,31	0,519	0,008	-0,242	-0,206	1														
13. IndEsai	0,125	-0,077	0,043	0,176	0,509	0,222	0,136	0,386	0,322	0,166	0,092	0,593	1													
14. ExpTec	0,002	0,054	0,36	0,173	0,743	-0,016	-0,337	0,969	-0,303	0,022	-0,607	0,536	0,403	1												
15. IForTrab	0,154	0,044	0,411	0,39	0,914	-0,048	0,069	0,669	-0,4	-0,458	-0,64	0,783	0,396	0,678	1											
16. IpesquiPeD	0,117	0,054	0,133	0,318	0,574	0,383	0,362	0,189	-0,092	0,01	0,016	0,418	0,293	0,217	0,371	1										
17. ITamanho	-0,218	0,006	-0,081	-0,013	0,023	0,264	0,068	-0,003	0,13	0,255	0,147	0,016	0,072	0,001	-0,098	0,207	1									
18. IInt	-0,202	0,136	0,094	0,005	0,087	0,221	0,07	0,095	0,009	0,105	-0,007	0,079	0,05	0,098	0,018	0,118	0,789	1								
19. ICapTerc	0	0,166	0,209	0,172	0,177	0,045	0,064	0,145	-0,088	-0,156	-0,139	0,164	0,049	0,158	0,193	0,113	0,007	0,028	1							
20. ROE	0,027	0	0,008	0,016	0,053	0,046	0,026	0,026	-0,01	-0,001	-0,008	0,047	0,017	0,025	0,035	0,072	-0,022	-0,021	-0,065	-0,062	0,004	1				
21. ROS	-0,019	-0,09	-0,075	-0,034	-0,047	-0,044	-0,047	-0,038	0,063	0,067	0,071	-0,056	-0,029	-0,04	-0,077	-0,022	-0,021	-0,057	-0,053	-0,012	0,004	1				
22. IPeD	-0,22	0,015	-0,094	-0,005	-0,093	0,18	0,12	-0,15	0,194	0,161	0,224	-0,015	0,026	-0,148	-0,142	0,046	0,479	0,446	0,112	-0,059	0,025	1				
23. I vendasInter	-0,139	0,033	-0,116	-0,061	-0,192	0,212	0,093	-0,177	0,241	0,264	0,305	-0,131	-0,014	-0,18	-0,292	0,051	0,502	0,387	0,056	-0,04	-0,064	0,315	1			
24. Idade Firm	-0,07	0,107	0,05	0,061	-0,124	0,007	0,086	-0,112	0,255	0,064	0,253	-0,026	0,063	-0,11	-0,144	-0,086	-0,094	-0,147	-0,032	-0,009	-0,016	-0,027	-0,008	1		
25. QuantSub	-0,083	0,4	0,392	0,235	0,016	0,104	0,107	0,055	-0,116	-0,174	-0,106	0,025	-0,108	0,033	0,011	0,104	-0,029	0,093	0,18	-0,034	-0,039	-0,14	0,075	-0,025	1	
26. AnosPrimeiraInter	-0,037	0,003	-0,062	-0,004	-0,134	-0,017	0,041	-0,132	0,308	0,156	0,294	-0,031	0,09	-0,123	-0,154	-0,133	-0,085	-0,094	-0,066	0,033	-0,004	-0,025	-0,017	0,806	-0,107	1

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

6.2 Avaliação do Modelo Estrutural Reflexivo

A avaliação do modelo estrutural reflexivo (que avalia a relação entre os indicadores e constructos) envolve a avaliação da confiabilidade composta, validade convergente, confiabilidade do indicador e validade discriminante. Para que o modelo estrutural seja adequado, é necessário a avaliação de todos esses elementos.

A primeira avaliação do modelo envolve o exame das cargas fatoriais. De acordo com Hair *et al.* (2019), cargas acima de 0,708 são recomendadas, pois indicam que o constructo explica mais que 50% da variância do indicador. No entanto, Hair *et al.* (2017) advertem que os indicadores com peso não significativo, ou seja, abaixo de 0,708 devem ser considerados para exclusão, a menos que haja forte apoio para sua inclusão no modelo com base na teoria da medição. Conforme a Tabela 6, alguns indicadores não foram significativos (AnodeTrips, lCapTerc, CapInov, lPesquiPeD, ROS, ROE, lIDESai, lQuantSub), mas a literatura aponta a necessidade de permanência dessas variáveis no modelo para não reduzir a validade do conteúdo do modelo de medição (DIAMANTOPOULOS; WINKLHOFER, 2001).

A segunda etapa consiste em avaliar a confiabilidade composta de todos os constructos. Para Hair *et al.* (2014), a confiabilidade composta é usada para avaliar se a amostra está livre de vieses. Os autores destacam que os valores de confiabilidade entre 0,60 e 0,70 são tidos como aceitáveis, já os valores entre 0,70 e 0,90 variam de satisfatórios a bons. E, por fim, valores acima de 0,95 são problemáticos, pois indicam que os itens são redundantes. Com base na Tabela 6, no modelo geral o menor valor de confiabilidade composta do modelo geral é 0,725 para o constructo DPI. Os demais constructos variaram entre 0,757 e 0,829, sendo que apenas o IDE apresentou valor igual a 1,000, visto que é formado por um único indicador (*single item*). Os resultados demonstram que os constructos são confiáveis, pois todos os valores são superiores a 0,70. Ademais, a Tabela 7 mostra que a confiabilidade composta para os constructos de todos os países analisados está acima de 0,6. Pode-se concluir a existência de níveis elevados de consistência interna nos constructos.

A terceira etapa consiste em analisar a variância média extraída (AVE) que deve ser no mínimo 0,50 (FORNELL; LARCKER, 1981). Uma AVE acima de 0,50 indica que o constructo explica pelo menos 50% da variação de seus itens. Para o modelo geral ajustado na pesquisa, a AVE de todos os constructos foi superior a 0,50 (variação entre 0,529 e 1,000), o que indica que o modelo converge para um resultado satisfatório. Os modelos específicos também apresentaram valores de AVE's superiores a 0,50. Como esse estudo utilizou dados

coletados por meio dos bancos de dados secundários, pressupõem-se certa confiabilidade, optando-se por não reportar os indicadores de confiabilidade e nem o Alfa de Cronbach.

As Tabelas 6 e 7 mostram os resultados dos modelos individuais e dos grupos.

Tabela 6 - Cargas Fatoriais, Variância Média Extraída e Colinearidade do modelo geral

Constructo	Variáveis Observadas	Cargas Fatoriais	AVE	Confiabilidade Composta
DPI	QualDPI	0,758	0,561	0,720
	AnodeTrips	-0,647		
	IndPol	0,827		
	SisJur	0,753		
IDE	IDErec	1,000	1,000	1,000
VEE	LTamanho	0,936	0,593	0,772
	lAtInt	0,935		
	ICapTerc	0,164		
VEP	CapInov	0,539	0,559	0,829
	AcTec	0,956		
	lExpTec	0,783		
	IPesquiPeD	0,649		
Desempenhos	ROS	0,041	0,530	0,776
	ROE	-0,032		
	IPeD	0,994		
Internacionalização	IIDEsai	0,332	0,522	0,734
	lVendasInter	0,759		
	lQuantSub	-0,529		

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 7 - Cargas Fatoriais, Variância Média Extraída e Colinearidade por grupos (Contínua)

País	Constructo	Itens	AVE	Confiabilidade Composta
Argentina	DPI	4	0,863	0,853
	IDE	1	1,000	1,000
	VEE	3	0,648	0,822
	VEP	4	0,622	0,802
	Internacionalização	3	0,761	0,744
	Desempenhos	3	0,771	0,733
Brasil	DPI	4	0,633	0,743
	IDE	1	1,000	1,000
	VEE	3	0,590	0,765
	VEP	4	0,799	0,703
	Internacionalização	3	0,544	0,758
	Desempenhos	3	0,568	0,705

Tabela 7 - Cargas Fatoriais, Variância Média Extraída e Colinearidade por grupos (Conclusão)

País	Constructo	Itens	AVE	Confiabilidade Composta
Chile	DPI	4	0,637	0,743
	IDE	1	1,000	1,000
	VEE	3	0,522	0,760
	VEP	4	0,588	0,840
	Internacionalização	3	0,549	0,770
	Desempenhos	3	0,551	0,705
Colômbia	DPI	4	0,702	0,712
	IDE	1	1,000	1,000
	VEE	3	0,741	0,893
	VEP	4	0,796	0,849
	Internacionalização	3	0,566	0,794
	Desempenhos	3	0,582	0,705
México	DPI	4	0,647	0,767
	IDE	1	1,000	1,000
	VEE	3	0,639	0,796
	VEP	4	0,601	0,751
	Internacionalização	3	0,562	0,761
	Desempenhos	3	0,544	0,709

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A quarta e última etapa para a avaliação do modelo de medição reflexiva é a validade discriminante. Para Hair *et al.* (2014), a validade discriminante verifica a medida em que um constructo é legitimamente distinto dos demais constructos em um modelo estrutural e capta os fenômenos não compreendidos nos demais. A principal forma de se avaliar a validade discriminante é por meio do método proposto por Fornell e Larcker (1981), que é calculado a partir da confrontação das raízes quadradas dos valores da AVE de cada constructo em relação as correlações de Pearson entre os demais constructos latentes. A Tabela 8 evidencia os resultados da validade discriminante obtidos para o modelo geral, ao passo que a Tabela 7 exibe os resultados da validade discriminante para cada um dos países individualmente.

Tabela 8 - Resultados para a Validade Discriminante para o modelo geral

	VEE	VEP	DPI	IDE	Internac.	Desempenhos.
VEE	0,770					
VEP	0,112	0,748				
DPI	0,082	-0,446	0,749			
IDE	0,073	0,705	-0,289	1,000		
Internacionalização	0,368	-0,044	0,447	0,048	0,722	
Desempenhos	0,502	-0,088	0,217	-0,016	0,339	0,728

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 9 - Resultados para a Validade Discriminante para os modelos específicos

		VEE	VEP	DPI	IDE	Internac.	Desempenhos.
Argentina	VEE	0,805					
	VEP	0,054	0,789				
	DPI	-0,007	0,782	0,929			
	IDE	0,082	0,126	0,015	1,000		
	Internacionalização	0,395	0,420	0,366	0,015	0,872	
	Desempenhos	0,652	0,231	0,157	0,058	0,314	0,878
Brasil	VEE	0,768					
	VEP	0,179	0,894				
	DPI	0,178	0,767	0,796			
	IDE	0,200	0,870	0,791	1,000		
	Internacionalização	0,031	-0,338	-0,453	-0,267	0,737	
	Desempenhos	0,394	0,096	0,067	0,130	0,210	0,753
Chile	VEE	0,723					
	VEP	0,256	0,767				
	DPI	-0,187	-0,787	0,798			
	IDE	-0,016	-0,591	0,796	1,000		
	Internacionalização	-0,053	-0,509	0,709	0,730	0,742	
	Desempenhos	0,469	-0,054	0,058	0,188	0,188	0,740
Colômbia	VEE	0,861					
	VEP	0,046	0,892				
	DPI	0,145	0,818	0,838			
	IDE	0,166	0,530	0,624	1,000		
	Internacionalização	0,616	0,491	0,572	0,575	0,711	
	Desempenhos	0,755	0,020	0,118	0,167	0,579	0,763
México	VEE	0,799					
	VEP	-0,013	0,775				
	DPI	0,046	0,673	0,804			
	IDE	-0,016	0,714	0,536	1,000		
	Internacionalização	-0,325	0,264	0,326	0,185	0,750	
	Desempenhos	0,458	-0,024	-0,044	-0,025	-0,308	0,738

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para realizar a MGA para os países na fase posterior, é preciso a realização do teste MICOM para assegurar a consistência e o rigor do instrumento de medição. A execução desse teste será demonstrada no próximo subtópico.

6.3 Aplicação do teste MICOM para análise multigrupo em modelagem de equações estruturais

Na modelagem de equações estruturais baseadas em variância (SEM), que utilizam o método dos mínimos quadrados parciais (PLS) envolvendo as comparações de modelos e resultados das estimativas em diferentes grupos, é preciso estabelecer a invariância de medição para garantir a validade dos resultados e conclusões (MILLSAP, 2012). Esse procedimento é necessário porque as técnicas de invariância de medição estabelecidas para modelos de fatores comuns não podem ser transferidas para modelos compostos (HENSELER *et al.*, 2014; SARSTEDT *et al.*, 2014). Sendo assim, a medição da invariância é uma questão central para os estudos que utilizam da análise de SEM em diferentes grupos (HENSELER *et al.*, 2016).

Henseler *et al.* (2016) desenvolveram o teste de invariância de medição (MICOM) com o objetivo de confirmar que as diferenças entre os grupos existem em decorrência das diferenças entre as variáveis latentes e não outras questões, ou seja, as diferenças são devidas apenas às diferenças no modelo estrutural e não no modelo de medição (CARRANZA *et al.*, 2020). O teste MICOM é realizado em três etapas a fim de avaliar a configuração da invariância (ou seja, a igual parametrização e forma de estimativa), invariância composicional (que avalia se os pesos dos indicadores são semelhantes) e a igualdade do valor médio e variância de um composto entre os grupos. Essas três etapas são hierarquicamente inter-relacionadas.

A primeira etapa é a invariância configural, ou seja, é uma avaliação qualitativa da especificação da composição dos constructos em todos os grupos. A implicação dessa etapa consiste em analisar se um composto que foi especificado igualmente para todos os grupos emerge como uma entidade unidimensional na mesma rede nomológica entre todos os grupos.

A segunda etapa é a invariância composicional, que consiste em verificar a prescrição para condensar se o indicador é o mesmo para todos os grupos. Esse tipo de invariância é estabelecido quando a pontuação de um composto é criada igualmente entre os grupos. Dessa maneira, o resultado do teste com 5.000 permutações mostra que, quando c (correlação) for significativamente diferente de 1, devemos rejeitar a hipótese e concluir que não há invariância composicional. Se c for igual a 1, ou significativamente próxima a 1, conclui-se que o composto foi estabelecido da mesma forma entre os grupos.

Na terceira etapa, é testada a igualdade de valores médios (passo 3a) e a igualdade das variâncias (passo 3b). O passo 3a permite identificar se as diferenças nas médias dos grupos analisados são significativas, considerando o intervalo de 95%. A etapa 3b analisa a igualdade das variâncias dos constructos. Para isso, examina-se o logaritmo da taxa de variância dos constructos, com um intervalo de confiança de 95%. Se o logaritmo desta proporção foi zero (ou pelo menos não significativo), conclui-se que as variâncias de um composto entre os grupos são iguais (HENSELER *et al.*, 2016).

Como nesta pesquisa temos 5 diferentes grupos (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e México), é necessário que se faça a combinação para a permutação de todos os grupos. Dessa forma, resultou em averiguar 10 diferentes análises de permutação.

Tabela 10 - Passo 2: Invariância da Composição (Contínua)

Argentina X Brasil				Argentina X Chile			
Constructos (passo2)	c	5.0%	Variância Composicional	Constructos (passo2)	c	5.0%	Variância Composicional
DPI	0,995	0,997	sim	DPI	0,999	0,995	sim
IDE	1,000	1,000	sim	IDE	1,000	1,000	sim
VEE	0,992	0,483	sim	VEE	0,959	0,468	sim
VEP	0,982	0,942	sim	VEP	0,966	0,960	sim
Internacionalização	0,970	0,478	sim	Internacionalização	0,997	0,942	sim
Desempenhos	0,951	0,555	sim	Desempenhos	0,918	0,728	sim

Argentina X Colômbia				Argentina X México			
Constructos (passo2)	c	5.0%	Variância Composicional	Constructos (passo2)	c	5.0%	Variância Composicional
DPI	0,915	0,908	sim	DPI	0,960	0,982	sim
IDE	1,000	1,000	sim	IDE	1,000	1,000	sim
VEE	0,987	0,935	sim	VEE	0,953	0,854	sim
VEP	0,948	0,937	sim	VEP	0,983	0,956	sim
Internacionalização	0,987	0,986	sim	Internacionalização	0,976	0,919	sim
Desempenhos	0,952	0,794	sim	Desempenhos	0,946	0,590	sim

Brasil X Chile				Brasil x Colômbia			
Constructos (passo2)	c	5.0%	Variância Composicional	Constructos (passo2)	c	5.0%	Variância Composicional
DPI	0,910	0,896	sim	DPI	0,971	0,974	sim
IDE	1,000	1,000	sim	IDE	1,000	1,000	sim
VEE	0,988	0,965	sim	VEE	0,958	0,818	sim
VEP	0,951	0,724	sim	VEP	0,974	0,910	sim
Internacionalização	0,933	0,776	sim	Internacionalização	0,976	0,782	sim
Desempenhos	0,964	0,910	sim	Desempenhos	0,944	0,915	sim

Tabela 10 - Passo 2: Invariância da Composição (Conclusão)

Brasil x México				Chile x Colômbia			
Constructos (passo2)	c	5.0%	Variância Composicional	Constructos (passo2)	c	5.0%	Variância Composicional
DPI	0,984	0,959	sim	DPI	0,917	0,702	sim
IDE	1,000	1,000	sim	IDE	1,000	1,000	sim
VEE	0,976	0,861	sim	VEE	0,939	0,906	sim
VEP	0,976	0,946	sim	VEP	0,937	0,778	sim
Internacionalização	0,974	0,657	sim	Internacionalização	0,948	0,927	sim
Desempenhos	0,966	0,946	sim	Desempenhos	0,921	0,706	sim

Chile x México				Colômbia X México			
Constructos (passo2)	c	5.0%	Variância Composicional	Constructos (passo2)	c	5.0%	Variância Composicional
DPI	0,922	0,896	sim	DPI	0,988	0,978	sim
IDE	1,000	1,000	sim	IDE	1,000	1,000	sim
VEE	0,980	0,977	sim	VEE	0,985	0,973	sim
VEP	0,913	0,898	sim	VEP	0,961	0,920	sim
Internacionalização	0,994	0,902	sim	Internacionalização	0,967	0,927	sim
Desempenhos	0,962	0,914	sim	Desempenhos	0,947	0,898	sim

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 11 - Passo 3a: Diferença entre as médias dos constructos (Contínua)

Argentina X Brasil				Argentina X Chile			
Constructos (passo3a)	Diferenças das médias dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Valores médios iguais?	Constructos (passo3a)	Diferenças das médias dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Valores médios iguais?
DPI	0,738	[-0,241: 0,232]	não	DPI	0,253	[-0,252: 0,242]	não
IDE	0,959	[-0,238: 0,232]	não	IDE	-0,880	[-0,256: 0,248]	não
VEE	0,143	[-0,244: 0,230]	sim	VEE	-0,109	[-0,243: 0,238]	sim
VEP	-0,274	[-0,239: 0,230]	sim	VEP	0,967	[-0,243: 0,238]	não
Internacionalização	0,738	[-0,232: 0,234]	não	Internacionalização	0,632	[-0,254: 0,239]	não
Desempenhos	0,806	[-0,228: 0,229]	não	Desempenhos	0,062	[-0,258: 0,242]	sim

Argentina X Colômbia				Argentina X México			
Constructos (passo3a)	Diferenças das médias dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Valores médios iguais?	Constructos (passo3a)	Diferenças das médias dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Valores médios iguais?
DPI	-0,723	[-0,292: 0,294]	não	DPI	0,956	[-0,238: 0,245]	não
IDE	-0,961	[-0,298: 0,299]	não	IDE	0,952	[-0,242: 0,239]	não
VEE	0,043	[-0,301: 0,291]	sim	VEE	0,027	[-0,246: 0,240]	sim
VEP	0,950	[-0,294: 0,289]	não	VEP	-0,607	[-0,239: 0,243]	não
Internacionalização	0,202	[-0,294: 0,297]	sim	Internacionalização	0,995	[-0,241: 0,235]	não
Desempenhos	0,221	[-0,299: 0,288]	sim	Desempenhos	0,612	[-0,239: 0,244]	não

Tabela 11 - Passo 3a: Diferença entre as médias dos constructos (Conclusão)

Brasil X Chile				Brasil x Colômbia			
Constructos (passo3a)	Diferenças das médias dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Valores médios iguais?	Constructos (passo3a)	Diferenças das médias dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Valores médios iguais?
DPI	-0,884	[-0,160:0,162]	não	DPI	0,231	[-0,231: 0,243]	sim
IDE	0,662	[-0,160: 0,162]	não	IDE	0,934	[-0,229:0,237]	não
VEE	-0,094	[-0,166: 0,169]	sim	VEE	0,996	[-0,233:0,235]	não
VEP	0,909	[-0,161:0,163]	não	VEP	0,420	[-0,217:0,240]	não
Internacionalização	0,956	[-0,162:0,169]	não	Internacionalização	0,853	[-0,238:0,234]	não
Desempenhos	-0,033	[-0,162:0,162]	sim	Desempenhos	0,581	[-0,222:0,235]	não

Brasil x México				Chile x Colômbia			
Constructos (passo3a)	Diferenças das médias dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Valores médios iguais?	Constructos (passo3a)	Diferenças das médias dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Valores médios iguais?
DPI	0,708	[-0,160: 0,154]	não	DPI	0,254	[-0,241: 0,252]	não
IDE	0,327	[-0,155: 0,154]	não	IDE	0,194	[-0,244: 0,245]	sim
VEE	-0,139	[-0,157: 0,160]	sim	VEE	0,318	[-0,249: 0,253]	não
VEP	0,019	[-0,160: 0,156]	sim	VEP	0,998	[-0,245: 0,255]	não
Internacionalização	0,345	[-0,154: 0,159]	não	Internacionalização	0,451	[-0,248: 0,257]	não
Desempenhos	0,075	[-0,160: 0,151]	sim	Desempenhos	0,020	[-0,243: 0,251]	sim

Chile x México				Colômbia X México			
Constructos (passo3a)	Diferenças das médias dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Valores médios iguais?	Constructos (passo3a)	Diferenças das médias dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Valores médios iguais?
DPI	0,956	[-0,166: 0,170]	não	DPI	0,260	[-0,246: 0,229]	não
IDE	-0,347	[-0,169: 0,170]	não	IDE	0,903	[-0,252: 0,238]	não
VEE	0,136	[-0,172: 0,168]	sim	VEE	0,673	[-0,244: 0,239]	não
VEP	-0,965	[-0,171: 0,168]	não	VEP	0,236	[-0,247: 0,231]	não
Internacionalização	0,073	[-0,176: 0,164]	sim	Internacionalização	0,705	[-0,247: 0,236]	não
Desempenhos	0,020	[-0,171: 0,166]	sim	Desempenhos	-0,338	[-0,240: 0,241]	não

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 12 - Passo 3b: Análise da igualdade das variâncias dos constructos (Contínua)

Argentina X Brasil				Argentina X Chile			
Constructos (passo3b)	Logaritmo da taxa de variância dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Variância iguais?	Constructos (passo3b)	Logaritmo da taxa de variância dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Variância iguais?
DPI	-0,019	[-0,374: 0,282]	sim	DPI	-0,601	[-0,322: 0,245]	não
IDE	-0,155	[-0,386: 0,297]	sim	IDE	-0,379	[-0,257: 0,223]	não
VEE	-0,791	[-0,358: 0,300]	não	VEE	-0,080	[-0,601: 0,508]	sim
VEP	-0,642	[-0,476: 0,388]	não	VEP	-0,199	[-0,348:0,277]	sim
Internacionalização	-0,928	[-0,202: 0,154]	não	Internacionalização	-0,712	[-0,298: 0,265]	não
Desempenhos	-0,671	[-0,308: 0,250]	não	Desempenhos	0,722	[-0,386;0,299]	não

Tabela 12 - Passo 3b: Análise da igualdade das variâncias dos constructos (Conclusão)

Argentina X Colômbia				Argentina X México			
Constructos (passo3b)	Logaritmo da taxa de variância dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Variância iguais?	Constructos (passo3b)	Logaritmo da taxa de variância dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Variância iguais?
DPI	0,746	[-0,225: 0,223]	não	DPI	-0,096	[-0,283: 0,222]	sim
IDE	0,062	[-0,441: 0,445]	sim	IDE	0,615	[-0,493: 0,374]	não
VEE	0,050	[-0,399: 0,399]	sim	VEE	-0,018	[-0,233: 0,196]	sim
VEP	0,665	[-0,380:0,379]	não	VEP	0,410	[-0,403: 0,374]	não
Internacionalização	0,677	[-0,290:0,287]	não	Internacionalização	-0,778	[-0,312: 0,253]	não
Desempenhos	0,539	[-0,487:0,490]	não	Desempenhos	0,238	[-0,363: 0,282]	sim
Brasil X Chile				Brasil x Colômbia			
Constructos (passo3b)	Logaritmo da taxa de variância dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Variância iguais?	Constructos (passo3b)	Logaritmo da taxa de variância dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Variância iguais?
DPI	0,952	[-0,118:0,121]	não	DPI	0,424	[-0,240: 0,292]	não
IDE	-0,224	[-0,154:0,159]	não	IDE	0,217	[-0,228: 0,291]	sim
VEE	0,334	[-0,264:0,299]	não	VEE	-0,561	[-0,231: 0,284]	não
VEP	-0,692	[-0,151:0,158]	não	VEP	-0,518	[-0,367: 0,284]	não
Internacionalização	0,142	[-0,213:0,216]	sim	Internacionalização	0,176	[-0,228: 0,291]	sim
Desempenhos	0,013	[-0,272: 0,275]	sim	Desempenhos	0,117	[-0,259: 0,311]	sim
Brasil x México				Chile x Colômbia			
Constructos (passo3b)	Logaritmo da taxa de variância dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Variâncias iguais?	Constructos (passo3b)	Logaritmo da taxa de variância dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Variância iguais?
DPI	0,025	[-0,090: 0,092]	sim	DPI	-0,296	[-0,256: 0,336]	não
IDE	0,117	[-0,134: 0,134]	sim	IDE	0,015	[-0,216: 0,254]	sim
VEE	-0,021	[-0,203: 0,202]	sim	VEE	-0,070	[-0,317: 0,365]	sim
VEP	0,019	[-0,150: 0,154]	sim	VEP	0,189	[-0,248: 0,321]	sim
Internacionalização	0,018	[-0,206: 0,216]	sim	Internacionalização	0,271	[-0,223: 0,256]	não
Desempenhos	0,145	[-0,188: 0,188]	sim	Desempenhos	0,123	[-0,264: 0,314]	sim
Chile x México				Colômbia X México			
Constructos (passo3b)	Logaritmo da taxa de variância dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Variância iguais?	Constructos (passo3b)	Logaritmo da taxa de variância dos constructos (=0)	Intervalo de confiança 95%	Variância iguais?
DPI	0,382	[-0,082: 0,080]	não	DPI	0,277	[-0,380: 0,289]	sim
IDE	-0,393	[-0,245: 0,234]	não	IDE	-0,048	[-0,368: 0,303]	sim
VEE	-0,003	[-0,187: 0,179]	sim	VEE	-0,281	[-0,288: 0,242]	sim
VEP	0,053	[-0,151: 0,145]	não	VEP	0,330	[-0,276: 0,235]	não
Internacionalização	-0,027	[-0,242: 0,245]	sim	Internacionalização	-0,969	[-0,272: 0,227]	não
Desempenhos	-0,360	[-0,141: 0,145]	não	Desempenhos	-0,169	[-0,328:0,281]	sim

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Com a análise das Tabelas 10,11 e 12, verifica-se que o modelo correspondente para os diferentes países tem a mesma configuração. A análise da Tabela 10 demonstra que a invariância composicional também foi confirmada, uma vez que as pontuações dos constructos não diferem entre os países. Portanto, para verificar a invariância composta, a correlação c é comparada com o quantil de 5%, quando c é igual ou maior que o quantil de 5%, a invariância composta é confirmada.

A próxima etapa, consiste em primeiro analisar a diferença das médias e, posteriormente, a variância dos constructos. Conforme as Tabelas 11 e 12, é possível verificar que algumas médias e variâncias deram valores fora do intervalo de confiança, não podendo assim ser verificadas. Neste caso, a invariância de medição é parcial. Os autores Henseler *et al.* (2016) colocam que se a medição de invariância parcial for estabelecida, é possível reunir os dados de diferentes grupos, mas é necessário levar em consideração possíveis diferenças do modelo estrutural.

Após a aplicação do teste MICOM e constatado a invariância parcial do modelo, é possível avaliar se há diferenças significativas entre a influência do DPI sobre a internacionalização das multilatinas por meio do MGA-PLS e realizar o teste de hipóteses.

6.4 Avaliação da Análise Multigrupo Modelagem de Equações Estruturais

Para determinar se as relações de caminhos para ambos os modelos gerais e dos países individuais são ou não significativas, foi utilizado o *Bootstrapping* pela MGA-PLS. Subamostras de *Bootstrapping* com 5.000 casos foram criadas para permitir o procedimento de estimativas de modelo para cada subamostra (HAIR *et al.*, 2019). Os valores dos betas, valor de T, p-valor e decisão do teste são mostrados na Tabela 10.

Tabela 13 - Coeficiente de Caminho (Contínua)

País	Relacionamento de Caminho	B	Valor de T	p-valor	decisão
Geral	DPI → IDE	-0,212	7,14	0,000	Rejeita
	IDE → VEP	0,134	4,474	0,000	Aceita
	IDE → VEE	0,098	3,088	0,002	Aceita
	VEP → Desempenhos	0,155	4,919	0,000	Aceita
	VEE → Desempenhos	0,297	9,372	0,000	Aceita
	Desempenhos → Internacionalização	0,198	4,378	0,000	Aceita
	MODERAÇÃO_Desemp_e_DPI_INTER → Internac.	-0,137	3,286	0,001	Rejeita
	DPI → Desempenhos	0,572	15,381	0,000	Aceita
	DPI → Internacionalização	0,386	7,286	0,000	Aceita

Tabela 13 - Coeficiente de Caminho (Contínua)

País	Relacionamento de Caminho	B	Valor de T	p-valor	decisão
Argentina	DPI → IDE	0,014	0,146	0,884	Rejeita
	IDE → VEP	0,139	2,141	0,032	Aceita
	IDE → VEE	0,072	0,704	0,481	Rejeita
	VEP → Desempenhos	0,544	0,986	0,324	Rejeita
	VEE → Desempenhos	0,334	1,068	0,286	Rejeita
	Desempenhos → Internacionalização	0,25	0,836	0,403	Rejeita
	MODERAÇÃO_ Desemp _e_DPI_INTER → Internac.	0,25	0,836	0,403	Rejeita
	DPI → Desempenhos	-0,086	0,208	0,836	Rejeita
	DPI → Internacionalização	0,284	1,543	0,123	Rejeita
Brasil	DPI → IDE	0,780	22,749	0,000	Aceita
	IDE → VEP	0,681	10,644	0,000	Aceita
	IDE → VEE	0,216	2,126	0,034	Aceita
	VEP → Desempenhos	1,168	18,922	0,000	Aceita
	VEE → Desempenhos	0,019	0,394	0,694	Rejeita
	Desempenhos → Internacionalização	0,097	0,744	0,457	Rejeita
	MODERAÇÃO_ Desemp _e_DPI_INTER → Internac.	0,236	1,462	0,144	Rejeita
	DPI → Desempenhos	0,093	1,566	0,117	Rejeita
	DPI → Internacionalização	0,596	1,631	0,103	Rejeita
Chile	DPI → IDE	0,794	50,645	0,000	Aceita
	IDE → VEP	-0,517	15,383	0,000	Rejeita
	IDE → VEE	-0,013	0,213	0,831	Rejeita
	VEP → Desempenhos	0,991	5,544	0,000	Aceita
	VEE → Desempenhos	0,32	2,509	0,012	Aceita
	Desempenhos → Internacionalização	0,235	3,975	0,000	Aceita
	MODERAÇÃO_ Desemp _e_DPI_INTER → Internac.	-0,051	0,56	0,576	Rejeita
	DPI → Desempenhos	0,828	5,935	0,000	Aceita
	DPI → Internacionalização	0,722	14,058	0,000	Aceita
Colômbia	DPI → IDE	0,679	1,329	0,184	Rejeita
	IDE → VEP	0,215	2,106	0,035	Aceita
	IDE → VEE	0,137	1,66	0,097	Aceita
	VEP → Desempenhos	-0,342	1,586	0,113	Rejeita
	VEE → Desempenhos	0,694	2,427	0,015	Aceita
	Desempenhos → Internacionalização	0,451	1,524	0,128	Rejeita
	MODERAÇÃO_ Desemp _e_DPI_INTER → Internac.	0,17	1,03	0,303	Rejeita
	DPI → Desempenhos	0,335	1,127	0,260	Rejeita
	DPI → Internacionalização	0,575	1,21	0,226	Rejeita

Tabela 13 - Coeficiente de Caminho (Conclusão)

País	Relacionamento de Caminho	B	Valor de T	p-valor	decisão
México	DPI → IDE	0,534	19,368	0,000	Aceita
	IDE → VEP	0,498	15,681	0,000	Aceita
	IDE → VEE	-0,007	0,119	0,905	Rejeita
	VEP → Desempenhos	-0,155	2,117	0,034	Rejeita
	VEE → Desempenhos	0,114	1,344	0,179	Rejeita
	Desempenhos → Internacionalização	0,808	11,655	0,000	Aceita
	MODERAÇÃO_ Desemp _e_ DPI_INTER → Internac.	0,143	1,97	0,049	Aceita
	DPI → Desempenhos	-0,591	8,093	0,000	Aceita
	DPI → Internacionalização	0,37	3,692	0,000	Aceita

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para comparar rigorosamente os resultados dos cinco países analisados, estatísticas t foram calculadas para avaliar as diferenças de coeficientes de caminho entre os modelos.

Tabela 14 - Comparação multigrupo Argentina

	Caminho(ARG)	Caminho(BRA)	Caminho(CHL)	Caminho(COL)	Caminho(MEX)	Dif. (ARG-BRA)	Dif. (ARG-CHL)	Dif. (ARG-COL)	Dif. (ARG-MEX)	Valor de P (ARG-BRA)	Valor de P (ARG-CHL)	Valor de P (ARG-COL)	Valor de P (ARG-MEX)
DPI -> IDE	0,014	0,78	0,794	0,679	0,534	-0,766	-0,78	-0,665	-0,52	0,000	0,000	0,832	0,000
IDE -> VEE	0,072	0,216	-0,013	0,137	-0,007	-0,145	0,085	-0,065	0,078	0,286	0,459	0,613	0,485
IDE -> VEP	0,139	0,681	-0,517	0,215	0,498	-0,542	0,656	-0,076	-0,359	0,000	0,000	0,009	0,000
VEE -> Desempenhos	0,334	0,019	0,32	0,694	0,114	-0,271	-0,139	0,223	-0,252	0,317	0,774	0,164	0,401
VEP -> Desempenhos	0,544	1,168	0,991	-0,342	-0,155	0,696	0,335	0,112	0,446	0,211	0,428	0,183	0,254
Desempenhos -> Internacionalização	0,25	0,097	0,235	0,451	0,808	0,153	0,015	-0,201	-0,558	0,528	0,716	0,490	0,005
DPI -> Internacionalização	0,284	0,596	0,722	0,575	0,37	-0,311	-0,438	-0,291	-0,086	0,626	0,048	0,390	0,203
DPI -> Desempenhos MODERAÇÃO	-0,086	0,093	0,828	0,335	-0,591	0,068	-0,172	-0,053	-0,090	0,573	0,360	0,589	0,402
Desemp e DPI -> Internacionalizacao	-0,103	0,236	-0,051	0,17	0,143	-0,339	-0,052	-0,272	-0,246	0,936	0,146	0,742	0,233

Nota: os valores-p destacados revelam a significância da relação

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 15 - Comparação Multigrupo Brasil

	Caminho(ARG)	Caminho(BRA)	Caminho(CHL)	Caminho(COL)	Caminho(MEX)	Dif. (BRA- ARG)	Dif. (BRA- CHL)	Dif. (BRA- COL)	Dif. (BRA- MEX)	Valor de p (BRAX ARG)	Valor de p (BRAX CHL)	Valor de p (BRAX COL)	Valor de p (BRAX MEX)
DPI -> IDE	0,014	0,78	0,794	0,679	0,534	0,766	-0,014	0,101	0,246	0,000	0,743	0,363	0,000
IDE -> VEE	0,072	0,216	-0,013	0,137	-0,007	0,145	0,229	0,08	0,223	0,290	0,077	0,484	0,080
IDE -> VEP	0,139	0,681	-0,517	0,215	0,498	-0,542	0,656	-0,076	-0,359	0,000	0,000	0,000	0,011
VEE -> Desempenhos	0,334	0,019	0,32	0,694	0,114	-0,316	-0,301	-0,676	-0,095	0,309	0,059	0,083	0,334
VEP -> Desempenhos	0,544	1,168	0,991	-0,342	-0,155	0,624	0,177	1,51	1,323	0,204	0,267	0,000	0,000
Desempenhos -> Internacionalização	0,25	0,097	0,235	0,451	0,808	-0,153	-0,138	-0,354	-0,711	0,53	0,317	0,185	0,000
DPI -> Internacionalização	0,284	0,596	0,722	0,575	0,37	0,311	-0,127	0,02	0,225	0,192	0,761	0,687	0,194
DPI -> Desempenhos	-0,086	0,093	0,828	0,335	-0,591	0,179	-0,735	-0,242	0,684	0,615	0,007	0,389	0,000
MODERAÇÃO_ Desemp e DPI -> Internacionalizacão	-0,103	0,236	-0,051	0,17	0,143	0,339	0,287	0,066	0,093	0,151	0,155	0,727	0,372

Nota: os valores-p destacados revelam a significância da relação

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 16 - Comparação Multigrupo Chile

	Caminho(ARG)	Caminho(BRA)	Caminho(CHL)	Caminho(COL)	Caminho(MEX)	Dif. (CHL- ARG)	Dif. (CHL- BRA)	Dif. (CHL- COL)	Dif. (CHL- MEX)	Valor de p (CHLx ARG)	Valor de p (CHLx BRA)	Valor de p (CHLx COL)	Valor de p (CHLx MEX)
DPI -> IDE	0,014	0,78	0,794	0,679	0,534	0,78	0,014	0,115	0,26	0,000	0,756	0,357	0,000
IDE -> VEE	0,072	0,216	-0,013	0,137	-0,007	-0,085	-0,229	-0,15	-0,006	0,460	0,076	0,143	0,94
IDE -> VEP	0,139	0,681	-0,517	0,215	0,498	-0,542	0,656	-0,076	-0,359	0,000	0,000	0,000	0,000
VEE -> Desempenhos	0,334	0,019	0,32	0,694	0,114	-0,015	0,301	-0,375	0,205	0,781	0,059	0,102	0,187
VEP -> Desempenhos	0,544	1,168	0,991	-0,342	-0,155	0,447	-0,177	1,333	1,146	0,413	0,277	0,006	0,008
Desempenhos -> Internacionalização	0,25	0,097	0,235	0,451	0,808	-0,015	0,138	-0,216	-0,573	0,051	0,007	0,096	0,002
DPI -> Internacionalização	0,284	0,596	0,722	0,575	0,37	0,438	0,127	0,147	0,352	0,002	0,778	0,761	0,002
DPI -> Desempenhos	-0,086	0,093	0,828	0,335	-0,591	0,914	0,735	0,493	1,419	0,615	0,007	0,389	0,000
MODERAÇÃO _ Desemp e _DPI -> Internacionalizacão	-0,103	0,236	-0,051	0,17	0,143	0,052	-0,287	-0,22	-0,194	0,738	0,162	0,272	0,089

Nota: os valores-p destacados revelam a significância da relação

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 17 - Comparação Multigrupo Colômbia

	Caminho(ARG)	Caminho(BRA)	Caminho(CHL)	Caminho(COL)	Caminho(MEX)	Dif. (COL- ARG)	Dif. (COL- BRA)	Dif. (COL- CHL)	Dif. (COL- MEX)	Valor de p (COLx ARG)	Valor de p (COLx BRA)	Valor de p (COLx CHL)	Valor de p (COLx MEX)
DPI -> IDE	0,014	0,78	0,794	0,679	0,534	0,665	-0,101	-0,115	0,144	0,342	0,369	0,369	0,343
IDE -> VEE	0,072	0,216	-0,013	0,137	-0,007	0,065	-0,08	0,15	0,143	0,617	0,480	0,137	0,148
IDE -> VEP	0,139	0,681	-0,517	0,215	0,498	-0,542	0,656	-0,076	-0,359	0,010	0,000	0,000	0,007
VEE -> Desempenhos	0,334	0,019	0,32	0,694	0,114	0,36	0,676	0,375	0,58	0,163	0,088	0,097	0,089
VEP -> Desempenhos	0,544	1,168	0,991	-0,342	-0,155	-0,886	-1,51	-1,333	-0,187	0,175	0,000	0,005	0,399
Desempenhos -> Internacionalização	0,25	0,097	0,235	0,451	0,808	0,201	0,354	0,216	-0,357	0,489	0,184	0,217	0,031
DPI -> Internacionalização	0,284	0,596	0,722	0,575	0,37	0,291	-0,02	-0,147	0,205	0,433	0,699	0,748	0,439
DPI -> Desempenhos	-0,086	0,093	0,828	0,335	-0,591	0,422	0,242	-0,493	0,927	0,390	0,405	0,095	0,010
MODERAÇÃO_ Desemp e DPI -> Internacionalizacão	0,25	0,097	0,235	0,451	0,808	0,272	-0,066	0,22	0,026	0,231	0,721	0,274	0,787

Nota: os valores-p destacados revelam a significância da relação

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir dos resultados reportados, é possível verificar que a relação entre o aumento do nível da qualidade de proteção de DPI com o aumento do fluxo de recebimento de IDE (DPI \rightarrow IDE) não foi significativa no modelo geral. Mas apresentou resultados importantes e relevantes para 3 dos 5 países, sendo eles: Brasil, Chile e México. Tem-se que, após a adesão dos países ao acordo TRIPS, as EMNs se sentiram mais atraídas a realizar o investimento no país, tendo em vista que sua PI estaria protegida por leis e normas de DPI mais fortes.

A respeito da relação entre a entrada de IDE com o aumento das VEPs da América Latina (IDE \rightarrow VEP), foi significativa e relevante no modelo geral. Em relação aos modelos específicos, foi possível constatar em todos os 5 países, com exceção do Chile. Esse resultado indica que a entrada de IDE no país estimula a criação e disseminação de novos conhecimentos.

Em se tratando da relação entre a entrada de IDE com o aumento da VEE multilatinas (IDE \rightarrow VEE), foi significativa e relevante no modelo geral. Em relação aos modelos específicos, foi significativa no modelo do Brasil e Colômbia. Esse resultado indica que, após a entrada de EMNs via IDE, as empresas domésticas melhoraram suas vantagens.

A respeito da relação entre o aumento das VEPs e os desempenhos das multilatinas (VEP \rightarrow Desempenhos), pode-se dizer que foi significativa e relevante para o modelo geral. Já para os modelos específicos apenas foi significativa para o Brasil e Chile. Esse resultado indica que com as melhorias promovidas no ambiente doméstico após a entrada do IDE, as multilatinas conseguiram capturar e internalizar essas melhorias, levando ao aumento dos desempenhos.

Em se tratando da relação entre o aumento da VEE e os desempenhos das multilatinas (VEE \rightarrow Desempenhos), foi significativa e relevante no modelo geral. Entretanto, nos modelos específicos somente foi significativa e positiva para o Chile e Colômbia. Esse resultado indica que, em geral, as empresas internalizam as melhorias após a entrada de IDE das economias e aumentaram seus desempenhos. Ou seja, as multilatinas tiveram que elevar seu desempenho para competir localmente com as EMNs entrantes. Além disso, esse resultado positivo mostra que as multilatinas, em sua maioria, aproveitaram os transbordamentos de P&D na região.

A relação entre o aumento do nível de proteção do DPI com o aumento dos desempenhos das multilatinas (DPI \rightarrow Desempenhos) foi significativa e relevante no modelo geral. O resultado foi significativo e positivo nos modelos do Chile e México.

A relação entre o aumento dos desempenhos com o aumento da internacionalização das multilatinas (Desempenhos \rightarrow Internacionalização), foi significativa e relevante no

modelo geral. Mas em relação aos modelos específicos, os resultados foram relevantes apenas para a Colômbia e México.

Por fim, foi analisada a relação direta entre o nível de proteção de DPI com a internacionalização das multilatinas (DPI → Internacionalização). Constatou-se resultados significativos e relevantes no modelo geral. Para os modelos específicos, os resultados foram significativos e positivos nos modelos do Chile e México. Ao que tudo indica, o DPI influenciou de modo geral a internacionalização das multilatinas, sendo significativamente influente nas economias do Chile e México.

A respeito da relação da moderação dos desempenhos sobre o aumento do nível de proteção do DPI e a internacionalização das multilatinas (MODERAÇÃO_desemp_e_DPI_INTER → Internacionalização), essa moderação, embora tenha sido significativa para o modelo geral, não foi positiva. Por isso, não é possível aceitar essa hipótese para o modelo geral. Mas, em relação aos modelos específicos, o resultado foi significativo e relevante apenas para o modelo do México. Esse resultado indica que a influência do DPI sobre a internacionalização das multilatinas ocorreu de maneira direta apenas para o México, nos demais países da análise essa relação ocorreu via IDE.

A Tabela 18 evidencia o resultado de cada uma das hipóteses da pesquisa proposta.

Tabela 18 - Resultados das hipóteses da pesquisa (Contínua)

	Hipóteses	Resultado Geral	Países Aceitos
H1a	Existe uma relação positiva entre o aumento do nível de DPI e o aumento do fluxo de recebimento de IDE nos países da América Latina.	Não aceito	Brasil, Chile e México
H1b	Existe uma relação positiva entre o fluxo de recebimento de IDE com o aumento das vantagens específicas dos países da América Latina.	Aceito	Em todos os 5 países com exceção do Chile.
H1c	Existe uma relação positiva entre o aumento do fluxo de recebimento de IDE e o nível das vantagens específicas das empresas doméstica dos países da América Latina.	Aceito	Brasil e Colômbia
H2a	Existe uma relação positiva entre o aumento das vantagens específicas dos países e os desempenhos das multilatinas.	Aceito	Brasil e Chile
H2b	Existe uma relação positiva entre o aumento das vantagens específicas das empresas e os desempenhos das multilatinas.	Aceito	Chile e Colômbia
H3a	Existe uma relação positiva entre o aumento do nível de proteção de DPI com o aumento do desempenho das multilatinas.	Aceito	Chile e México
H3b	Existe uma relação positiva entre o aumento do desempenho com o aumento da internacionalização das multilatinas.	Não aceito	México
H3c	Existe uma relação positiva entre o aumento do nível de proteção de DPI com o aumento da internacionalização das multilatinas.	Aceito	Chile e México

Tabela 18 - Resultados das hipóteses da pesquisa (Conclusão)

Hipóteses	Resultado Geral	Países Aceitos
H3d O desempenho das empresas modera positivamente a relação entre o aumento do nível de proteção de DPI e a internacionalização das multilatinas.	Aceito	Chile e México

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nas Tabelas de 14 a 17, é possível visualizar as diferenças do efeito do DPI sobre a internacionalização das multilatinas nos cinco países analisados. Como esperado, as diferenças entre esses países são significativas. Esse resultado era esperado, dado que o período de adesão ao acordo TRIPS diferiu muito entre os países analisados. O nível de desenvolvimento econômico entre esses países é heterogêneo, de modo que a captura de IDE difere entre esses países. Ao comparar os modelos utilizando o algoritmo PLS-MGA entre os países, foi possível notar diferenças significativas entre as relações investigadas. Mas, um ponto em comum encontrado nessas comparações é sobre o efeito da entrada do IDE na melhora das VEPs e VEEs. Com isso, é possível verificar que a entrada do investimento estrangeiro nas economias latino-americanas, gerou um efeito positivo na melhora das VEPs e VEEs.

A Tabela 19 destaca o valor do R^2 para cada modelo apresentado.

Tabela 19 - Valore de R^2 para os grupos

	Geral	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México
VEE	0,072	0,257	0,099	0,131	0,549	0,062
VEP	0,737	0,768	0,759	0,678	0,806	0,680
IDE	0,045	0,001	0,608	0,631	0,461	0,286
Internacionalização	0,223	0,204	0,217	0,557	0,606	0,395
Desempenhos	0,508	0,447	0,839	0,396	0,593	0,521

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Com base na Tabela 19, que demonstra o R^2 dos constructos do DPI, foi possível verificar que 22,3% da internacionalização em geral das multilatinas pode ser explicado pela adesão dos países ao acordo TRIPS que regulamentou as leis e normas sobre o DPI. De maneira específica, essa relação foi de 20,4% para a Argentina, 21,7% para o Brasil, 55,7% para o Chile, 60,6% para a Colômbia e 39,5% para o México.

Além de avaliar a significância dos coeficientes de caminho, comparação multigrupo e o nível de valor de R^2 , é importante também discutir o tamanho do efeito (f^2). Os resultados

para os valores do tamanho do efeito do DPI sobre o fluxo de recebimento do IDE e a internacionalização das multilatinas são apresentados na Tabela 20.

Tabela 20 - Análise sobre o tamanho do efeito (f^2) do DPI sobre o IDE e a Internacionalização

	Geral	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México
IDE	0,091	0,000	0,668	0,727	0,033	0,404
Desempenhos	0,021	0,001	0,001	0,000	0,003	0,007
Internacionalização	0,204	0,129	0,294	0,330	0,082	0,128

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em conformidade com Hair *et al.* (2014), para as análises sobre o tamanho do efeito (f^2) do DPI sobre os constructos do recebimento do IDE e internacionalização, considera-se que os valores de f^2 inferiores a 0,020 indicam um efeito pequeno. Já os valores entre 0,150 e 0,350 indicam um efeito médio. E, por fim, valores acima de 0,350 indicam um efeito grande. É possível verificar na Tabela 20 que o DPI apresenta um efeito pequeno sobre o fluxo de recebimento de IDE no modelo geral, Argentina e Colômbia. Já para o Brasil, Chile e México, esse efeito é grande. Para a internacionalização, o DPI apresenta um efeito baixo sobre a Argentina, Colômbia e México. Mas o efeito é médio sobre o modelo Geral, Brasil e Chile.

7 DISCUSSÕES

Mesmo que a hipótese 1a tenha sido rejeitada no modelo geral, ela foi aceita nos modelos do Brasil, Chile e México. É possível verificar que o estágio de IDP e VEP irá afetar no fluxo de recebimento de IDE nestes países. Esse resultado vai ao encontro da teoria de IDP de Dunning (1981, 1988), uma vez que o autor pontua que, à medida que o país se desenvolve, as configurações das vantagens da OLI irão se alterar, de modo que gera incentivos para as empresas estrangeiras realizarem investimentos nessas economias. É possível observar que esses três países, que são os mais desenvolvidos da região, se encontram no estágio 3 do IDP de Dunning e Narula (1993), pois são receptoras líquidas de IDE (tal como é possível confirmar por meio da Figura 14).

Brasil e o México são os países da amostra que estão há mais tempo aderidos ao acordo TRIPS. As atualizações e padronizações de suas normas de DPI sinalizam para o investidor estrangeiro que a economia se preocupa em garantir uma proteção de DPI de boa qualidade, incentivando a realização do IDE. Esse resultado confirma os achados de Papageorgiadis *et al.* (2020) quando desenvolveram os estudos para 42 países (dentre eles, Austrália, Argentina, Brasil, Bélgica, Chile, Canadá, China, Finlândia, Índia, Indonésia, Itália, Reino Unido e outros) com instalações de subsidiárias norte-americanas. Já o Chile é o país da América Latina com maior nível de qualidade na proteção do DPI, tanto nas leis nos livros quanto na prática (conforme a figura 2), embora a adesão ao acordo TRIPS tenha ocorrido em 2013. Essa alta qualidade de proteção do DPI incentiva as EMNs a entrar na economia via IDE (GINARTE; PARK, 1997; KHOURY; PENG, 2011; LEE *et al.*, 2018).

Os resultados encontrados para os efeitos do IDE sobre o aumento VEP mostram suporte para o modelo geral, bem como para os modelos específicos da Argentina, Brasil, Colômbia e México. Esse resultado indica que, após a entrada do IDE, houve um aumento da mão de obra qualificada, acesso à tecnologia, exportação de bens tecnológicos e capacidade de inovar nos países citados. Com essas melhorias, aumentou a capacidade das empresas de terem acesso às fontes de economia escala, poder de compra e mão de obra qualificada a baixo custo (DUNNING; NARULA, 1993; ZHAO, 2006; YOO; REIMANN, 2017).

Após a adesão ao acordo TRIPS, as EMNs se sentem mais seguras para entrar nas economias em desenvolvimento, uma vez que sabem que existem leis e normas que protegem a PI desenvolvida por elas nessa região (FAINSHMIDT *et al.*, 2014). Com a entrada dessas

empresas estrangeiras nos países da América Latina, elas aproveitam do excedente de mão de obra qualificada a um baixo custo (ZHAO, 2006).

A hipótese 1c foi confirmada no modelo geral e nos modelos do Brasil e Colômbia. Esse resultado indica que nesses países as empresas locais conseguiram aproveitar os benefícios trazidos com a entrada de empresas estrangeiras em seus países. Com a entrada, as empresas locais dessas economias aumentam seu desempenho competitivo com o objetivo de não perder o poder de mercado (COHEN; LEVINTHAL, 1990; DUNNING; NARULA, 1993). Esse aumento nas VEEs dessas economias fez com que se tornassem competitivas no mercado doméstico, de forma que gerou resultados positivos no desempenho de cada uma delas (ZHAO *et al.*, 2010; CUERVO-CAZURRA, 2016; BERRY, 2017; WU *et al.*, 2019).

Com os resultados encontrados sobre a relação do DPI com o fluxo de recebimento do IDE, é possível constatar que com melhora do sistema econômico e social promovido pelo governo, no caso deste trabalho a adoção e padronização das leis e normas de DPI, são criadas melhores condições para a atração da entrada de EMNs. Essa entrada gera vantagens comparativas para os países e as empresas neles instaladas (DUNNING, 2000).

A aceitação da hipótese 2a para o modelo geral e para os modelos do Brasil e Chile indica que as empresas locais conseguiram internalizar as melhorias ocorridas no ambiente doméstico após o aumento do nível de proteção do DPI e a entrada do IDE. Com isso, elas aumentaram seus recursos financeiros e inovativos via capacidade de absorção. Esse resultado confirma os achados de Bogers *et al.* (2018), ao ser verificado que as empresas domésticas desses modelos conseguiram integrar os conhecimentos e práticas das VEPs em suas atividades internas, resultando em recombinações que são benéficas para o desempenho e competitividade dessas empresas no mercado.

Sobre a aceitação da hipótese 2b no modelo geral e para os modelos do Chile e Colômbia, indica que as multilatinas conseguiram absorver os benefícios gerados com a entrada das EMNs via IDE após o aumento do nível da proteção de DPI nessas economias. Esse resultado indica que as empresas locais desses países conseguiram estabelecer um relacionamento com as EMNs, resultando na incorporação dessas empresas no sistema de inovação seja direta ou indiretamente (BELDERBOS *et al.*, 2013). O referente resultado vai ao encontro dos achados de Lane *et al.* (2001), ao ser verificado que as empresas locais entenderam e assimilaram as novas fontes de conhecimento vindas da entrada de EMNs nas economias, e as transformaram em lucros.

A relação entre o DPI e o desempenho das multilatinas foi melhor estabelecida por meio do IDE, ou seja, as melhorias no ambiente doméstico e das empresas tiveram aceitações

a partir do IDE. Para Dunning (1993, 2000), com a melhora do ambiente econômico, as condições para as empresas estrangeiras realizarem investimentos nesse país vão se alterar. Com a entrada das EMNs via IDE, as empresas locais devem melhorar suas condições internas buscando competir com as empresas entrantes, a fim de não perder poder de mercado. Sendo assim, com a melhora internalizada do ambiente doméstico e das condições da empresa, gerou aumento nos desempenhos das multilatinas (DUNNING, 1981, 1988, 2000).

A relação direta entre o aumento do nível de proteção do DPI com o aumento dos desempenhos das multilatinas foi aceita nos modelos Geral, Chile e México. Esse resultado vai corresponde ao encontrado por Cuervo-Cazurra (2008), ao afirmar que o DPI, por si só, pode gerar impactos positivos no desempenho econômico das empresas. A capacidade de absorção ajudou todas elas a internalizar as melhorias criadas após a adesão dos países latino-americanos ao acordo TRIPS. Com a absorção, as empresas aproveitaram do excedente de conhecimento, inovação e transbordamentos tecnológicos advindos das EMNs entrantes (SCHMIELE, 2013; ANG *et al.*, 2014; WU *et al.*, 2019). Elevando seus desempenhos, preparou e incentivou as multilatinas a internacionalizarem suas atividades, confirmando a hipótese 3a nesses três modelos.

A aceitação da hipótese 3b no modelo geral e nos modelos do Chile e México indica que as multilatinas desses países conseguiram desenvolver os desempenhos que as permitiu aumentar sua expansão internacional, conforme a perspectiva do trampolim de Luo e Tung (2007). Ademais, com a entrada de empresas estrangeiras no país, gerou acesso aos recursos e conhecimentos específicos, que podem ter sido internalizadas pelas empresas locais, aumentando seu desempenho e capacidade tecnológica, promovendo a internacionalização das multilatinas (DUNNING, 1980; LU; BEAMISH, 2004; DAU, 2013).

O resultado da hipótese 3c foi aceito no modelo geral, assim como nos modelos do Chile e México. Esse resultado mostrou que, de modo geral e especificamente no Chile e México, o DPI ocasionou a internacionalização das empresas de maneira direta, ou seja, as empresas conseguiram aproveitar e absorver as melhorias trazidas pós-adesão ao acordo TRIPS para internacionalizar suas atividades. Ou seja, em relação ao modelo conceitual desta pesquisa (exposto na Figura 9), a relação do DPI com a internacionalização ocorreu de forma direta e não passou pelo IDE.

Em relação ao efeito moderador dos desempenhos sobre a relação do DPI com a internacionalização, testado por intermédio da hipótese 3d, foi rejeitado no modelo geral, mas foi aceito no modelo do México. Esse resultado confirma o trabalho de Elmahjub (2015) e

Muzaka (2010), ao confirmar que, após o aumento das leis e normas que regulamentam o DPI, resultou na elevação do desempenho e aceleração do processo de internacionalização das empresas domésticas (ZHAO, 2006; ZHAO *et al.*, 2010; BOGERS *et al.*, 2018; WU *et al.*, 2019).

Com os resultados da pesquisa, foi possível observar também que a entrada do IDE, estimulada após-acordo TRIPS, gerou melhorias para as empresas e países, porém não foram suficientes para promover a internacionalização de todas elas. Vale frisar que a influência do DPI sobre a internacionalização das multilatinas ocorreu diretamente (CUERVO-CAZURRA, 2008; FAINSHMIDT *et al.*, 2014; YOO; REIMANN, 2017).

Outro ponto de destaque dos resultados dessa pesquisa foi em relação ao esclarecimento da eficácia da adesão ao acordo TRIPS pelos países em desenvolvimento. Conforme foi demonstrado no referencial teórico, muitos autores questionaram se a adesão dos países em desenvolvimento não seria prejudicial para as empresas locais, visto que essas seriam impedidas de realizarem engenharia reversa, cópia e imitação de produtos e/ou tecnologias desenvolvidas por grandes empresas multinacionais (SUPAKANKUNT *et al.*, 2001; DEERE, 2009; MASKUS, 2014). No entanto, os resultados da pesquisa mostram que a adesão dos países latino-americanos ao acordo TRIPS resultou no aumento de P&D realizado por essas empresas, conforme pode ser observado na Figura 13. Foi possível verificar que as empresas elevaram significativamente os dispêndios para a realização de P&D um ano após a adesão do país de origem ao acordo TRIPS. Esse resultado mostra que as multilatinas se sentiram mais seguras em realizar P&D, uma vez que em seus países de origem as leis e normas de DPI estavam mais fortes e protegiam a sua PI desenvolvida.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi fundamentado na teoria do *Investment Development Path* de Dunning (1981, 1988) do campo de negócios globais e teve como objetivo analisar a influência do direito de propriedade intelectual sobre a internacionalização das empresas multilatinas. Argumentou-se que após a implementação do acordo TRIPS que estabelece padrões mínimos de DPI, as empresas conseguiram internalizar e absorver as melhorias advindas do acordo, via desempenhos, o que impulsionaria o processo de internacionalização de suas atividades. Adiante, o trabalho se propôs a verificar se esse impulso da internacionalização passava pelo aumento do IDE recebido nos países ou se o efeito seria obtido diretamente. Com base na literatura relacionada, a moderação do IDE se deu pelo aumento das VEEs e VEPs.

Sendo assim, foram considerados dois cenários possíveis que tiveram suporte a partir do referencial teórico. No primeiro, identificou-se que o aumento das leis e normas que regulamentam o DPI estimulou o aumento do fluxo de IDE recebido no país. A entrada destes investimentos proporcionou aumento nas vantagens específicas das empresas e do país que, uma vez internalizadas e absorvidas pelas empresas, criariam condições para que essas internacionalizassem suas atividades. Já no segundo cenário, esse efeito do aumento do DPI com a internalização seria direto, ou seja, como foi exposto, o aumento das leis e normas de DPI por si só, geraria melhorias no ambiente doméstico. Essas melhorias podem ter sido absorvidas e internalizadas pelas empresas via desempenho, o que criaria condições para que elas internacionalizassem suas atividades.

Para tanto, foram coletados dados de sete fontes secundárias: relatório financeiro das multilatinas, *Global Competitiveness Report*, Índice Global de Inovação, *Polit IV Project: Political Regime Characteristics and Transitions*, *Fraser Institute*, *United States Patent and Trademark Office* e *World Bank*. A amostra da pesquisa foi composta por 88 multilatinas, destas 9 são da Argentina, 27 do Brasil, 21 do Chile, 11 da Colômbia e 28 do México. Para a análise dos dados, foi empregada a Modelagem de Equações Estruturais, utilizando a técnica da Análise Multigrupo em Modelagem de Equações Estruturais (MGA-PLS). Por meio dessa técnica, foi possível testar as hipóteses elaboradas neste estudo.

Em primeiro lugar, o IDE não estimulou a internacionalização das empresas. Com o aumento do DPI, no geral, não houve um aumento do fluxo de recebimento do IDE nos países latino-americanos, essa relação foi confirmada apenas nos modelos do Brasil, Chile e México. Essa entrada de IDE aumentou as VEEs e VEPs. Contudo, essas melhoras não foram

suficientes para promover a internacionalização das multilatinas. Isso significa que a entrada das EMNs aumentou a competitividade das empresas locais, que gerou aumento no desempenho financeiro e inovativo delas, mas não foi suficiente para preparar essas empresas para o mercado internacional. Acredita-se que tal resultado esteja relacionado com a recente adesão dos países latino-americanos ao acordo TRIPS. Para os países e empresas absorverem as melhorias da entrada do IDE ao ponto de gerarem efeitos na internacionalização das empresas locais, é necessário algum tempo para a adaptação e habituar-se ao novo cenário competitivo e econômico.

Na sequência, os resultados relativos ao efeito direto do DPI sobre a internacionalização mostram que, em geral e especificamente no Chile e México, o aumento do nível da proteção do DPI influenciou as multilatinas destes países a internacionalizarem suas atividades. Estes resultados foram reforçados por meio da análise acerca do tamanho do efeito do DPI sobre a internacionalização, quando foi possível verificar que, no modelo geral, Brasil e México o efeito do DPI sobre a internacionalização foi médio.

Uma das principais contribuições deste estudo para a literatura está na análise da eficácia da adesão dos países latino-americanos ao acordo TRIPS sobre DPI, e as formas que a adesão a esse acordo influenciou no comportamento estratégico das multilatinas. Nos últimos trinta anos, houve um aumento significativo de estudos que analisaram as EMNEs, porém poucos estudos utilizaram as multilatinas como objeto de análise. Dessa forma, ao analisar os efeitos do DPI pós-adesão ao acordo TRIPS pelos países latinos, este estudo contribui para o aprofundamento do entendimento de influência do DPI sobre o desenvolvimento dos países e suas empresas domésticas.

Em relação às contribuições para as empresas, os resultados encontrados permitem aos gestores compreenderem, integrarem e participarem das comunidades locais de inovação e estabelecerem um relacionamento direto com as EMNs entrantes via IDE, uma vez que, embora a entrada do IDE não tenha estimulado a internacionalização das empresas locais, ela melhorou as VEPs e VEEs. Os resultados podem contribuir nas decisões de como as empresas domésticas podem absorver e aproveitar os benefícios trazidos pós-adesão ao acordo TRIPS, que levaram as multilatinas a intensificar o processo de internacionalização de suas empresas.

Como contribuições em termos de políticas públicas, este estudo pode auxiliar na tomada de decisões sobre a necessidade de atualizações necessárias nas leis e normas de DPI, para essas estimularem os fluxos de recebimento de IDE. Conforme visto, o fluxo de IDE recebido gerou aumento nas VEPs e nas VEEs das multilatinas.

Vale mencionar que as evidências encontradas e discutidas nesta pesquisa devem ser consideradas levando em conta os critérios de seleção da amostra e as limitações da metodologia adotada. Ademais, há limitações das variáveis utilizadas no modelo estrutural, uma vez que existem outras variáveis que podem influenciar as VEEs dos países, internacionalização e formas de mensuração dos desempenhos das empresas, que não foram ponderadas neste estudo. Outra limitação encontrada tem a ver com os países analisados, pois devido à ausência de dados, não foram levados em conta os demais países que compõem a região da América Latina.

Como sugestão para o desenvolvimento de pesquisa futura, indica-se o aprofundamento das análises dos países individualmente em relação às hipóteses elaboradas. Ainda, sugere-se a mensuração da influência do DPI sobre a internacionalização das multilatinas, utilizando outros constructos que possam vir a impactar nessa influência. Recomenda-se utilizar outras referências para aumentar o número de empresas e países para compor a amostra. Um exemplo seria fazer um levantamento nos rankings da *Fortune Global 500* e *Global 2000* a fim de identificar um maior número de empresas e países da América Latina.

Por fim, conclui-se que a influência da adesão dos países latino-americanos ao acordo TRIPS beneficiou o processo de internacionalização das multilatinas em conformidade com o país estudado. Portanto, este estudo favorece a redução da carência de pesquisas que estudem a região da América Latina apresentando a heterogeneidade existente entre os países demonstrando que os contextos locais moldam os tipos de empresas locais que irão internacionalizar suas atividades.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva *et al.* **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. São Paulo: Campus, 2014.
- AGUILERA, Ruth V. *et al.* Multilatinas and the internationalization of Latin American firms. **Journal of World Business**, v. 52, n. 4, p. 447-460, 2017.
- ALFARO, Laura *et al.* FDI and economic growth: the role of local financial markets. **Journal of International Economics**, v. 64, n. 1, p. 89-112, 2004.
- AMÉRICA ECONOMIA. Estos son los resultados del Ranking Multilatinas 2019. Disponível em: <https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/multilatinas/estos-son-los-resultados-del-ranking-multilatinas-2019>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- ANG, James S.; CHENG, Yingmei.; WU, Chaopeng. Does enforcement of intellectual property rights matter in China? Evidence from financing and investment choices in the high-tech industry. **Review of Economics and Statistics**, v. 96, n. 2, p. 332-348, 2014.
- ATHREYE, Suma. China's intellectual property regime. **Journal of International Business Policy**, v. 3, n. 1, p. 58-59, 2020.
- AWOKUSE, Titus O.; YIN, Hong. Intellectual property rights protection and the surge in FDI in China. **Journal of Comparative Economics**, v. 38, n. 2, p. 217-224, 2010.
- BABB, Sarah. The Washington Consensus as transnational policy paradigm: Its origins, trajectory and likely successor. **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 2, p. 268-297, 2013.
- BARTLETT C.; GHOSHAL S. **Managing Across Borders: The Transnational Solution**. Harvard Business School Press, 1989 (Boston, MA).
- BELDERBOS, Rene.; LETEN, Bart.; SUZUKI, Shinya. How global is R&D? Firm-level determinants of home-country bias in R&D. **Journal of International Business Studies**, v. 44, n. 8, p. 765-786, 2013.
- BELL, Martin.; PAVITT, Keith. Technological accumulation and industrial growth: contrasts between developed and developing countries. **Technology, Globalisation and Economic Performance**, v. 83137, p. 83-137, 1997.
- BERRY, Heather. Managing valuable knowledge in weak IP protection countries. **Journal of International Business Studies**, v. 48, n. 7, p. 787-807, 2017.
- BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, 2001.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolución de las ideas de la Cepal. **Revista de La Cepal**, Santiago do Chile, p. 1-14, 1998. Número Extraordinário.

BIRKINSHAW, Julian.; HOOD, Neil. Multinational subsidiary evolution: Capability and charter change in foreign-owned subsidiary companies. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 4, p. 773-795, 1998.

BLOMSTRÖM, Magnus.; KOKKO, Ari. **Regional integration and foreign direct investment: A conceptual framework and three cases**. The World Bank, 1999.

BOGERS, Marcel.; FOSS, Nicolai J.; LYNGSIE, Jacob. The “human side” of open innovation: The role of employee diversity in firm-level openness. **Research Policy**, v. 47, n. 1, p. 218-231, 2018.

BOISOT, Max.; MEYER, Marshall W. Which way through the open door? Reflections on the internationalization of Chinese firms. **Management and Organization Review**, v. 4, n. 3, p. 349-365, 2008.

BOWEN, Natasha K.; GUO, Shenyang. **Structural equation modeling**. Oxford University Press, 2011.

BRANDER, James A.; CUI, Victor; VERTINSKY, Ilan. China and intellectual property rights: A challenge to the rule of law. **Journal of International Business Studies**, v. 48, n. 7, p. 908-921, 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. **Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência**, São Paulo, nº 248-A, Seção 1, p. 21-394, 1994.

BRENES, Esteban R.; CIRAVEGNA, Luciano.; MONTOYA, Daniel. Super Selectos: Winning the war against multinational retail chains. **Journal of Business Research**, v. 68, n. 2, p. 216-224, 2015.

BRUHN, Nádia Campos Pereira. **Investimento Direto Estrangeiro e a Política Industrial: um estudo dos efeitos de transbordamentos em países da América Latina**. 2016. 320 p. Tese (Doutorado em administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

BUCKLEY, Peter J *et al.* Explaining China’s outward FDI: an institutional perspective. **The rise of transnational corporations from emerging markets: Threat or opportunity**, p. 107-157, 2008.

BUCKLEY, Peter J *et al.* The determinants of Chinese outward foreign direct investment. **Journal of International Business Studies**, v. 38, n. 4, p. 499-518, 2007.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Classificações tecnológicas: uma sistematização**: Nota Técnica: OCDE. Brasília:[s.n.]. 2014.

CAMISÓN, César.; FORÉS, Beatriz. Knowledge absorptive capacity: New insights for its conceptualization and measurement. **Journal of Business Research**, v. 63, n. 7, p. 707-715, 2010.

CAMPANA, Angela Nogueira.; TAVARES, Maria da Consolação Gomes.; SILVA, Dirceu da. Modelagem de Equações Estruturais: Apresentação de uma abordagem estatística multivariada para pesquisas em Educação Física. **Motricidade**, v. 5, n. 4, p. 59-80, 2009.

CAMPI, Mercedes *et al.* Intellectual property rights, imitation, and development. The effect on cross-border mergers and acquisitions. **The Journal of International Trade & Economic Development**, v. 28, n. 2, p. 230-256, 2019.

CANTWELL, John. **Technological innovation and multinational corporations**. B. Blackwell, 1989.

CARDWELL, Ryan.; GHAZALIAN, Pascal L. The effects of the TRIPS agreement on international protection of intellectual property rights. **The International Trade Journal**, v. 26, n. 1, p. 19-36, 2012.

CARMEL, Erran. The new software exporting nations: success factors. **The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries**, v. 13, n. 1, p. 1-12, 2003.

CARRANZA, Rocio *et al.* PLS–SEM in business promotion strategies. A multigroup analysis of mobile coupon users using MICOM. **Industrial Management & Data Systems**, 2020.

CASANOVA, Lourdes *et al.* **From multilatinas to global latinias: the new Latin American multinationals** (Compilation case studies). Washington, DC: Interamerican Development Bank, 2009.

CASANOVA, Lourdes.; MIROUX, Anne. Emerging market multinationals reshaping the business landscape. **Transnational Corporations Review**, v. 10, n. 4, p. 288-298, 2018.

CASTELLANI, Davide.; ZANFEI, Antonello. Multinational experience and the creation of linkages with local firms: evidence from the electronics industry. **Cambridge Journal of Economics**, v. 26, n. 1, p. 1-25, 2002.

CASTELLANI, Davide.; ZANFEI, Antonello. Internationalisation, innovation and productivity: how do firms differ in Italy? **World Economy**, v. 30, n. 1, p. 156-176, 2007.

CHIN, Wynne W *et al.* The partial least squares approach to structural equation modeling. **Modern Methods for Business Research**, v. 295, n. 2, p. 295-336, 1998.

CHO, Se Ho.; KIM, Hyun Gon. Intellectual property rights protection and technological innovation. **Multinational Business Review**, 2017.

CHUANG, Wen-Bin.; CHANG, To-Han.; LIN, Hui-lin. Does stronger intellectual property rights protection matter in developing local R&D outsourcing strategy? **Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics**, v. 24, n. 1-2, p. 68-82, 2017.

CHEUNG, Kui-yin.; PING, Lin. Spillover effects of FDI on innovation in China: Evidence from the provincial data. **China economic review**, v. 15, n. 1, p. 25-44, 2004.

COEURDEROY, Régis.; MURRAY, Gordon. Regulatory environments and the location decision: Evidence from the early foreign market entries of new-technology-based firms. *In: Location of International Business Activities*. Palgrave Macmillan, London, 2014. p. 226-260.

COHEN, Wesley; LEVINTHAL, Daniel. Absorptive capacity: a new perspective of learning and innovation. *Administrative Science Quarterly*, v.35, p.128-152,1990.

CORREA, Carlos M. **Intellectual property rights, the WTO and developing countries: the TRIPS agreement and policy options**. Londres, Zed books, 2000.

CRAVIOTTI, Clara. Agrarian trajectories in Argentina and Brazil: Multilatin seed firms and the South American soybean chain. *Globalizations*, v. 15, n. 1, p. 56-73, 2018.

CRESPO, Nuno.; FONTOURA, Maria Paula. Determinant factors of FDI spillovers—what do we really know? *World Development*, v. 35, n. 3, p. 410-425, 2007.

CRESWELL, John. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2013.

CRUZ, Liliam Ane Cavallieri da. **O Regime global de propriedade intelectual e a questão do desenvolvimento: o poder dos países em desenvolvimento no campo multilateral**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2008.

CUERVO-CAZURRA, Alvaro. Extending theory by analyzing developing country multinational companies: Solving the Goldilocks debate. *Global Strategy Journal*, v. 2, n. 3, p. 153-167, 2012.

CUERVO-CAZURRA, Alvaro. Multilatinas as sources of new research insights: The learning and escape drivers of international expansion. *Journal of Business Research*, v. 69, n. 6, p. 1963-1972, 2016.

CUERVO-CAZURRA, Alvaro. The multinationalization of developing country MNEs: The case of multilatinas. *Journal of international Management*, v. 14, n. 2, p. 138-154, 2008.

CUERVO-CAZURRA, Alvaro.; GENC, Mehmet. Transforming disadvantages into advantages: Developing-country MNEs in the least developed countries. *Journal of International Business Studies*, v. 39, n. 6, p. 957-979, 2008.

CUERVO-CAZURRA, Alvaro. Multilatinas and International Business Studies. *AIB Insights*, v. 19, n. 2, p. 3-17, 2019.

CUERVO-CAZURRA, Alvaro.; UN, C. A. Why some firms never invest in formal R&D. *Strategic Management Journal*, v. 31, n. 7, p. 759-779, 2010.

CUI, Lin *et al.* Leadership experience meets ownership structure: Returnee managers and internationalization of emerging economy firms. *Management International Review*, v. 55, n. 3, p. 355-387, 2015.

DAMODARAN, Aswath. **Finanças corporativas: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 796 p.

DAU, Luis Alfonso. Learning across geographic space: Pro-market reforms, multinationalization strategy, and profitability. **Journal of International Business Studies**, v. 44, n. 3, p. 235-262, 2013.

DEERE, Carolyn. **The implementation game: the TRIPS agreement and the global politics of intellectual property reform in developing countries**. Oxford University Press, 2009.

DEVLIN, Robert.; MOGUILLANSKY, Graciela. **Breeding Latin American tigers: Operational principles for rehabilitating industrial policies**. The World Bank, 2011.

DIAMANTOPOULOS, Adamantios.; WINKLHOFER, Heidi M. Index construction with formative indicators: An alternative to scale development. **Journal of Marketing Research**, v. 38, n. 2, p. 269-277, 2001.

DIKOVA, Desislava.; VAN WITTELOOSTUIJN, Arjen. Foreign direct investment mode choice: entry and establishment modes in transition economies. **Journal of International Business Studies**, v. 38, n. 6, p. 1013-1033, 2007.

Dunning, John. H. "Explaining the International Direct Investment Position of Countries: Towards a Dynamic or Developmental Approach". **Weltwirtschaftliches Archiv**, 1981, 119, pp. 30-64.

DUNNING, John H. The theory of international production. **The International Trade Journal**, v. 3, n. 1, p. 21-66, 1988.

DUNNING, John H. Trade, location of economic activity and the MNE: A search for an eclectic approach. *In: The international allocation of economic activity*. Palgrave Macmillan, London, 1977. p. 395-418.

DUNNING, John H.; LUNDAN, Sarianna M. Institutions and the OLI paradigm of the multinational enterprise. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 25, n. 4, p. 573-593, 2008.

DUNNING, John H. Trade, location of economic activity and the MNE: A search for an eclectic approach. *In: The international allocation of economic activity*. Palgrave Macmillan, London, 1977. p. 395-418.

DUNNING, John H. Toward an eclectic theory of international production: Some empirical tests. **Journal of International Business Studies**, v. 11, n. 1, p. 9-31, 1980.

DUNNING, John H. Location and the multinational enterprise: a neglected factor? **Journal of International Business Studies**, v. 29, n. 1, p. 45-66, 1998.

DUNNING, John H. The eclectic (OLI) paradigm of international production: past, present and future. **International Journal of the Economics of Business**, v. 8, n. 2, p. 173-190, 2001.

DUNNING, John H.; KIM, Chang-Su.; LIN, Jyh-Der. Incorporating trade into the investment development path: a case study of Korea and Taiwan. **Oxford Development Studies**, v. 29, n. 2, p. 145-154, 2001.

DUNNING, John H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of International Business Studies** .p. 50-84, 2015.

DUNNING, John H.; KIM, Changsu. The cultural roots of guanxi: an exploratory study. **World Economy**, v. 30, n. 2, p. 329-341, 2007.

DUNNING, John H.; NARULA, Rajneesh. **Transpacific foreign direct investment and the investment development path: the record assessed**. University of South Carolina, 1994.

DUNNING, John. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, Amsterdam, v. 9, n. 2, p. 163-190, 2000.

ELMAHJUB, Ezeddin. "Situating Intellectual Property Policy Into a Human Development Paradigm". **Journal of World Intellectual Property Rights**, v. 18, n. 5, 2015.

FAINSHMIDT, Stav.; WHITE III, George O.; CANGIONI, Carole. Legal distance, cognitive distance, and conflict resolution in international business intellectual property disputes. **Journal of International Management**, v. 20, n. 2, p. 188-200, 2014.

FANG, Lily H.; LERNER, Josh; WU, Chaopeng. Intellectual property rights protection, ownership, and innovation: Evidence from China. **The Review of Financial Studies**, v. 30, n. 7, p. 2446-2477, 2017.

FARIAS, Salomão Alencar de.; SANTOS, Rubens da Costa. Modelagem de equações estruturais e satisfação do consumidor: uma investigação teórica e prática. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, n. 3, p. 107-132, 2000.

FERREIRA, Manuel Anibal Silva Portugal Vasconcelos *et al.* Um estudo bibliométrico da contribuição de John Dunning na pesquisa em negócios internacionais. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 15, n. 46, p. 56-75, 2013.

FORÉS, Beatriz.; CAMISÓN, César. Does incremental and radical innovation performance depend on different types of knowledge accumulation capabilities and organizational size? **Journal of Business Research**, v. 69, n. 2, p. 831-848, 2016.

FORNELL, Claes.; LARCKER, David F. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. **Journal of Marketing Research**, p. 39-50, 1981.

FRASER INSTITUTE. Dataset. Disponível em: <https://www.fraserinstitute.org/economic-freedom/dataset?geozone=world&year=2018&page=dataset>. Acesso em: 4 ago. 2020.

GAFFNEY, Nolan.; KARST, Rusty.; CLAMPIT, Jack. Emerging market MNE cross-border acquisition equity participation: The role of economic and knowledge distance. **International Business Review**, v. 25, n. 1, p. 267-275, 2016.

GE, Gloria Lan.; WANG, Hugh Qing. The impact of network relationships on internationalization process: an empirical study of Chinese private enterprises. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 30, n. 4, p. 1169-1189, 2013.

GLAUM, Martin.; OESTERLE, Michel-Jörg. 40 years of research on internationalization and firm performance: more questions than answers? **Management International Review**, v. 47, 307–317, 2007.

GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT. TCdata360. Disponível em: <https://tcdata360.worldbank.org/indicators/gci>. Acesso em: 4 ago. 2020

GLOBAL INNOVATION INDEX (GII). **The human factor in innovation**. Johnson Cornell University, INSEAD, WIPO, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GINARTE, Juan C.; PARK, Walter G. Determinants of patent rights: A cross-national study. **Research Policy**, v. 26, n. 3, p. 283-301, 1997.

GOERZEN, Anthony.; BEAMISH, Paul W. Geographic scope and multinational enterprise performance. **Strategic Management Journal**, v. 24, n. 13, p. 1289-1306, 2003.

GOLDSTEIN, Andrea.; PUSTERLA, Fazia. Emerging economies' multinationals. **International Journal of Emerging Markets**, 2010.

GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan. **The politics of free trade agreements**. National Bureau of Economic Research, 1993.

GWARTNEY, James; HALL, Joshua; LAWSON, Robert. Economic freedom dataset. *In: Economic Freedom of the World: 2010*. Annual Report. Fraser Institute, Economic Freedom Network: Vancouver, Canadá. 2010. Disponível em: www.freetheworld.com/datasets_efw.html. Acesso em: 13 jul. 2020.

GWARTNEY, James.; CONNORS, Joseph.; MONTESINOS-YUFA, Hugo. The Rise and Fall of Worldwide Income Inequality, 1820–2035. *In: Annual Meeting of the Public Choice Society (March 16)*. Disponível em: [http://as.nyu.edu/content/dam/nyu-as/econ/misc/Worldwide% 20Income% 20Inequality. 2019. p. 201820-2035](http://as.nyu.edu/content/dam/nyu-as/econ/misc/Worldwide%20Income%20Inequality.2019.p.201820-2035).

HAIR, Joseph F. *et al.* **A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)**. Sage Publications, 2014.

HAIR, Joseph F. *et al.* Mirror, mirror on the wall: a comparative evaluation of composite-based structural equation modeling methods. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 45, n. 5, p. 616-632, 2017.

HAIR, Joseph F. *et al.* When to use and how to report the results of PLS-SEM. **European Business Review**, 2019.

HENNART, Jean-François. The theoretical rationale for a multinationality-performance relationship. **Management International Review**, v. 47, n. 3, p. 423-452, 2007.

HENSELER, Jörg.; RINGLE, Christian M.; SINKOVICS, Rudolf R. The use of partial least squares path modeling in international marketing. *In: New challenges to international marketing*. Emerald Group Publishing Limited, 2009.

HENSELER, Jörg *et al.* Common beliefs and reality about PLS: Comments on Rönkkö and Evermann (2013). **Organizational Research Methods**, v. 17, n. 2, p. 182-209, 2014.

HENSELER, Jörg.; RINGLE, Christian M.; SARSTEDT, Marko. A new criterion for assessing discriminant validity in variance-based structural equation modeling. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 43, n. 1, p. 115-135, 2015.

HERNÁNDEZ, Leonardo.; PARRO, Fernando. Economic reforms, financial development and growth: Lessons from the Chilean experience. **Cuadernos de Economía**, v. 45, n. 131, p. 59-103, 2008.

HERTENSTEIN, Peter.; SUTHERLAND, Dylan.; ANDERSON, John. Internationalization within networks: Exploring the relationship between inward and outward FDI in China's auto components industry. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 34, n. 1, p. 69-96, 2017.

HERSHBERGER, Scott. L.; MARCOULIDES, George. A.; PARRAMORE, Makeba. M. **Structural equation modeling: an introduction**. *In: B.H. Pugsek, A. Tomer & A.V. Eye (Eds.), Structural equation modeling: Applications in ecological and evolutionary biology (pp. 3-41)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HERZ, Mônica.; HOFFMAN, Andrea.; TABAK, Jana. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro, Elsevier Brasil, 2015.

HITT, Michael A.; HOSKISSON, Robert E.; IRELAND, R. Duane. A mid-range theory of the interactive effects of international and product diversification on innovation and performance. **Journal of Management**, v. 20, n. 2, p. 297-326, 1994.

HITT, Michael A.; HOSKISSON, Robert E.; KIM, Hicheon. International diversification: Effects on innovation and firm performance in product-diversified firms. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 4, p. 767-798, 1997.

HOLMES JR, R. Michael *et al.* The Effects of Location and MNC Attributes on MNCs' Establishment of Foreign R&D Centers: Evidence from China. **Long Range Planning**, v. 49, n. 5, p. 594-613, 2016.

HOEKMAN, Bernard M.; KOSTECKI, Michel M. **The political economy of the world trading system: the WTO and beyond**. Oxford University Press, 2009.

HOX, Joop J.; BECHGER, Timo M. An introduction to structural equation modeling. **Family Science Review**, 11, 354-373, 1998.

ÍNDICE GLOBAL DE INOVAÇÃO. Índice Global de Inovação 2020: Quem financiará a inovação?. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_gii_2020.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

JOHANSON, Jan.; VAHLNE, Jan-Erik. The Uppsala internationalization process model revisited: from liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, v. 40, n. 9, p. 1411-1431, 2009.

KAFOUROS, Mario *et al.* Academic collaborations and firm innovation performance in China: The role of region-specific institutions. **Research Policy**, v. 44, n. 3, p. 803-817, 2015.

KALOTAY, Kálmán. Outward FDI from Central and Eastern European Countries. **Economics of Planning**, v. 37, n. 2, p. 141-172, 2004.

KLEM, Laura. Path analysis. *In*: GRIMM, L. G.; YARNOLD, P. R. **Reading and understanding multivariate statistics**. Washington, DC : American Psychological Association, 1995.

KHOURY, Theodore A.; CUERVO-CAZURRA, Alvaro; DAU, Luis Alfonso. Institutional outsiders and insiders: The response of foreign and domestic inventors to the quality of intellectual property rights protection. **Global Strategy Journal**, v. 4, n. 3, p. 200-220, 2014.

KHOURY, Theodore A.; PENG, Mike W. Does institutional reform of intellectual property rights lead to more inbound FDI? Evidence from Latin America and the Caribbean. **Journal of World Business**, v. 46, n. 3, p. 337-345, 2011.

KHOURY, Theodore A.; JUNKUNC, Marc; MINGO, Santiago. Navigating political hazard risks and legal system quality: Venture capital investments in Latin America. **Journal of Management**, v. 41, n. 3, p. 808-840, 2015.

KING, David R. *et al.* Meta-analyses of post-acquisition performance: Indications of unidentified moderators. **Strategic Management Journal**, v. 25, n. 2, p. 187-200, 2004.

KOGUT, Bruce.; CHANG, Sea Jin. Technological capabilities and Japanese foreign direct investment in the United States. **The Review of Economics and Statistics**, p. 401-413, 1991.

KOGUT, Bruce.; ZANDER, Udo. Knowledge of the firm and the evolutionary theory of the multinational corporation. **Journal of International Business Studies**, v. 24, n. 4, p. 625-645, 1993.

KOKKO, Ari.; ZEJAN, Mario.; TANSINI, Ruben. Trade regimes and spillover effects of FDI: Evidence from Uruguay. **Weltwirtschaftliches Archiv**, v. 137, n. 1, p. 124-149, 2001.

KRUGMAN, Paul. Increasing returns and economic geography. **Journal of Political Economy**, v. 99, n. 3, p. 483-499, 1991.

LANE, Peter J.; SALK, Jane E.; LYLES, Marjorie A. Absorptive capacity, learning, and performance in international joint ventures. **Strategic Management Journal**, v. 22, n. 12, p. 1139-1161, 2001.

LEE, Minsoo.; ALBA, Joseph D.; PARK, Donghyun. Intellectual property rights, informal economy, and FDI into developing countries. **Journal of Policy Modeling**, v. 40, n. 5, p. 1067-1081, 2018.

- LU, Jiangyong *et al.* International experience and FDI location choices of Chinese firms: the moderating effects of home country government support and host country institutions. **Journal of International Business Studies**, v. 45, n. 4, p. 428-449, 2014.
- LU, Jane W.; BEAMISH, Paul W. International diversification and firm performance: the S-curve hypothesis. **Academy of management journal**, v. 47, n. 4, p. 598-609, 2004.
- LUO, Yadong, TUNG, Rosalie L. International expansion of emerging market enterprises: a springboard perspective. **Journal of International Business Studies**, v. 38, n. 4, p. 481-498, 2007.
- LUO, Yadong.; TUNG, Rosalie L. A general theory of springboard MNEs. **Journal of International Business Studies**, v. 49, n. 2, p. 129-152, 2017.
- LYBBERT, Travis J. On assessing the cost of TRIPS implementation. **World Trade Review**, v. 1, n. 3, p. 309-321, 2002.
- MAKINO, Shige.; LAU, Chung-Ming.; YEH, Rhy-Song. Asset-exploitation versus asset-seeking: Implications for location choice of foreign direct investment from newly industrialized economies. **Journal of International Business Studies**, v. 33, n. 3, p. 403-421, 2002.
- MATHEWS, John A. Dragon multinationals: New players in 21 st century globalization. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 23, n. 1, p. 5-27, 2006.
- MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas; 2005.
- MARÔCO, João. **Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software & aplicações**. ReportNumber, Lda, 2010.
- MARUYAMA, Geoffrey M. **Basics of structural equation modeling**. London: Sage Publications, 1998.
- MARSHALL Monty G., GURR Ted Robert., JAGGERS Keith. **Polity IV Dataset. 2010**. Disponível em: <http://www.systemicpeace.org/inscr>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- MASKUS, Keith. The new globalisation of intellectual property rights: What's new this time? **Australian Economic History Review**, v. 54, n. 3, p. 262-284, 2014.
- MASKUS, Keith Eugene. **Intellectual property rights in the global economy**. Peterson Institute, 2000.
- MATEOS-APARICIO, Gregoria. Partial least squares (PLS) methods: Origins, evolution, and application to social sciences. **Communications in Statistics-Theory and Methods**, v. 40, n. 13, p. 2305-2317, 2011.
- MELIN, Leif. Internationalization as a strategy process. **Strategic Management Journal**, v. 13, n. S2, p. 99-118, 1992.

- MILLSAP, Roger E. **Statistical approaches to measurement invariance**. Routledge, 2012.
- MUZAKA, Valbona. “Linkages, contests and overlaps in the global intellectual property rights regime”. **European Journal of International Relations**, v. 17, n. 4, pp. 755-776, 2010.
- NARULA, Rajneesh. Do we need different frameworks to explain infant MNEs from developing countries? **Global Strategy Journal**, v. 2, n. 3, p. 188-204, 2012.
- NARULA, Rajneesh. Exploring the paradox of competence-creating subsidiaries: balancing bandwidth and dispersion in MNEs. **Long Range Planning**, v. 47, n. 1-2, p. 4-15, 2014.
- NGUYEN, Anh Thi Kim.; LE, Ngoc Hong. Introduction to the Theoretical Framework of Dunning’s Investment Development Path. **VNU Journal of Science: Economics and Business**, v. 32, n. 5E, 2016.
- NGUYEN, Quyen TK.; RUGMAN, Alan M. Internal equity financing and the performance of multinational subsidiaries in emerging economies. **Journal of International Business Studies**, v. 46, n. 4, p. 468-490, 2015.
- NING, Lutao.; WANG, Fan.; LI, Jian. Urban innovation, regional externalities of foreign direct investment and industrial agglomeration: evidence from Chinese cities. **Research Policy**, Amsterdam, v. 45, n. 4, p. 830-843, 2016.
- NORTH, Douglas. C. **Understanding the Process of Economic Change**, Princeton University Press, 2005.
- NUNNENKAMP, Peter.; SPATZ, Julius. Intellectual property rights and foreign direct investment: a disaggregated analysis. **Review of World Economics**, v. 140, n. 3, p. 393-414, 2004.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Propriedade intelectual: proteção e execução**, 2020. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/agrm7_e.htm. Acesso em: 4 ago. 2020.
- OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge university press, 1990.
- PANGARKAR, Nitin.; YUAN, Lin. Location in internationalization strategy: Determinants and consequences. **Multinational Business Review**, Forthcoming, 2009.
- PAPAGEORGIADIS, Nikolaos.; MCDONALD, Frank. Defining and measuring the institutional context of national intellectual property systems in a post-TRIPS world. **Journal of International Management**, v. 25, n. 1, p. 3-18, 2019.
- PAPAGEORGIADIS, Nikolaos *et al.* The characteristics of intellectual property rights regimes: how formal and informal institutions affect outward FDI location. **International Business Review**, v. 29, n. 1, p. 101620, 2020.

- PARENTE, Ronaldo C *et al.* Lessons learned from Brazilian multinationals' internationalization strategies. **Business Horizons**, v. 56, n. 4, p. 453-463, 2013.
- PASTOR JR, Manuel. Latin America, the debt crisis, and the International Monetary Fund. **Latin American Perspectives**, v. 16, n. 1, p. 79-110, 1989.
- PENG, Mike W. Institutional transitions and strategic choices. **Academy of Management Review**, v. 28, n. 2, p. 275-296, 2003.
- PHENE, Anupama.; ALMEIDA, Paul. Innovation in multinational subsidiaries: The role of knowledge assimilation and subsidiary capabilities. **Journal of International Business Studies**, v. 39, n. 5, p. 901-919, 2008.
- PINTO, Cláudia Frias *et al.* Ownership in cross-border acquisitions and the role of government support. **Journal of World Business**, v. 52, n. 4, p. 533-545, 2017.
- PIPEROPOULOS, Panagiotis.; WU, Jie.; WANG, Chengqi. Outward FDI, location choices and innovation performance of emerging market enterprises. **Research Policy**, v. 47, n. 1, p. 232-240, 2018.
- POLIT IV PROJECT: POLITICAL REGIME CHARACTERISTICS AND TRANSITIONS. Center for Systemic Peace. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/inscrdata.html>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- PORTER, Michael E.; STRATEGY, Competitive. Techniques for analyzing industries and competitors. **Competitive Strategy**. New York: Free, 1980.
- PORTER, Michael E. **On competition**. Harvard Business Press, 2008.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, set. 1949.
- QIAN, Gongming *et al.* The performance implications of intra-and inter-regional geographic diversification. **Strategic Management Journal**, v. 31, n. 9, p. 1018-1030, 2010.
- RAMAMURTI, Ravi. What is really different about emerging market multinationals? **Global Strategy Journal**, v. 2, n. 1, p. 41-47, 2012.
- RAMAMURTI, Ravi.; DOH, Jonathan P. Rethinking foreign infrastructure investment in developing countries. **Journal of World Business**, v. 39, n. 2, p. 151-167, 2004.
- RIGDON, Edward E. Structural equation modeling: nontraditional alternatives. **Wiley StatsRef: Statistics Reference Online**, p. 1-12, 2014.
- RINGLE, Christian M.; DA SILVA, Dirceu.; BIDO, Diógenes de Souza. Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 2, p. 56-73, 2014.

RINGLE, Christian. M.; WENDE, Sven.; BECKER, Jan-Michael. 2015. **SmartPLS 3**. Boenningstedt: SmartPLS GmbH, 2015. Disponível em: <http://www.smartpls.com>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

RUGMAN, Alan M.; VERBEKE, Alain. A perspective on regional and global strategies of multinational enterprises. **Journal of International Business Studies**, v. 35, n. 1, p. 3-18, 2004.

RUGMAN, Alan M.; VERBEKE, Alain.; NGUYEN, Quyen TK. Fifty years of international business theory and beyond. **Management International Review**, v. 51, n. 6, p. 755-786, 2011.

RUGMAN, Alan M.; VERBEKE, Alain. Liabilities of regional foreignness and the use of firm-level versus country-level data: A response to Dunning *et al.* **Journal of International Business Studies**, v. 38, n. 1, p. 200-205, 2007.

RUGMAN, Alan M.; LI, Jing. Will China's multinationals succeed globally or regionally? **European Management Journal**, v. 25, n. 5, p. 333-343, 2007.

RUGMAN, Alan M. A test of internalization theory. **Managerial and Decision Economics**, v. 2, n. 4, p. 211-219, 1981.

SARSTEDT, Marko *et al.* Partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM): a useful tool for family business researchers. **Journal of Family Business Strategy**, v. 5, n. 1, p. 105-115, 2014.

SCHMIELE, Anja. Intellectual property infringements due to R&D abroad? A comparative analysis between firms with international and domestic innovation activities. **Research Policy**, v. 42, n. 8, p. 1482-1495, 2013.

SHADLEN, Kenneth C.; SCHRANK, Andrew; KURTZ, Marcus J. The political economy of intellectual property protection: The case of software. **International Studies Quarterly**, v. 49, n. 1, p. 45-71, 2005.

SELL, Susan K. The origins of a trade-based approach to intellectual property protection: the role of industry associations. **Science Communication**, v. 17, n. 2, p. 163-185, 1995a.

SELL, Susan K. Intellectual property protection and antitrust in the developing world: crisis, coercion, and choice. **International Organization**, p. 315-349, 1995b.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: USP, 1974.

SMITH, Pamela J. How do foreign patent rights affect US exports, affiliate sales, and licenses? **Journal of International Economics**, v. 55, n. 2, p. 411-439, 2001.

STOIAN, Carmen. Extending Dunning's Investment Development Path: the role of home country institutional determinants in explaining outward foreign direct investment. **International Business Review**, v. 22, n. 3, p. 615-637, 2013.

SUPAKANKUNTI, Siripen *et al.* Impact of the World Trade Organization TRIPS Agreement on the pharmaceutical industry in Thailand. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 79, p. 461-470, 2001.

TANRIVERDI, Hüseyin.; VENKATRAMAN, Natarjan V. Knowledge relatedness and the performance of multibusiness firms. **Strategic Management Journal**, v. 26, n. 2, p. 97-119, 2005.

TAUBMAN, Antony.; WAGER, Hannu.; WATAL, Jayashree (Ed.). **A handbook on the WTO TRIPS agreement**. Cambridge University Press, 2012.

TEECE, David J. Profiting from technological innovation: Implications for integration, collaboration, licensing and public policy. **Research Policy**, v. 15, n. 6, p. 285-305, 1986.

TEECE, David J. Technology transfer by multinational firms: the resource cost of transferring technological know-how. **The Economic Journal**, v. 87, n. 346, p. 242-261, 1977.

TSAI, Wenpin. Knowledge transfer in intraorganizational networks: effects of network position and absorptive capacity on business unit innovation and performance. **Academy of Management Journal**, v. 44, n. 5, p. 996-1004, 2001.

TUNG, Rosalie L. New perspectives on human resource management in a global context. **Journal of World Business**, v. 51, n. 1, p. 142-152, 2016.

UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE (USPTO). **Search for patentes**. Disponível em: <https://www.uspto.gov/patents-application-process/search-patents>. Acesso em: 13 jun. 2020.

USHIJIMA, Tatsuo. Patent rights protection and Japanese foreign direct investment. **Research Policy**, v. 42, n. 3, p. 738-748, 2013.

WANG, Cassandra C.; WU, Aiqi. Geographical FDI knowledge spillover and innovation of indigenous firms in China. **International Business Review**, v. 25, n. 4, p. 895-906, 2016.

WEI, William.; ALON, Ilan.; NI, Liqiang. Home country macroeconomic determinants of Chinese OFDI. *In*: **Chinese International Investments**. Palgrave Macmillan, London, 2012. p. 38-53.

WEST, Joel.; BOGERS, Marcel. Leveraging external sources of innovation: a review of research on open innovation. **Journal of Product Innovation Management**, v. 31, n. 4, p. 814-831, 2014.

WILLIAMS, Kevin. Foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: an empirical analysis. **Latin American Journal of Economy**, Santiago, v. 52, n. 1, p. 57-77, 2015.

WILLIAMSON, Oliver E. Comparative economic organization: The analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, p. 269-296, 1991.

WITT, Michael A.; LEWIN, Arie Y. Outward foreign direct investment as escape response to home country institutional constraints. **Journal of International Business Studies**, v. 38, n. 4, p. 579-594, 2007.

WORD ECONOMIC FORUM (WEF). **Property rights**. Disponível em: https://tcdata360.worldbank.org/indicators/h1cdf8bd?country=ARG&indicator=634&countries=CHL,MEX,URY,BOL,COL,CRI,CUB,DOM,ECU,SLV,GTM,HND,BRA,NIC,PRY,PER,VEN,PAN&viz=line_chart&years=2007,2017&indicators=24778. Acesso em: 6 mar. 2021.

WORLD BANK. World Bank Open Data. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 4 ago. 2020.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **Intellectual property handbook: Policy, law and use**, Publication No. 489. 2017. Disponível em: <http://www.wipo.org/about-ip/en/iprm/pdf/ch1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

WU, Jie *et al.* A contingent view of institutional environment, firm capability, and innovation performance of emerging multinational enterprises. **Industrial Marketing Management**, v. 82, p. 148-157, 2019.

WU, Jie *et al.* Internationalization and innovation performance of emerging market enterprises: the role of host-country institutional development. **Journal of World Business**, v. 51, n. 2, p. 251-263, 2016.

YOO, Dasun.; REIMANN, Felix. Internationalization of developing country firms into developed countries: the role of host country knowledge-based assets and IPR protection in FDI location choice. **Journal of International Management**, v. 23, n. 3, p. 242-254, 2017.

ZAHRA, Shaker A.; GEORGE, Gerard. Absorptive capacity: a review, reconceptualization, and extension. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 2, p. 185-203, 2002.

ZHANG, Qing.; FELMINGHAM, Bruce. The role of FDI, exports and spillover effects in the regional development of China. **Journal of Development Studies**, v. 38, n. 4, p. 157-178, 2002.

ZHAO, Minyuan. Conducting R&D in countries with weak intellectual property rights protection. **Management Science**, v. 52, n. 8, p. 1185-1199, 2006.

ZHAO, Wei; LIU, Ling; ZHAO, Ting. The contribution of outward direct investment to productivity changes within China, 1991–2007. **Journal of International Management**, v. 16, n. 2, p. 121-130, 2010.